

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ UESC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA  
MESTRADO EM CULTURA E TURISMO

ISABEL MARIA DE JESUS PACHECO

*O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA  
APROPRIAÇÃO PELO TURISMO*

ILHÉUS – BAHIA  
2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ UESC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA  
MESTRADO EM CULTURA E TURISMO

**ISABEL MARIA DE JESUS PACHECO**

***O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO  
PELOTURISMO***

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo, a Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC Universidade Federal da Bahia – UFBA .

Área de concentração: Memória, Identidade e Representações Culturais

Orientadora: Prof . Dr . Maria de Lourdes Netto Simões

ILHÉUS BAHIA  
2004

**PACHECO, Isabel M. J.**

O Imaginário da Carta de Caminha e sua apropriação  
pelo turismo / Isabel Maria de Jesus  
Pacheco. Ilhéus (BA): UESC, 2004.

Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Santa  
Cruz UESC e Universidade Federal da Bahia UFBA.  
Bibliografia

1. Cultura 2. Imaginário 3. Turismo  
I. Título

**ISABEL MARIA DE JESUS PACHECO**

***O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO  
TURISMO***

Dissertação apresentada para obtenção do  
título de Mestre em Cultura e Turismo, a  
Universidade Estadual de Santa Cruz -UESC  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Área de concentração: Memória, Identidade  
e Representações Culturais

Orientadora: Prof . Dr . Maria de Lourdes  
Netto Simões

Ilhéus BA, 10/09/2004

---

<sup>aa</sup> **Orientadora:** Prof . Dr . Maria de Lourdes Netto Simões  
UESC

---

<sup>aa</sup> Prof . Dr . Ana Bulhões Carvalho Ededweis  
UNIRIO

---

<sup>o</sup> Prof . Dr . José Roberto de Lima Andrade  
UFSE

***Este imaginário não possui carne própria, ele toma sua  
matéria de outra coisa.  
A vida do mundo moderno depende do imaginário tanto  
como qualquer das culturas arcaicas ou históricas.***

*Castoriadis*

## AGRADECIMENTOS

*Porque o homem não pode receber coisa alguma  
se do céu não lhe for dada. João, 90 A. D.*

Nada sei, que não tenha sido aprendido. Nada possuo, que não tenha recebido.

Por isso, ao meu Mestre e Ajudador Jesus, honra, louvor e minha adoração;  
à Glória, minha irmã amiga, pelos incentivos nos momentos de desânimo,  
meu eterno afeto;

aos irmãos e amigos, pelas súplicas e auxílio a este trabalho, minha  
gratidão;

à UESC e UFBA, por oportunizarem a realização desse curso, meu  
reconhecimento;

à Tica, orientadora obstinada por extrair o melhor de si e dos que orienta,  
minha  
admiração;

aos professores, eficientes e exemplos no labor pela aprendizagem, meu  
apreço;

aos colegas, pelas trocas enriquecedoras, apoio na hora do cansaço e  
festejos nas vitórias, meu carinho.

# **O IMAGINÁRIO DA CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELOTURISMO**

Autora: Isabel Maria de Jesus Pacheco  
Orientadora: Prof . Dr . Maria de Lourdes Netto Simões

## **RESUMO**

O imaginário da Carta de Pero Vaz de Caminha ainda encontra ressonância nas divulgações turísticas na Costa do Descobrimento. A proposta deste trabalho é estabelecer a relação entre a Carta e o *marketing* turístico, representado pelas propagandas que circulam em *folders*, guias turísticos, revistas especializadas, fotografias e *CD-Rom* – todas coletadas em agências locais. O imaginário da Carta diz respeito à mentalidade dos portugueses ao julgarem o que viam e ouviam no contato com a terra e os nativos, expondo suas visões romantizadas e eufóricas ou depreciativas e disfóricas. Utilizando-se das concepções da História Nova, dos estudos do Imaginário e das discussões sobre identidades híbridas, são analisadas as imagens sobre os costumes exóticos, a estética, o lúdico, o outro e a natureza paradisíaca, presentes na Carta de Caminha. Analisam-se, também, os símbolos e representações do imaginário dos colonizadores, ainda percebidas no sul da Bahia associados às atividades culturais, turísticas e à visão identitária regional. A pesquisa detecta que as representações e imagens do Brasil ressignificadas pelo *marketing* turístico (país paradisíaco, beleza das gentes, exotismo, erotismo, folguedos dos habitantes e nativos) têm caráter hegemônico. A utilização desse imaginário pelo turismo, enfatiza as possibilidades dos visitantes vivenciarem as mesmas experiências em lugares paradisíacos, sentindo o mesmo ócio edênico decantado por Caminha no primeiro contato com essa região. Esse imaginário, utilizado nas propagandas turísticas, promove uma falsa visão exótica dos habitantes a da região. As estratégias para um turismo coerente e sustentável, passam por repensar essas imagens, pela valorização e preservação das culturas passadas e presentes, construídas no cotidiano autêntico das vivências, por ações que minimizem os impactos sobre os grupos e espaços locais.

**Palavras-chave:** Cultura, Imaginário, Turismo.

## ***THE IMAGINARY OF THE LETTER OF CAMINHA AND ITS APROPRIATION FOR THE TOURISM***

Author: Isabel Maria de Jesus Pacheco

Person who orientates: Prof . Dr . Maria de Lourdes Netto Simões

### **ABSTRACT**

The imaginary of Pero Vaz de Caminha Letter still meets resonance in the tourist propagation in the Coast of Discovery. The proposal of this work is to establish the relation between the Letter and the turistic marketing represented by propagandas that circulate in folders, tourist guides, specialized magazines, photos and ROM CD; all of them collected in local agencies. The imaginary the Letter concerns to the mentality of the Portuguese people when it's said what they had seen and had heard in the contact with the land and the natives, exposing their romantic and euphoric or scornful interpretations. Using the conceptions of the New History, the studies of the imaginary and the discussions about hybrid identities, it's analyzed the images on the exotic habits, the aesthetics, the entertainment, the other, and the paradisiac nature, shown in the Letter. It is analyzed, as well, the symbols and the representations of the imaginary of the settlers, still saw through the South of Bahia, associated to the cultural and touristic activities, and also to the recognizable regional vision. The research detects that the representations and images expressed by the touristic marketing (paradisiac country, people's beauty, exoticism, eroticism, the inhabitants and native pastimes) has an hegemonic character. The use of this imaginary by the tourism emphasizes visitors' possibilities to enjoy life the same experiences in paradisiac places, feeling the same laziness decanted by Caminha in his first contact with this region. That imaginary, utilized in the touristic propagandas, encourages a false and exotic vision of the inhabitants of the region. The strategies for a coherent and sustainable tourism pass by rethink these images, by the valorization and preservation of the passed and present cultures, built in the authentic everyday, for legal actions that minimize the impacts on the groups and local spaces.

**Words-key:** Culture - Imaginary – Tourism



# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 A CARTA DE CAMINHA E SEU IMAGINÁRIO .....	24
2.1 Contextualização histórica .....	28
2.2 O imaginário da Carta .....	33
2.3 Do que viu e lhe pareceu .....	38
2.3.1 Das esquivanças e afetos .....	46
2.3.2 Das belezas e folguedos .....	48
2.3.3 Do outro, o diferente .....	55
2.3.4 “Dar-se-á nela tudo”.....	59
3 A CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO TURISMO .....	65
3.1 Porto Seguro: contexto histórico e turistização .....	68
3.2 A Carta de Caminha no <i>marketing</i> turístico .....	74
3.2.1 Representações mentais: “Bahia terra da felicidade” .....	80
3.3 As imagens da Carta: nacionalidade e turismo .....	84
3.3.1 Costa do descobrimento: turismo e imaginário .....	94
3.3.2 O imaginário da Carta: impactos na cultura e no turismo.....	98
4. CONCLUSÃO .....	105
5. REFERÊNCIA.....	117
ANEXO: Lista de figuras da página 127 a 138 .....	126
Fig. 01 - Trecho paleográfico do início e final da Carta de Pero Vaz de Caminha a El - Rei D. Manuel. 1500 .....	127
Fig. 02 - Mapa ilustrado da Costa do Descobrimento. Curuípe Viag. Tour e Câmbio. Desenho de Meira Paiva. [s.d].....	128
Fig. 03 - Mapa ilustrado do centro de Porto Seguro. Curuípe Viag. Tour e Câmbio. Desenho de Meira Paiva. [s.d] .....	129
Fig. 04 - Folheto Costa de Descobrimento: o destino completo. Fotografia do Arquivo da Bahiatura Jotafreitas Artur Ikishima - Iraildes Mascarenhas Claudiomar Gonçalves [s.d] .....	130

Fig. 05 - Capas de folhetos do Território Brasilis. Museu Aberto do Descobrimento: Porto Seguro: Visite o presente e o passado e guia turístico: Santa Cruz Cabrália – 500 anos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Cabrália ano 1 n . 1. [s.d]	131
Fig. 06 - Capa do CD Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	132
Fig. 07 - Capa da fita de vídeo Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Produção Tom Alencar. MT Vídeo Produções. Porto Seguro - Bahia. 2003 .....	133
Fig. 08 - Capa da Revista Bahia, land of happines. Embratur. 1997.....	134
Fig. 09 - Primeira página da Revista Bahia, land of happines. Embratur.....	135
Fig. 10 - Coroa Alta - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	136
Fig. 11 - Relógio Globo - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	136
Fig. 12 Desfile em Porto Seguro - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	137
Fig. 13 - Baía de Porto Seguro - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	137
Fig. 14 - Cabrália - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	138
Fig. 15 - 500 Anos - Fotografias do CD-Rom: “Descubra Porto Seguro” de Fausto Rodrigues de Almeida. 2001.....	138

## 1. INTRODUÇÃO

*Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o  
desejarmos.  
Caminha*

As possibilidades de análise sobre a trama que envolve os portugueses e os habitantes nativos das terras do Brasil não se esgotaram. Nos estudos mais minuciosos, que registram essa trama, é possível captar as visões ora românticas, eufóricas e edênicas; ora, disfóricas, depreciativas e demonizadoras. Sobre os primeiros contatos entre colonizadores e povos da terra *Brasilis*, ainda hoje circulam interpretações contraditórias, dentro e fora do espaço de tal encontro. A utilização do imaginário daquele encontro como atrativo nas propagandas turísticas, não raro, enfatiza as possibilidades de os visitantes vivenciarem, nessas terras paradisíacas, as mesmas experiências, o mesmo ócio edênico, decantado pela Carta de Pero Vaz de Caminha, escamoteando outras leituras que antagonizam tal visão hegemônica e eufórica.

Reforçadas pelo *marketing* regional, as imagens da Carta ainda são percebidas no sul da Bahia associadas às manifestações culturais, turísticas e à visão identitária regional. Sabe-se que os quadros referenciais da mentalidade dos portugueses (imbricados aos dos indígenas e africanos), influenciaram na formação de uma sociedade brasileira multicultural. Até pouco tempo, as análises se dedicavam à predominância da influência do colonizador português na formação do povo brasileiro. Mais recentemente tem sido enfatizada a importância dos valores culturais indígenas e, especialmente, africanos como matrizes de maior influência no perfil social e cultural brasileiro.

Os estudos existentes sobre a formação social brasileira contemplam aspectos históricos, econômicos, sociológicos e culturais. No entanto, desconhecem-se estudos que questionem o tratamento que as propagandas turísticas dão às imagens e representações dos colonizadores e as repercussões sociais disso no Brasil e na região, palco do encontro dessas culturas. Embora haja notícias de análises e estimativas sobre a utilização do imaginário que se forja a partir do encontro de culturas tão diversas, é evidente que há contradições e distorções desse imaginário, tomado a serviço do turismo.

Percebe-se, no sul da Bahia, uma lacuna no que diz respeito a um planejamento da atividade turística sob a ótica da preservação das formas do imaginário cultural e ambiental, o que garantiria a expectativa prolongada das potencialidades dos ecossistemas e das culturas locais, matérias-primas para o turismo. Na chamada Costa do Descobrimento, as preocupações com a autenticidade cultural, em geral, são pouco contempladas no *marketing* turístico, quando não são desvirtuados pelos mega-projetos dos produtos de entretenimento e lazer. A não garantia da qualidade de vida dos habitantes e da sustentabilidade do meio ambiente ameaça as condições essenciais para a sobrevivência da própria atividade turística.

O imaginário dos colonizadores do Brasil e o inusitado encontro inicial das culturas envolvidas nesse imaginário são utilizados contraditoriamente por diversos grupos de interesses. Os grupos envolvidos com o turismo local insistem na manutenção das imagens herdadas dos europeus e escamoteiam as mudanças e os equívocos de sentido que essas imagens impõem. Os símbolos e imagens mentais reafirmam as sensações do paradisíaco, povoam as mentalidades projetando uma

tendência de formatar, espetacularmente, a cultural para oferecê-la como produto turístico.

Com base na constatação da problemática identificada acima, a pesquisa objetiva analisar o imaginário da Carta de Pero Vaz Caminha e as manifestações culturais e turísticas a ela relacionadas, bem como, pontuar alguns dos impactos socioculturais provocados por esse imaginário na região da Costa do Descobrimento.

Toma-se como *corpus* a análise interpretativa da Carta de Caminha atualizada por Henrique Campos Simões (1999) e para ilustrar exemplos das publicações do *marketing* turístico (anexo), que fomentam a indústria do turismo na região da Costa do Descobrimento, além de observações empíricas. *Marketing* aqui entendido no seu sentido amplo, como orientação e organização da gestão de uma empresa ou do perfil de um produto que se quer vender. Evidentemente, o objetivo das técnicas do *marketing* é que o empreendimento receba retorno lucrativo à medida que satisfaça o cliente (COBRA, 1991). Para o estudo utilizou-se, apenas a propaganda como exemplo de uma das técnicas do *marketing* que é a publicidade. O *marketing* do destino turístico Costa do Descobrimento, mostra tendência em formatar o seu produto turístico utilizando o imaginário paradisíaco da Carta de Caminha como forma de atrair e satisfazer o visitante.

Alguns desses textos e imagens foram colocados no trabalho, visando amostragens das propagandas que circulam em *folders*, guias turísticos, revistas especializadas, fotos e *CDROM*. Todo esse material foi coletado nas agências turísticas da região. O primeiro documento, a Carta, é diretamente produzido no

contexto do discurso narrativo, deixando vaziar as tradicionais idéias de uma latente expectativa por encontrar o paraíso na terra e dele usufruir. O segundo, as propagandas, produzidas em linguagem jornalística, documentária ou midiática, retratam a exploração das mesmas imagens expressas na Carta como forma de atrair visitantes para fruir do paraíso encontrado, com lucros, evidentemente, para os que exploram os segmentos a serviço desse usufruto.

Os documentos - a Carta de Caminha e os folhetos de propagandas - serão tratados levando-se em conta suas especificidades e sua utilização pelo turismo. Não é objeto deste estudo a análise da sua linguagem, nem discussão do valor literário e das concepções ou nuances dos discursos midiáticos, mas a apropriação e o tratamento das imagens de suas narrativas.

A escolha da Carta de Caminha como *corpus* básico deste trabalho justifica-se pelo fato de tal documento ser apontado na historiografia como principal referencial para o estudo sobre o impacto do encontro de duas culturas que não dispunham de nenhuma informação prévia uma da outra, com mentalidades tão diversas, como a dos portugueses do século XVI e a dos nativos habitantes do Brasil. Cabe esclarecer que não se pretende aqui traçar uma trajetória historiográfica da Carta de Pero Vaz de Caminha mas, como afirmado, de fazer uma leitura sobre a utilização da Carta e do seu imaginário no contexto das divulgações turísticas da Costa do Descobrimento.

Entre as leituras feitas da Carta, é possível detectar primeiro: um olhar inocente, deslumbrado e romantizado das visões eufóricas; segundo: um olhar economicista, enfatizando o expansionismo e o mercantilismo português,

camuflado pela cristianização dos povos que, longe de ser apenas justificativa, compõe parte integrante do imaginário do destino de que se imbuíam os europeus quinhentistas. Uma terceira postura, mais atual, promove-se um esforço por olhar a Carta como informativa de uma época que oferece a percepção de como se via o outro, de como se constituiu o processo gerado do encontro de duas culturas e o imaginário forjado a partir disso aliado a imposição cultural com cruel exploração econômica que constituiu o processo civilizatório, liderado por Portugal nestas terras. São exemplos dessa visão sobre o imaginário as reflexões sobre a problemática identitária do sul da Bahia de Bueno (1998), Pereira (1999), Cunha (1999), Teixeira (1996), Simões (2001).

É, precisamente, a essa terceira forma de olhar que se agrega esta análise do imaginário do texto de Caminha. Atenta-se para o fato de que as imagens mentais quinhentistas perpassam toda a construção do imaginário da colonização do Brasil e que até hoje serve de fonte onde se forjam as próprias percepções da nacionalidade, as leituras e atitudes a respeito da alteridade e as imagens veiculadas para formatar o Brasil, e extensivamente o sul da Bahia, como destino turístico. A releitura da Carta realizada neste trabalho evidencia como são apropriadas as imagens perceptíveis nas relações sociais e culturais presentes no cotidiano da região do encontro descritas por Caminha e utilizadas atualmente como recurso para atração turística.

As visões - sobre a terra, os habitantes, a natureza, os costumes - têm, em suas contraditórias interpretações, a essência que move os estudos das novas temáticas, o interesse pelas mentalidades e pelo imaginário. O entendimento do

imaginário situa-se no âmbito da Nova História (LE GOFF; NORA, 1995), que focaliza os novos objetos, novos problemas e novas abordagens e é aplicado aqui à Carta de Caminha, na percepção de que não só os fatos políticos e registros oficiais podem proporcionar a apreensão do processo histórico, mas também as representações mentais e simbólicas que fazem parte de uma determinada época. São as recentes formas de abordagens da Nova História que permitem que os amplos conceitos sobre representações possam ser aplicados em campos pouco explorados, como no turismo, quando se apropria do imaginário popular, recriando ambientes, festividades, comemorações, forjando uma rede de simbolismo a seu serviço (MONTENEGRO, 1994).

O estudo da Carta de Caminha, sob a abordagem da Nova História, amplia a compreensão, não só do que representam os grandes fatos e as célebres figuras que protagonizaram o achamento do Brasil, mas também do que está nos bastidores, dos figurantes anônimos, marginais do momento histórico do “descobrimento”. A problemática do imaginário edênico usado pelos exploradores das propagandas turísticas insere-se como válido pela flexibilidade no tratamento de novos problemas incentivados pela mesma concepção da História Nova. De acordo com tal concepção, amplia-se o foco das perguntas e questionamentos feitos aos eventos produzindo novas explicações, relativizando as segmentações e relações sociais entre cultura hegemônica e popular. No estudo do imaginário a circularidade das ideologias dos grupos dominantes são notórias.

No caso da visão dos colonizadores presente no texto da Carta, a circularidade acontece com a apropriação dos grupos locais das mesmas imagens para



aproveitamento em uma atividade socioeconômica em franco desenvolvimento, que é o turismo (GINZBURG, 1995).

A análise de uma proposta baseada na abordagem da Nova História exige um compromisso com a interpretação dos fatos observados em sua perspectiva de historicidade (NORA, 1995). A opção é pela busca de explicações comprometidas com a interpretação possível e pontuar observações produzidas no contato empírico com as evidências documentais da contemporaneidade. O tratamento de novos problemas proporciona questionamentos diversos e possibilidades de correlações de hipóteses, em tempo de longa duração, permitindo incursões sobre o tempo presente para compreender os processos sociais com suas mudanças e permanências. O trabalho promove o exercício de relacionar passado/presente e presente/passado num método mais regressivo e cuidadoso para captar as manifestações dos grupos sociais, seus simbolismos, suas dinâmicas e resistências (CARDOSO; VAINFAS, 1997).

Abrindo-se aos mais variados aspectos de interpretações das fontes, Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995) sustentam que a História é escrita por homens comuns. Como tal, produz documentos que, por serem consciente ou inconscientemente condicionados pelas sociedades de origem, proporcionam a exposição das imagens, dos sonhos, dos valores e da imaginação dos seus produtores. Ao levar em conta esses condicionamentos no tratamento dos documentos, favorece-se a um exercício de escutar, explicitamente ou nas entrelinhas do discurso, as imagens ou as percepções de um dado momento histórico.

Também favorece a percepção de uma particular experiência ou de como os homens de uma época projetam uma mentalidade comum que os levava, inconscientemente, a expor no que diziam, os quadros mentais peculiares de sua conjuntura histórica. Neste trabalho, tal postura possibilita tratar o imaginário do século XVI sobre a Costa do Descobrimento e o *marketing* turístico atual, com projeção do que existe de comum, na mentalidade de cada uma das épocas.

Quanto aos objetos, interessa ainda para a pesquisa, a ampliação na utilização de novos documentos históricos que deixa de se limitar ao escrito oficial, para outros documentos não oficiais (uma carta, uma fotografia, um filme, um folheto, uma propaganda) que constituem, para a História Nova, documentos de primeira ordem para apreender as relações sociais do cotidiano (LE GOFF, 2001). Tal concepção fundamenta a utilização dos folhetos de propaganda do turismo como fontes válidas para as análises, desde que admitidas as devidas parciaisidades, restrições destacadas nos limites dessa utilização. Assim, sob a ótica das discussões dos novos problemas, dos novos objetos e das novas abordagens (LE GOFF, 2001), tomou-se como perspectiva o imaginário e o turismo, contemplados enquanto objetos de estudo, negando ser apenas a pesquisa política a forma de construção do conhecimento sócio-histórico (BURKE, 1992). Reafirmase o interesse por toda atividade humana, enfatizando que a realidade social é culturalmente construída e quebrando a tradição entre o que é central e periférico na pesquisa.

O imaginário investigado sob o olhar da História Nova pressupõe fazer novas perguntas ao mesmo e antigo documento, buscando entender a rede complexa das mentalidades e as representações coletivas (PESAVENTO, 1997). Mais que

apenas pontuar o imaginário na Carta de Caminha, lança-se o olhar na extensão desse imaginário nas construções e representações resistentes que ainda se projetam nas próprias visões do presente, como, por exemplo, no *marketing* turístico da região sul da Bahia.

A compreensão de que todo estudo é comprometido e que o estudioso é igualmente comprometido nos campos social, ideológico, político e cultural contribui para acalmar as preocupações com o objetivismo exacerbado e liberar a pesquisa para explorar, ao máximo, a situação privilegiada na qual se encontra, isto é, estar ao mesmo tempo participando e registrando os acontecimentos históricos e sociais (SCHAFF, 1983). Como base nesse aparato, o estudo sobre o imaginário dos colonizadores nas atividades turísticas assume o papel de captar a historicidade através das representações construídas na região sul da Bahia. Volta-se para a análise das estruturas, mudanças e permanências; para a visão dos homens comuns e sua movimentação social, na qual se inclui o turismo, como forma de captar a história do cotidiano (BURKE, 1997). E, por fim, considera-se que toda realidade é percebida de um ponto de vista condicionado a categoria social, cor, sexo, credo, e aceita-se a irrefutável relatividade das conclusões apresentadas, como é próprio dos estudos do imaginário, aqui direcionadas para a análise da ação do turismo que é entendido como atividade de viajar e consumir serviços.

Para o trato das questões postas, vale esclarecer alguns termos que são utilizados nesta dissertação, a saber: o sentido de *representação*, aqui, é o da interpretação e das configurações intelectuais da realidade, construídas por diferentes grupos

sociais (VAINFAS, 1997). São idéias de coisas concretas ou abstratas que circulam no campo da cultura coletiva como referência da realidade percebida (TRINDADE, 1997). Interessa o conceito de representações como referenciais significativos, dos quais se serve a mente para vislumbrar a realidade.

Os *simbolismos* estão inseridos nas representações mentais e serão tomados aqui como elementos contidos no imaginário. Segundo Trindade (1997, p. 23), “o imaginário como mobilizador e evocador de imagens, utiliza o símbolo para exprimir-se e existir e por sua vez, o simbólico pressupõe a capacidade imaginária”. Assim sendo, toda sociedade tem seus simbolismos construídos, relidos ou transformados, mas que estarão indubitavelmente ligados a suas formas de cultura.

Ao tratar do *imaginário*, o estudo orienta-se no entendimento de criação incessante e essencialmente indeterminada conforme diz Castoriadis: “O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos” (CASTORIADIS, 2000. p. 13). É nesse sentido, também, que usamos a palavra *realidade* por compreender que aquilo que chamamos de realidade é uma leitura individual ou coletiva, sendo, portanto, uma construção de um dado momento.

O conceito não descarta de que tal como a palavra “mentalidade”, a palavra “imaginário” apresenta-se com um certo grau de indefinição que lhe confere uma parte do seu valor epistemológico, já que, assim, permite atravessar fronteiras e

escapar às fragmentações. “É um conceito libertador, um instrumento que abre portas e janelas e nos leva a outras leituras, não mascaradas pelos rótulos convencionais das perigosas divisões da história” (LE GOFF, 1995, p. 31). Assim, de definição difícil, porém não inconsistente, acrescenta-se a observação complementar de que o imaginário é entendido como conjunto de todas as representações de experiências de todos os grupos sociais de cada cultura, de cada sociedade e até de cada nível de uma sociedade complexa que tem, em última instância, seu próprio imaginário (LE GOFF, 2001).

Deve-se refletir o imaginário como elo entre as amplas manifestações das culturas e as formas de expressão do cotidiano, ou seja, a cultura do dia-a-dia. Assim, pensar sobre o imaginário social é fazer inferências sobre a produção cultural que rege as formas de expressão e representação dos grupos em questão. É o imaginário o responsável por ditar aos agentes sociais as formas de produção e reprodução sócio-cultural encontrados em sua sociedade.

O imaginário é como um elemento abstrato, subjetivo e mágico que indica regras sociais recobertas por véus que escondem estruturas sociais. A análise do imaginário é capaz de revelar elementos sociais não percebidos pelos próprios agentes da sociedade, pois se constitui como conjunto de imagens, imaginações e símbolos que constroem a vida social, mas que nem sempre são evidentes. É ele, o imaginário, que faz a conexão com os lugares e que alimenta os espetáculos novos ou velhos procurados pelos turistas.

Pela força imaginativa e criativa da mídia e da publicidade, o imaginário do turista

pode ser enriquecido pelas imagens e ilusões a respeito de certos lugares, o que pode provocar o desejo de conhecer determinadas localidades. Portanto, a análise do imaginário de um dado local serve para apreender o que se pensa sobre aqueles espaços nas dimensões históricas e atuais sob a ótica da percepção dos que vivem no local e dos que também, apenas visita.

É mister, ainda, definir o significado dos termos *sustentabilidade*, *cultura* e *turismo*. Partindo do pressuposto de que não existe turismo sem agressão ao meio ambiente, a cultura, as suas manifestações e até a formação da identidade, um dilema se estabelece entre as posturas de um turismo agressivo ou de um planejamento turístico que tente minimizar os impactos negativos.

O estudo parte da premissa de que um turismo alternativo viável pode ser apoiado em estudos sob a perspectiva da *sustentabilidade*, aspecto importante numa atitude de preservação dos bens simbólicos. Felix Guattari (2001) sustenta que o processo de sobrevivência de uma sociedade requer repensar os valores no sentido de reorientar as atividades para direção e finalidades mais humana e orientada para uma responsabilidade e uma gestão mais coletiva. Assim, fundamenta a concepção de sustentabilidade, quando desenvolve a articulação ético política entre as três ecologias: a do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

Por *cultura*, compreende-se sob o foco de identidade cultural e do lugar de pertencimento e, ainda, como todas as vivências das dinâmicas humanas (HALL, 2001).

Embora se reconheça o processo de mudança pelo qual passam as concepções sobre identidade cultural, o estudo opta pelo entendimento do *hibridismo*, na acepção que lhe dispensa (CANCLINI, 2000), como fusão entre diferentes. Tal compreensão explica o atravessamento do imaginário dos colonizadores na visão do senso comum entre os grupos ou pessoas ligadas ao *marketing* turístico e as atividades culturais da Costa do Descobrimento.

Sobre o conceito de *turismo*, entende-se toda atividade social e econômica que inclua viagens, negócio ou lazer e consumo de bens e serviços para satisfação das necessidades básicas e secundárias dos viajantes (LAGE; MILONE, 2000). Associado ao conceito de cultura, *turismo cultural* seria a combinação das manifestações autênticas do local ou da região, com serviços e infraestrutura para sua apresentação, promovida por moradores, profissionais ou administradores que, juntos, desenvolvem e formatam os produtos e as atividades turísticas (LUCAS, 2000). O turismo cultural é caracterizado pela motivação de entrar em contato com regiões que tenham história divulgada com suas tradições, manifestações culturais, artísticas e religiosas. Dessa forma, o turismo é entendido da perspectiva cultural, conforme John Swarbrooke, quando assevera que isso “significa começar a maximizar conscientemente os benefícios econômicos, sociais e ambientais do turismo cultural para as comunidades locais” (SWARBROOKE, 2000, p. 40).

É necessário também esclarecer que neste trabalho não se usa o termo descobrimento no sentido de que os europeus construíram as Américas, mas que a acharam habitada por outras culturas, a colonizaram provocando,

involuntariamente, um hibridismo cultural. Descobrimos é utilizado na acepção de achamento, que quer dizer “aquilo que se sabia existir, mas não se sabia onde estava” (SIMÕES, 1999), desconheciasse a localização exata, por isso a referência ao termo sempre aspeado.

Assevera-se no problema proposto que o tratamento dado às imagens e ao imaginário da Carta de Caminha no *marketing* turístico tem caráter hegemônico, sem considerar as diversidades das visões dos grupos locais, suas diferenças e conflitos sociais Por conseguinte, verificaram-se duas premissas:

a) a influência do imaginário da Carta de Caminha na visão construída sobre as virtudes da região, da visão que os habitantes tem de si mesmos, de sua identidade cultural e do seu próprio imaginário;

b) e a utilização acrítica desse imaginário da Carta nas atividades turísticas, no *marketing* e nas propagandas para atrair turistas. Analisam-se os impactos sócio-culturais e o imaginário como forma de compreender as relações sociais da região sul baiana, bem como a apropriação do *marketing* turístico desse imaginário. É significativo relacionar turismo enquanto espaço de desenvolvimento, que reconfigura as matrizes do passado, representadas pela Carta de Caminha.

O exposto enfatiza que a análise de tais manifestações culturais e turísticas faz parte dos diversos campos e objetos novos assumidos pelas ciências sociais na



atualidade. Assimila a ampliação das fronteiras dessas ciências e, com isto, faz uma aproximação que viabiliza os instrumentos para o estudo sobre o turismo. Imbuído de tal postura, as fontes orais e escritas sobre as divulgações das atividades turísticas e o imaginário da Carta de Caminha são tratadas pelo viés da crítica interpretativa.

O trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro capítulo faz a seleção e análise de alguns elementos do imaginário da conjuntura da expansão marítima do século XVI, representado por Caminha em seu relato sobre o achamento do Brasil. Da Carta são selecionadas as representações mentais e os significados simbólicos que estão no bojo das descrições a respeito da cultura, costumes, estética, natureza e a relação com o outro, encontrado no Novo Mundo (ELIADE, 1991). Estabelece-se o diálogo entre a Carta de Caminha e o imaginário coletivo do século XVI sobre os povos e as terras do além-mar, averiguando a rede do simbolismo e representações explicitadas nas descrições do referido relato.

O segundo capítulo realiza a análise do imaginário, símbolos e representações mentais sobre a Costa do Descobrimento encontrados em objetos do *marketing* turístico - *folders*, guia turístico, revistas, *CD-Rom*, vídeo - que se encontram anexados ao texto dissertativo. Analisa criticamente o tratamento dado às imagens sobre a região e suas potencialidades e como o *marketing* turístico usa o imaginário da Carta de Caminha, resignificando-o e utilizando-o enquanto reforço nas propagandas. Assim, é possível perceber manifestações do imaginário dos colonizadores e sua influência na visão dos grupos locais, bem como nas

projeções e propagações das vantagens turísticas regionais e em extensão do Brasil.

A conclusão tece considerações críticas sobre as repercussões da utilização das imagens da Carta de Caminha como atrativo do *marketing* turístico na Costa do Descobrimento. Consideram-se os impactos nas atividades turísticas, nos textos dos folhetos, e propagandas a respeito do potencial turístico divulgado, com imagens que reforçam antigas concepções dos europeus, especialmente dos portugueses, sobre a região.

## CAPÍTULO 1

### A CARTA DE CAMINHA E SEU IMAGINÁRIO

*Mas o essencial não é sonhar, hoje, com um prestígio  
de ontem ou de amanhã.*

*É saber fazer a história de que temos hoje  
necessidade.*

*Jacques le Goff e Pierre Nora*

Toda estrutura social se construiu, dentre outras instituições, das representações coletivas e que, a partir dessas, os homens apreendem e manifestam sua visão de mundo e do que considera a “realidade”. A abordagem da Carta de Caminha, realizada à luz dos estudos das mentalidades, apreende não só as relações sociais, políticas e econômicas, mas as representações da realidade de sua época. É dentro desse foco que se faz o estudo do imaginário da Carta, entendido aqui como o exercício intelectual que tenta ultrapassar, de forma simples, os limites do real, do visível e penetrar nas fantasias, sonhos, ideais, nas representações mentais das sociedades passadas através da religião, do estudo sobre a morte, a obsessão, os mitos (MAROTTA , 1991).

Caminha, como quaisquer homem, vale-se de representações para ler o que se descortinava ao seu redor, ou melhor, a “realidade exterior percebida” (TRINDADE, 1997, p. 25). Assim constrói suas interpretações baseadas nas imagens que tinha em sua mente, “obtidas pelas experiências visuais anteriores” e carregadas pela percepção de mundo e valores aos quais estava submetido (TRINDADE, 1997, p. 10). Vê-se nas narrativas da Carta os reflexos de valores, crenças, teorias, hábitos, religiosidade, ideologias, enfim, a mentalidade e o

imaginário que Caminha transpira em seus registros sobre os povos encontrados na nova terra achada além do Atlântico.

A Carta de Pero Vaz de Caminha, como documento histórico, é de importância real para a percepção do imaginário dos europeus. Constitui um documento ímpar para a análise das representações e do imaginário de sua época. É, ao mesmo tempo, oficial, pessoal, narrativa histórica e literária; e, ainda, é de cunho antropológico, etnológico e histórico. Reúne, assim, uma variedade de possibilidades de exame que, mais recentemente, com os seus quinhentos anos, recebe leituras e análises de perspectivas multidisciplinares.

Tomada como fonte das imagens que revelam o deslumbramento diante da terra, dos habitantes e das possibilidades de um paraíso a ser explorado, apresenta inúmeras imagens, incluídas no contexto dos “Mitos da Conquista” que envolviam os portugueses quinhentistas. Vão desde as imagens míticas como paraíso terrestre, à inocência original, flagrada como prova desse paraíso, como suas riquezas abundantes, até a constatação, implícita no texto, sobre a superioridade branca européia, bem como a sua vocação civilizatória e missionária. Os mitos da conquista se construíram a partir das imagens ufanistas da “vegetação sempre verde, o colorido, variedade e estranheza da fauna, a bondade dos ares, a simplicidade e inocência das gentes” (HOLANDA, 1994, p. 7) e constituem as matrizes dos próprios mitos que resistem na visão ufanista, desde a colônia, sobre as virtudes potencializadas da terra e das gentes.

Há também as imagens estéticas, lúdicas, com o exotismo das pinturas, adereços,

gestos, danças, além da nudez, jovialidade e saúde dos corpos dos nativos, seu vigor e ausência de defeitos. Ademais, outras que não serão alvo deste estudo, como as imagens sobre a fauna, a flora, os alimentos, organização das moradias com seus apetrechos, linguagem que não se entendia, a vida rústica, a falta de organização de poder hierárquico, a diferença na apreciação dos manjares e dos ritos, a organização e relações sociais dos nativos, suas armas e estratégias para tentar livrar-se dos incômodos intrusos em suas moradas, para pontuar a diversidade dessas imagens.

Observações ainda sobre os *costumes* dos nativos, lidos através de atitudes consideradas incompreensíveis, censuradas pela falta do mínimo de civilidade e de coerência. Ao mesmo tempo esses costumes foram interpretados como sendo de povos inocentes, sugerindo a “inocência original” de Adão e Eva, explicitada na nudez natural, no comportamento pacífico, na ausência de defeitos, na beleza e pureza de comportamento, sutilmente sugerindo um ambiente cheio de possibilidades de desfrute e permissividade dos prazeres ainda por serem usufruídos em contato com esses nativos.

Pontua-se como é vista a *estética e o lúdico* que, com imagens contraditórias, foram observadas e valoradas por Caminha e sobre as quais o escrivão português tece comentários que, posteriormente, reforçam o imaginário das gentes encontradas e as relações amistosas e romantizadas como essas relações foram entendidas. Além disso, essas imagens e imaginário baseiam a tendência que seria fácil subjugar os nativos e que esses seriam adaptáveis à aculturação e aos valores europeus.

Interessa também as imagens sobre o *outro* desconhecido, quanto julgado em suas formas, sua natureza, seu modo de apresentar-se, sua proximidade ou distanciamento da humanidade ou do padrão de civilidade ali confrontado. As descrições e conclusões sobre a valoração do comportamento dos nativos e, no que seria necessário, para enquadrá-los no sistema dos valores europeus, visto que o outro, no contexto de Caminha, estava sempre em *déficit* da cultura européia.

Outrossim, as imagens sobre a visão paradisíaca em relação à *natureza* da terra revelam-se nas muitas citações que enaltecem sua qualidade (como sendo boa, de bons ares, abundante em águas, com árvores exuberantes e animais de beleza rara, além de ser habitada por gentis homens). Essas qualidades expressam o que o homem quinhentista, representado por Caminha, supunha de um paraíso terrestre, de um éden perdido, o que fazia parte do imaginário da época.

As análises são pontuais, mas o suficiente para a aplicação analógica das imagens da Carta de Caminha com as semelhantes no imaginário construído sobre o Brasil e pelas imagens veiculadas nas propagandas turísticas. A Carta traz, como todo documento, a idéia do contexto histórico que o explica e elucida.

## **2.1 Contextualização histórica**

Sejam eles quais forem os documentos, encerram uma parte de imaginário e podem, se analisados com atenção, expressar as representações do contexto no qual foram produzidos. Naturalmente, o texto da Carta, quer seja considerado documento oficial ou literário, oferece um profícuo exercício de percepção do

imaginário. Historiadores, antropólogos, literatos e outros encontram generosos subsídios para seus estudos nesse documento.

Um documento histórico, seja qual for a sua origem, se a ele são feitas às perguntas adequadas, manifestará o imaginário, os valores, os sentimentos, a ideologia de um povo em sua temporalidade. A Carta de Caminha é um documento desses, privilegiado por seu inusitado registro do encontro de povos completamente desconhecidos, que dificilmente se achará outro de iguais possibilidades.

Ao longo da História, a Carta de Caminha tem recebido várias leituras e atualizações (Fig. 01). Os olhares sobre a Carta pontuada ao longo de sua trajetória, desde a sua escritura, em geral, provêm de perspectiva hegemônica, eurocêntrica. O resgate historiográfico da Carta de Pero Vaz de Caminha não é objetivo dessa pesquisa. Cabe, entretanto, pontuar alguns estudos feitos sobre a Carta, a título de revisão bibliográfica.

Sabe-se que a Carta de Caminha, relato da semana em que passou a esquadra de Cabral em Porto Seguro, permaneceu sem divulgação até o século XIX, quando, segundo Antônio Baião e Jaime Cortesão, foi descoberta por José de Seabra e Silva guarda-mor da Torre do Tombo que fez da Carta uma cópia em 1773.

No Brasil, foi publicada pela primeira vez pelo padre Manuel Aires de Casal em *Corografia Brasílica* (CASAL, 1817, p. 12-34). A edição de 1945 é mais acessível, segundo Paulo Roberto Pereira (1999), em “Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento” do Brasil. A partir das edições de Francisco Adolfo Varnhagen

(1877), do filólogo João Ribeiro (1910), de Carolina Michaelis de Vasconcellos (1929 e 1939) e, especialmente, de Jaime Cortesão (1922, 1943, 1994), a Carta de Pero Vaz de Caminha recebeu variadas e abundantes publicações, transcrições, estudos, traduções e interpretações (PEREIRA, 1999, p. 61, 62). Algumas mais significativas tiveram destaque durante as comemorações dos quinhentos anos do Descobrimento do Brasil.

No âmbito nacional, a maioria dos estudiosos do período das expansões marítimas portuguesas e das implicações do encontro entre europeus (velho mundo) e novos habitantes (novo mundo) e todo o processo de colonização, utilizam a Carta de Caminha como documento de análise para corroborarem suas visões hegemônicas ou não. Outros têm estudado a Carta de Caminha buscando o imaginário e as imagens que fundamentam a mentalidade tanto dos colonizadores, como da sociedade que se forma a partir dessa colonização na Terra de Santa Cruz e a subjugação, primeiro dos habitantes nativos e, depois, dos africanos trazidos para mão de obra escrava. Dentre esses estudos estão: Souza (1986), Raminelli (1996), Bueno (1998).

Quanto ao tratamento da Carta, enquanto documento histórico, todos esses estudos exploram a Carta de Caminha com propriedade, pois essa oferece inesgotáveis possibilidades de análises. Mas os estudos do imaginário e imagens contidas no relato de Caminha a respeito das terras, dos habitantes, dos costumes, das mentalidades ganham, recentemente, maior atenção por parte de estudiosos das mais diversas áreas.



Por volta de 2000, Portugal fez ampla comemoração dos seus “descobrimientos” e, no Brasil, discutiu-se a chegada dos portugueses a essas terras. Esse fato reacendeu o interesse pela Carta de Caminha. Considerando o encontro das culturas indígena, negra e branca geram-se discussões e polêmicas, inclusive desencadeando amplas reflexões sobre questões identitárias, diversas interpretações sobre o encontro dessas culturas e as leituras dos relatos dos mesmos, na perspectiva do respeito, ou não, à diferença, da visão do outro, da nacionalidade.

Naquele contexto histórico, o sul da Bahia, considerado berço da nação, foi foco das atenções especialmente do país e de Portugal, para as comemorações dos 500 anos do Brasil. A Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC criou a *Comissão Institucional para as Comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil - CICDB* - que promoveu eventos e discussões locais de re-interpretação e ressignificação do fato histórico e dos documentos que o registraram.

Dentre as publicações significativas estão: a Revista sobre as Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha, edição da Editus UESC; Edição Especial; *As Cartas do Brasil*, de Henrique Campos Simões; *O Achamento do Brasil a carta de Pero Vaz de Caminha a El- Rei D. Manuel* (em quadrinhos), de Henrique Campos Simões e Reinaldo Rocha Gonzaga e a peça *O Auto do Descobrimento*, de Jorge de Souza Araújo. O grupo de teatro da UESC realizou várias concepções cênicas com artistas da região, como Pedro Matos, Márcia de Meneses e Ramayana Vargens, e que foram apresentadas por estudantes da UESC até o ano 2000.

Outros exemplos são a realização do Fórum Luso-Brasileiro de História:

Descobrimento e Descobrimientos do Brasil; Mar à Tona Vaz de Caminha Pelos Caminhos Inter-Capitanias Ilhéus Porto Seguro, atividade integrada ao Fórum Internacional de História e Cultura do Sul da Bahia, que percorreu vários lugares com a réplica da Carta de Ilhéus a Porto Seguro, parando em locais aonde aconteciam atividades alusivas às comemorações do Descobrimento; Feira Cultural dos Povos: Nações indígenas, africanas e européias, entre outros, organizados pela UESC, de destaque no cenário nacional e internacional. Os estudos e debates sobre a Carta de Caminha ainda foram valorizados por artigos na Revista FESPI - Edição Especial, organizada pelo prof. Henrique Simões, através da CICDB UESC, em sua publicação de 22 de abril de 1996, com os estudos de Teixeira (1996), Simões (1996), e outros livros como os de Tufano (1999), Pereira (1999), além das publicações em páginas da *internet* e *sites*.

Para compreender as visões do Brasil produzidas no “Descobrimento” e hoje reconfiguradas no *marketing* turístico, recorre-se ao imaginário que é como um motor na produção de sentidos, valores e significados (CUNHA, 1999). No sul da Bahia, esses sentidos, valores e significados levados em consideração ao examinar-se as vivências da região oportunizam entender o seu desenvolvimento e atual estágio histórico. É inegável que o imaginário legado pelos colonizadores pesa, consideravelmente, nas escolhas de apresentação e divulgação da região da Costa do Descobrimento, quando optam por utilizar-se das imagens da Carta de Caminha na indústria turística.

Das leituras e análises dos textos publicitários veiculados na e sobre a região da

Costa do Descobrimento, percebe-se que há manutenção das imagens estereotipadas que mantêm como objetivo a conservação das diferenças dos grupos sociais e culturas, narradas reproduzindo as mesmas cenas sobre o encontro entre brancos e nativos. O reforço, ainda hoje, do imaginário edênico posto a serviço das demandas turísticas promovendo uma falsa visão exótica dos povos nativos, ignorando todo processo de mudanças histórico-sociais a que está sujeito todo grupo cultural. Esses interesses povoam as representações e o imaginário que se projetam para uma visão hegemônica assumida pelos grupos locais que lidam com as atrações culturais e naturais oferecidas como produto turístico, e pelos que são explorados como figurantes no processo de montagem desses produtos.

Caminha é homem formado no clima histórico do século XVI e, como tal, sua mentalidade está fatalmente fincada na religiosidade, nos tormentos das visões de demônios e pecados, superstições e recalques morais. Ao mesmo tempo aproxima-se do espírito dos intelectuais humanistas da época que acenavam para posturas científicas, marcadas pela pretensa objetividade. Como “filho legítimo da sociedade de seu tempo” (MELLO SOUZA, 2000, p. 01), Caminha tinha uma atitude observadora, o que se revela na forma detalhista como descreveu certos episódios. Mas, ao mesmo tempo, seu espírito ambivalente, alimentado pelas utopias, mitos e visões de sua época, transborda na perplexidade diante de uma trama social tão distinta da sua.

Na época de Caminha, Portugal não era exceção ao contexto que vivia o despertar da razão científica e das artes sem livrar-se das lutas pela vocação

religiosa cruzadista contra os infiéis. Atendia ao humanismo, sem evitar a intolerância e a brutalidade para com os desiguais e diferentes. Como pioneiro em organizar seu Estado centralizado, Portugal ergue os alicerces do patrimonialismo e dos privilégios de classe, mas sem evitar as pestes, o desequilíbrio, a promiscuidade das ruas e o fervilhar de informações e intrigas nas disputas pelas conquistas garantidas pelo Estado forte. Assim, “é neste mundo moral e espiritual, como filho desta psicologia e susta indiferença, curiosidade e amor, que vive, trabalha e escreve Pero Vaz de Caminha. Em sua Carta, vamos ver, bem assentados, seus pés modernos no terreno escuro do misticismo duradouro” (MELLO SOUZA, 2000, p. 04).

Caminha é o representante do homem que tem sua formação no imaginário medieval, mas que se aproxima do humanismo e das pretensões objetivistas da razão renascentista. Por conta disso, atribui-se isenção moral, objetividade e análise científica apuradas. Pretende-se isento de condicionamentos, mas, na verdade, Caminha não escapa do misticismo e da ambivalência. De posse dessa formação transitória entre o velho e o moderno, julga com a visão social de uma sociedade letrada, religiosa, conservadora e, ao mesmo tempo, lançada ao desenvolvimento técnico e em sintonia com a visão dos estudos avançados dos novos lugares “descobertos”.

Por outro lado, a pesquisa e a observação sobre o costume dos nativos constituíam-se o início dos estudos sobre a etnologia e Caminha fazia parte do grupo de homens portugueses de letras, artes e filosofia, embalados pelo espírito imaginativo dos que buscavam o mitológico paraíso terrestre (MELLO SOUZA,

2000). Império tipicamente renascentista, Portugal mantém os quadros mentais do sombrio imaginário do inferno e a esperança de encontrar o Éden. Não obstante isso, a ação centralizadora dos seus reis construía uma burocracia consciente, que fornece bases para ser uma poderosa nação dessa época e lhe conferir glórias e lucros com as viagens à África, Ásia e depois ao Brasil.

Moldava-se, assim, uma sociedade apta a desenvolver um projeto colonizador, embora se discuta o planejamento ou o espontaneísmo desse projeto. Os contatos com novos povos constituíam um confronto aos costumes cristalizados da sociedade européia. Os viajantes, provavelmente, experimentavam a perplexidade de encontrar culturas que contradiziam as referências ocidentais, hoje universalizadas. A tentativa era sempre de adaptar as diferenças aos similares da cultura milenar européia. Sabe-se porém, que do encontro de duas referências culturais jamais se sairá incógnita. O contato com os valores de outrem causará irredutivelmente a rearrumação dos próprios valores de uma e de outra parte. É nesse contexto que a Carta de Caminha deve ser entendida. Suas múltiplas facetas certamente alimentam uma diversidade de interpretações das mais românticas às mais críticas.

## **2.2 O imaginário da Carta**

Inegavelmente, o imaginário da Carta de Caminha está ligado ao fim da Idade Média.

Sabendo-se que, sendo o imaginário ligado às estruturas históricas de longa duração e que insere-se, não no tempo curto dos fatos, não no médio prazo das conjunturas dos fatores que circulam os fatos e os explicam, mas no tempo de longa duração, que muda lentamente a exemplo das estruturas mentais e do imaginário. Assim sendo, nos primeiros cinqüenta anos, e talvez mais, do que convencionalmente se chama Idade Moderna, é o imaginário medieval que sobrevive, que é ainda a matriz da mentalidade de Caminha.

Esse imaginário medieval encontra nos trilhos abertos para a modernidade uma forma de expressão mais forte. O forte espírito religioso, a livre associação do “real” e do “irreal”, o conflito entre o santo e o profano, a censura fraca da Igreja e a sensualidade invasora de povos desconhecidos, dá o tom da justa transição de um momento em que a alegria dos vivos se mistura na dança macabra dos mortos. Tudo pode ser explorado no imaginário dessa Carta que abriga exemplos surpreendentes dessas imagens imbricadas da mente de Caminha.

“Tudo isso é reunido no curso de uma transição histórica em que se dissipa o velho feudalismo, em que nascem as atitudes sensuais e religiosas do homem moderno. Semelhante documentação, bem explorada e talvez exemplar, coloca de maneira nítida esse problema das relações entre a realidade social e sistema de representações, sobre o qual é possível construir a história do imaginário” (PATLAGEAN, 1990, p. 300).

Entre as imagens medievais resistem, até o século quinze, algumas que dizem respeito à sacralização da natureza, à demonização dos povos pagãos e bárbaros, à edenização das riquezas e ao mito da localização concreta do Éden em alguma parte do mundo. O ocidente dos moldes medievais não impedia a mistura simbólica do exótico pagão e o fantástico escatológico povoado de bestiário, da selvageria, do grande juízo, da Terra prometida, do paraíso perdido;

tudo fomentava uma literatura vasta que alimentava as mentes e servia de critérios nos planos e projetos dos aventureiros que se lançavam à possibilidade de concretizar sua imaginação (SOUZA, 1986). Isso se constitui um exemplo do imaginário agindo transversalmente nas transformações e rupturas no limiar da modernidade.

Nesse contexto, as imagens e representações da Carta de Caminha são inúmeras e fazem parte destas o imaginário quinhentista europeu. À guiza de pontuação, pode-se listar as que se referem ao paraíso terrestre, ou seja, o “Éden perdido”, no qual acreditavam os portugueses, como todo europeu da época que, além de ter a fonte da eternidade, seria também uma fonte inesgotável de riquezas inimagináveis:

A visão atual do espaço edênico, lembrado a partir da tradição antiga bíblica, caracteriza a geografia imaginária da Idade Média [...] No plano ideal, o paraíso perdido de Adão e Eva, localizando algures a Oriente, simbolizava o retorno a mítica idade de ouro, à pureza dos tempos iniciais, plenos de abundância, beleza, amenidade e juventude [...] Na fronteira de um tempo aberto a todo gênero e evasões oníricas, a nostalgia do jardim do Éden ressurgiu, à vista de novas terras de insuspeitável esplendor, nos textos dos navegantes e cronistas ibéricos que demandam o Novo Mundo. (ARAÚJO, 1999, p. 1).

Sobre esse paraíso, Caminha descreve as imagens míticas desse Éden, quando fala do solo inesgotável, as muitas águas (acreditava-se que no Éden a ser encontrado havia a fonte da juventude, águas regeneradoras), o exotismo da natureza etc. Projeta a sua formação de homem de mentalidade ainda medieval, mas, ao mesmo tempo, moderno o suficiente para antever a praticidade na utilização desse paraíso. Esse mito era corrente na Idade Média e fazia parte da literatura considerada não só fantasiosa, mas também informativa e confirmada por depoimentos de viajantes e estudiosos. A própria Igreja medieval corroborava

com o mito que circulava entre populares e também entre os nobres. No caso de Caminha, então, não era incomum que, imbuído desse mito, ouvido de todas as formas, usasse a linguagem bíblica para descrever o que estava diante de si. Sobre isso, Sérgio Buarque de , em a Visão do Paraíso, tece vasto comentário:

Em sua forma inicial, essa idéia das águas rejuvenescedoras permaneceu circunscrita, no novo mundo, só a Flórida, quando muito a regiões vizinhas. Não faltou, é certo, quem tentasse situar em outras partes do hemisfério mananciais que, dotados de propriedades bem diversas das suas, se distinguiam por certas virtudes invulgares [...] Em favor dessa teoria de que ficava na América o sítio do Paraíso, não faltaria “fé comum” que a Simão de Vasconcelos parece coisa eficaz e infalível [...] Ninguém pode naturalmente determiná-lo, e por isso o que se há de ter como certo é que sua altura será tanto quanto seria conveniente para a boa e saudável habitação dos homens. Isto é, que nela fosse a tal temperança do ar, que ali se vivesse de modo deleitável, sem extremos de frios ou calor, e tamanha a salubridade, que as coisas não se corrompessem de todo, ou não se estragassem facilmente. (, 1999, pp. 22, 140, 162).

Outras expressões de Caminha sobre isso reforçam a mesma idéia de paraíso, como, por exemplo, a vegetação exuberante, os bons ares (eterna primavera), o clima ameno. A comparação é explícita quando fala do estado de inocência dos habitantes que eram como Adão e Eva, tudo evocando as visões correntes da terra “do surreal”, exotismo, da vida longa, saúde perene, enfim, do maravilhoso que estava ali, ao alcance do olhar. Mesmo que não explicitamente tenha dito que encontrou o paraíso, o texto da Carta se direciona em proporcionar subsídios para, pelo menos, incentivar a possibilidade de estar perto do mesmo. As descrições têm claro intento de sinalizar aos destinatários a possibilidades de serem reais as versões correntes sobre um possível lugar de divina criação ou descendente diretamente dessa. Essa visão idealizada de que a terra é um encanto por si só, reforça o que se acreditava:



e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos, de ponta a ponta é toda praia plana chã e muito formosa. Mas a terra em si é de muito bons ares, frios e temperados como os de Entre-Doiro e Minho, porque neste tempo de agora, assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. (SIMÕES, 1999, p. 138).

As imagens do Éden ainda são evocadas ao descrever a inocência original adâmica dos habitantes: nudez natural, sem vergonha, gentis. A beleza estética - a perfeição dos traços físicos, dos corpos, beleza, pureza, limpeza - está também descrita na Carta de Caminha, com uma contemplação só explicável pelo sentimento mítico que dominava as impressões do escritor. Esses elementos tinham também ligação com o ideal de que o estado primeiro dos homens proporcionava uma qualidade especial de vida e de saúde que seria própria, pelo menos, da proximidade do paraíso de Deus. Mais tarde, sabe-se que a perfeição dos corpos tem outra explicação, nada edênico, pois os nativos matavam os nascidos doentes ou com quaisquer defeitos por questão de sobrevivência. Caminha, entretanto, lança mão do mito, mesmo nas entrelinhas, para explicitar suas observações:

E tomou em uma almadia (canoa rasa) dois daqueles homens da terra mancebos e de bons corpos e um deles trazia um arco e seis ou sete setas. A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhado, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus e sem nenhuma cobertura [...] Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e sua vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que de nós muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha (SIMÕES, 1999, pp. 116, 120).

O mito do El'dorado, também presente nos tempos de Caminha, é claramente incluso em sua interpretação dos gestos dos nativos quando da “visita” ao navio. Acreditava-se que, nesse El'dorado, ouro e prata, riquezas inesgotáveis, abundância de víveres faziam parte de suas paisagens (, 1999, pp. 35, 36, 65).

Por conta disso, nota-se forte preocupação de Caminha em confirmar a presença de ouro, sua localização, e fazer o Rei de Portugal atento à sua preocupação:

Porém um deles pôs olho no colar do Capitão a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, como que nos dizendo que havia em terra ouro. E também viu um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e então para o castiçal como que havia lá também prata [...] tirou-as e enrolou-as no braço a acenou para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como que dariam ouro por aquilo. Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. Nela, até agora, não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem ferro lho vimos (SIMÕES, 1999, pp. 117, 118, 138).

Outras imagens são perceptíveis na Carta como a superioridade branca cristã, quando Caminha refere-se aos habitantes como sendo gente sem boas maneiras, sem reverência, sem percepção de hierarquia (sem governo), com língua ininteligível, pouco recursos técnicos, de hábitos estranhos em seu visual e na maneira de usarem seus adereços. Julga que pelo fato de não compreenderem sua linguagem, está diante de bárbaros como se outros povos na época não houve dos quais não se entendia o falar.

Assevera também que, por serem tão néscios, estariam prontos para serem transformados em cristãos por não ter religião:

Dos que ali andavam, quase a maior parte, traziam aqueles bicos de osso nos beijos e alguns que andavam sem eles, traziam os beijos furados e nos buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha. E lá andavam outros, quartejados de cores, metade de sua própria cor e a outra metade de tintura negra, maneira azulada e outros quartejados d' escaques. (quadriculados) Ali por então não houve mais fala nem entendimento com eles por a barbaria deles ser tamanha que não se entendia nem se ouvia ninguém [...] Ora veja Vossa Alteza, quem em tal inocência vive ensinando-lhe o que para sua salvação pertence se converterão ou não? (SIMÕES, 1999, pp. 120, 137).

Vastas são também as descrições e visões, evidentemente etnocêntricas, dos costumes dos nativos com sua esquivaz, adereços, pinturas, habitações e disposições aos ritos e festejos efetuados pelos tripulantes da esquadra de Cabral. “E conquanto, com aquilo, muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquivaza, como a monteses e foise para cima” (SIMÕES, 1999, p. 127).

Não há dúvida de que os exemplos acima estão carregados de uma construção ideológica forjada no texto da Carta, explícita ou implicitamente, mesmo considerando que Caminha tenta ater-se ao que viu: “aqui não se há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu” (SIMÕES, 1999, p.137) como se reivindicasse a “imparcialidade” de um cientista.

Impossível, porém, era livrar-se do subjetivo, condicionamento social, cultural e ideológico que torna a visão etnocêntrica, hegemônica e, por isso, redutora. Relacionando essas imagens, mais especificamente, pode-se analisar como Caminha lida com a cultura, os costumes, o outro, a natureza e os desdobramentos advindos desses tratamentos.

### **2.3 Do que viu e lhe pareceu**

Os estudos conceituais sobre o que se entende por cultura estão impregnados de discussões. Entender cultura como aquilo que faz sentido para um determinado grupo social evidentemente faz parte dos avanços da tolerância e alteridade e, essas, são atitudes recentes. Saber que os povos ou grupos sociais têm práticas específicas, costumes e concepções de mundo - que isso são resultados de suas condições materiais e dos ritmos de cada agrupamento humano, de como lidam

com seus conflitos, como se organizam - só recentemente são preocupações sistematizadas (HUNT, 1992).

Os estudos sobre cultura só se intensificam à medida que aceleram os contatos entre povos e nações; contatos nem sempre pacíficos e, no caso de Caminha e dos nativos das terras hoje brasileiras, foi um caso insólito começando com certa amistosidade até à crueldade e à quase extinção desses nativos. Das muitas acepções sobre cultura, interessa ao trabalho a perspectiva antropológica cultural que é aqui entendida como o resultado de todo fazer humano que, segundo Bhabha, é a “produção de uma forma de apresentação simbólica que resultaria em uma vontade coletiva” e mais “uma estrutura de heterogeneidade sobre a qual se poderia elaborar uma alternativa teórica e política” (BHABHA, 2001 p. 55).

Na época dos relatos de Caminha, o sentido de cultura não concebia o respeito às diferenças, que, segundo Bhabha, significa que “se diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação, através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade” (2001, p. 63). Caminha, em momento algum, como todos de sua época, estava pronto a reconhecer os conteúdos e costumes culturais dos nativos como algo diverso, embora tivessem sua lógica estrutural que possibilitava sua compreensão. Sua atitude foi direcionada a estabelecer a medição entre o encontrado e sua “ideal” civilização, e a orientar o que seria necessário para que os nativos saíssem daquele “primitivo” estágio cultural para alcançar o seu.

Mas, quando se trata do encontro das culturas, é necessário levar-se em conta as

contradições que se estabelecem. No caso dos portugueses com os nativos da terra primeiramente nomeada de Vera Cruz, a tese era a incorporação da terra, recém “descoberta”, ao expansionismo mercantil e religioso de Portugal. Os símbolos eram claros: estandarte real e elevação da cruz e, ainda, imagens que fornecem as bases para pensar sobre o aproveitamento dessas terras. “Em se plantando tudo dá” é a confirmação do modo como se pensava consolidar a vocação do país do futuro, terra prometida.

Promessa de abundância por sua natureza e de progresso tecnológico por suas oportunidades de investimento das técnicas modernas para dela arrancar o máximo de lucro. Essa terra tudo oferece aos projetos do passado colonizador e do presente modernizador. Mas e a contradição? Esta fica por conta da condição de inferioridade que persiste, essa impossibilidade de superação da promessa não cumprida, essa angústia de miséria, pobreza, exclusão.

A racionalidade não consegue maximizar os valores morais, a liberdade, fraternidade e igualdade das diferentes comunidades e cultura híbrida da nação, em um projeto único. Nesse sentido, ainda espera-se pela modernidade. Aqui, configura-se um particularismo real de síntese: como uma formação escravista, e depois pós-escravista, o Brasil representou um choque cultural, de confrontos, no qual os projetos das “culturas superiores” se encontram com “culturas inferiores” e geram um hibridismo onde triunfa a misturas de “raças” (HALL, 2001, p. 63) que, em síntese, é uma espécie de modernidade tropical. Hibridismo esse que hoje está na moda com o pós-modernismo que recebe bem “o hibridismo por vínculos afetivos”, como forma de síntese de culturas.

Aplica-se aqui o sentido de hibridismo como “poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriada à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado” (HALL, 2001, p. 91), também chamado por Bhabha como ““ inter “- o fio cortante da tradução e da negociação do *entre-lugar* - que carrega o fardo do significado da cultura” (BHABHA, 2001, p. 69). Nesse sentido, a Carta de Caminha, enquanto visão inaugural desse encontro singular entre duas culturas, oferece elementos para a compreensão da ambigüidade que até hoje perpassa a noção da formação e vocação nacional brasileira. A nação brasileira é exemplar desse hibridismo evocado como identidade.

Outrossim, alguns conceitos amplamente utilizados hoje para análise sobre o texto de Pero Vaz de Caminha não poderiam constar como referência ao escritor, porque o conceito de cultura entendido como as práticas simbólicas, os diferentes costumes e concepções de mundo não poderia ser parâmetro, já que tais conceitos só aparecem com os avanços dos estudos antropológicos a partir do século XX. Também não eram claras ainda as teorias de superioridade racial do branco europeu do século XIX, evocados para justificar o imperialismo sobre os demais povos. A atitude etnocêntrica e eurocêntrica impediam Caminha de compreender o sistema de valores implícitos nas ações sociais dos Tupiniquins e de poder com olhar, ao máximo, desnudo ver o outro sem as lentes do préconceito.

Em relação ao encontro de culturas, ou melhor, ao confronto cultural, Caminha certamente ficou, no mínimo, surpreso, pois, o que tinha diante dos olhos era bem diferente do que o imaginário medieval sugeria a sua mente. No lugar dos mitos

bestiais, monstros e caos, o escrivão viu seres humanos perfeitos e escreve: “nosso Senhor lhe deu bons corpos e bons rostos como a bons homens” (SIMÕES, 1999, p. 134); e em um outro trecho da Carta afirma: “E tomou em uma almadia dois daqueles homens da terra mancebos de bons corpos e um deles trazia um arco e seis ou sete setas” (*ibid*, p. 116). E ainda, “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons narizes, bem feitos”. (*ibid*, 1999, p. 16). Em nenhum momento os chama de índios, evitando o equívoco de Colombo, mas evidencia a surpresa de encontrar gentes com algumas características diferentes das, supostamente, acreditadas. Essas atitudes de etnocentrismo e eurocentrismo fazem Caminha recorrer a comparações constantes do que via com o que já conhecia de seu próprio grupo cultural.

Avaliando o desenvolvimento das suas atividades, conclui que era “gente bestial e de pouco saber” e ainda acrescenta que “não lavram, nem criam, nem há aqui nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha” (SIMÕES, 1999, p.134). Sua alimentação, embora pareça sadia, não é sofisticada, a ponto de rejeitarem o vinho e outras iguarias oferecidas pelos portugueses. Suas habitações também são comparadas e consideradas “choupaninhas”, enfim, tudo aquém, ainda que interessante, da “civilização” portuguesa. Vale salientar que esse encontro de culturas, no decorrer da colonização, torna-se cada vez mais profundamente etnocêntrico, a ponto de levar a escravização, suplantação e quase destruição total dessas culturas nativas. Historicamente, os nativos foram de inocentes a monstros, de anjos a demônios, de pacíficos a selvagens canibais, nas idealizações dos colonizadores, estrangeiros e visitantes. Ora representam o

papel de heróis, ora de bandidos, vadios, indolentes, preguiçosos. Todos esses “estereótipos” serviram como “arquétipos” para a construção da nacionalidade brasileira que oscilou entre paraíso e inferno, com a mesma intensidade das conveniências da nossa fluída identidade coletiva. Embora hoje essa discussão ultrapasse as questões de nacionalidade, ou seja, do pertencimento a uma cultura nacional e, se desloque para uma constante busca dos grupos sociais pelo direito a diversidade, o Brasil ainda lida com a questão da nacionalidade como ideal a ser alcançado (HALL, 2001).

Caminha, por vezes, não se deixa vencer pelo espanto. Procurando uma linguagem comparativa para amenizar o impacto da visão do novo, com as referências cristalizadas na mente, procura ver na cultura inusitada resquícios da sua própria cultura. Os impactos se sucedem. Depois da visão da exuberância da paisagem, da nudez dos habitantes, não de sua existência, já pressupostamente sabida, mas da nudez que os tornavam, diferencialmente, distantes da humanidade, Caminha tenta interpretar o que está vendo, à luz dos seus conhecimentos. Esse era um impacto imediatamente percebido e, várias vezes, o corpo das nativas é referido em comparação as mulheres portuguesas, pouco vistas em sua estética, demonstrando Caminha, ao que parece, um secreto prazer em olhar para os corpos femininos tão naturalmente à amostra, “que de nós muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha” (SIMÕES, 1999, p. 120).

A visão eurocêntrica é evidenciada quando o escrivão vale-se de seus referenciais ideológicos e do imaginário quinhentista. Nota-se, no texto, uma insistente ênfase



para o registro das faltas que se observa na terra e no grupo de nativos contatados.

Primeiramente falta roupa, daí supõe-se que se está diante de seres menos humanos, ou melhor, humanos em condição inferior. Depois lhes falta conhecimento das coisas básicas, da galinha (“quase tiveram medo”), do pão, peixe, mel, figos e do vinho “não quiseram comer daquilo quase nada” (*ibid*, 1999, p. 118). Do teatro de poder montado no navio para impressionar alguns dos nativos levados para lá, que não fizeram caso nem demonstraram reverência ou respeito, revelando para o escrivão a ausência de lei, rei, ou governo, o que se sabe agora era um equívoco:

O capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, e uma alcatifa aos pés por estrado; e bem vestido com um colar de ouro mui grande ao pescoço [...]. Acederam tochas e eles entraram e não fizeram nenhuma menção de cortesia nem falar ao Capitão nem a ninguém (SIMÕES, 1999, p.117). Eles não lavram, nem criam. Não há bois, nem vacas, nem cabras, nem ovelhas, nem galinhas, nem qualquer outra alimária que costumada seja ao viver dos homens (*ibid*, p.134).

O que se segue a isto é a mais impressionante tradução das intenções mercantilistas dos visitantes que tentam interpretar os gestos dos nativos como uma alusão ao fato de ter ouro na terra e tentam arrancar essa informação preciosa: “Porém um deles pôs olho no colar do Capitão a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, com que nos dizendo que havia em terra ouro” [...] **isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos** (SIMÕES, 1999, p. 117, 118, grifo nosso). Os gestos dos nativos eram interpretados à revelia, embora pudessem significar outra coisa como, por exemplo, que eles queriam o colar para levar para a terra. Entretanto, o próprio Caminha admite que desejavam

tomar no sentido de que havia ouro na terra. O comportamento e os costumes dos nativos despertavam curiosidade, mas não havia a tentativa de compreendê-los. Pela ânsia da interpretação apressada, julgava-se que eles tinham ausência de costumes coerentes e suas atitudes eram assimiladas como coisa da natureza “primitiva”. Na cena montada para demonstrar as relações de poder dos portugueses, o confronto dos costumes é soberbo: Cabral sentado numa única cadeira, os demais na alcatifa sobre o chão do navio. Os nativos não fazem nenhum sinal de reverência, respeito ou cortesia. Aquela concepção hierárquica nada significava para eles, bem como os seus simbolismos hierárquicos. As diferenças nos valores são interpretadas como ausência de civilidade: “De que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso esquivos” (*ibid*, p. 128).

A generosidade e as trocas por quaisquer coisas, que deixavam satisfeitos os nativos, não fizeram Caminha compreender que os valores comerciais são convencionais e que o ouro e outras coisas de valor comercial, estavam apenas ligadas ao sistema europeu.

Contra-pondo-se a tantas faltas, aponta algumas virtudes segundo sua visão etnocêntrica: eles são rijos, tão limpos, “tão gordos e formosos que não podem mais ser” (*ibid*, p 128). Caminha desconfia que está diante, ou perto do paraíso perdido, agora achado e que precisa ser sabiamente desfrutado, mas também salvo de sua própria inocência pelos arautos da civilização e representantes da “superioridade” humana (os europeus) dos quais ele é representante.

Naturalmente, conforme o próprio Caminha, ele não relata tudo, tenta ser o máximo veraz e honesto possível, dizendo apenas o que viu. Admite o julgamento

dizendo que escreverá o que lhe pareceu, fazendo da lógica europeia e dos quadros referenciais quinhentistas o parâmetro para este julgamento: “Entretanto, tome Vossa Alteza minha ignorância por boa vontade, a qual bem certo creia que, para aformosear nem afeiar, aqui não se há de pôr mais do que aquilo que vi e me pareceu” (*ibid*, p. 113). Caminha não consegue captar os valores do outro, os “antagonismos” lhe confundem e, embora reconheça beleza e formosura (gentis, rijos, limpos), assevera que está diante de povos desprovidos de humanidade completa.

A projeção dos valores europeus e portugueses sobre a terra e sobre os nativos é sumariamente aplicada nas conclusões do escrivão e, contrariando aos que ressaltam uma visão bucólica no texto do escrivão, o que emerge é um imaginário utilitário com respeito à terra e a uma visão dos nativos contactos, como bárbaros, desconfiados, desprovidos de cultura e que deveriam ser incorporados aos objetivos expansionistas portugueses, missionários e econômicos: “E que aí não houvesse mais do que ter aqui esta pousada para navegação de Calitute, bastaria quanto mais disposição para nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa Santa fé” (*ibid*, p. 138).

O mais instigante é que são conclusões e informações que não resultam de convivência (a esquadra de Cabral permaneceu dez dias na região), mas de interpretação, ou melhor, de uma ordenação dos elementos captados por sinais, sons, gestos, comportamentos, em lugar da palavra, da convivência, da experimentação, do tempo para compreensão do que está por trás dos simulacros dos nativos. A comunicação estabelecida é desigual, embora amistosa. É também

investigativa, mas essencialmente transitória e, portanto, insuficiente para as projeções e asseverações que ainda hoje pautam os símbolos e matrizes a respeito desses povos. As identidades são, portanto, fragmentadas, dicotomizadas, nós/eles. Os interesses são antagônicos: eles com flechas e o pedido de depor os arcos. O contato de alguns tripulantes dá uma idéia lúdica do encontro, quase encobrendo outros estremecimentos, como por exemplo, Diogo Dias, que dança de mãos dadas com os nativos, mas a esquadra tinha 1.500 homens que se mantiveram na defensiva e os tupiniquins “tomavam logo uma esquivada como a monteses e foram-se para cima” (*ibid*, p. 127).

Portanto, apesar dos breves momentos festivos narrados por Caminha, o processo colonizador do futuro se encarregou de apagar de forma cruel essas amenidades. Outro exemplo, a presença dos nativos no navio não foi uma visita de cortesia e sim uma apreensão, um seqüestro concreto. Caminha não deixa isso claro, mas a Carta do Piloto Anônimo relata:

Finalmente encontramos um porto onde lançamos âncora e onde encontramos daqueles homens que andavam em seus barcos pescando. E um dos nossos batéis foi onde àqueles homens estavam e **agarraram dois deles** e levaram ao capitão para saber que gente eram, e, como foi dito, não entenderam pela fala nem mesmo por acenos. E naquela noite o Capitão os **reteve** com ele. (SIMÕES, p. 169, grifo nosso).

O que se processa é a aplicação, da parte de Caminha, da hegemonia dos seus critérios e valores sobre o outro desconhecido. Embora a cultura dos nativos lhe parecesse inferior, à investigação, deveria ser feita com a maior precisão possível para que as informações fossem completas. Para assim saber os costumes,

condutas e testar o grau de resistência e preparo dos nativos, fora abandonado o degredado Afonso Ribeiro e ordenado que pernoitasse com os tupiniquins. Por mais de uma vez o fizeram voltar, rejeitando sua companhia entre eles, o que demonstra a não afetividade que Caminha, sutilmente, tenta passar em seu relato e confirma a resistência cultural nas relações estabelecidas:

Tornamos e eles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com eles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá dar ao senhor, se lá o houvesse [...] Mandou o Capitão a aquele degredado Afonso Ribeiro que se fosse outra vez com eles, o qual se foi e andou lá um bom pedaço e à tarde tornou-se, pois que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir, e deram-lhe arcos e setas e não lhe tomara nenhuma coisa do seu. (*ibid*, p. 121, 128).

Caminha não se aprofunda nisso nem se incomoda, mesmo que se tenha repetido por três vezes o episódio. Não percebe Caminha a intromissão que representa a presença dos degredados entre os nativos, pois o intento de buscar informações está além da tentativa de compreender a conduta desses. Até hoje a “desconfiança” dos nativos é asseverada sem compreensão de suas razões de proteger-se de uma cultura estranha e notadamente com interesses controladores. Não fora dado ao nativo o direito a negociação nas relações que se pretendia estabelecer. Nega-se o direito e o respeito ao acordo de convívio entre duas culturas flagrantemente opostas. Os objetivos estavam postos, a cultura recém encontrada estava fadada à aculturação sem pesos iguais e sem escrúpulos, mesmo porque a crença era que isso estava embutido na vocação dos que chegavam e eram belicamente superiores.

### **2.3.1 Das esquivanças e afetos**

O termo costume está hoje atrelado ao conceito de cultura, mas, para Caminha, a

clareza era maior ao julgar os seus recentes conhecidos por seus costumes, que por sua cultura. Por costume entende-se como algo *sui generis*, singulares hábitos e ritos de um povo ou de um indivíduo (THOMPSON, 1998). Não havia como, em dez dias, Caminha observar o que eram os costumes dos nativos, mas sua ânsia em descrever o que estava diante de si o fez traduzir o que via referendando-se no que era costume em seu grupo social. No ponto de vista aqui assumido, chama-se de costume os significados, atitudes e valores que Caminha atribuiu aos nativos e como particularizou as relações sociais advindas desses significados. A saída encontrada por Caminha foi enquadrar tudo que via aos seus referenciais, assim, livrava-se das surpresas e de ter que admitir o desconhecimento e o inusitado não compreendido:

e andava todo por louçainha cheio de penas pegadas pelo corpo que parecia todo **assetado como São Sebastião** (SIMÕES, 1999, p. 121, grifo nosso)

Os seus cabelos são corredios e andavam tosquiados, de tosquia alta mais do que sobre-pente, de boa grandura e rapados até para cima das orelhas. (*ibid*, p. 117) e nisso me parece, ainda mais, que são como aves ou alimárias (animais) monteses, que lhe faz o ar melhor pena e melhor cabelo às mansas (*ibid*, p. 128).

O que Caminha observa atribui comparativamente aos costumes próprios de sua sociedade mercantilista, que não compreende os códigos contrários a isso, que não compreende a natureza humana destituída das suas formas de “consciência costumeira” de ver as coisas, conforme Thompson (1998, p. 23). O que se pode ver é que descrevendo o costume dos nativos e, por vezes, reconhecendo sua beleza, Caminha usa de reducionismo mordaz e anacrônico quando se refere, por exemplo, ao “chefe” que passeava soberbamente na praia com adornos e plumas multicoloridas comparadas a “São Sebastião cheio de flechas”. Ao apontar a lisura

e o corte dos cabelos, é clara a intenção para atestar o costume no que diz respeito à “tosquia alta” que os aproximam das espécies animais, segundo o autor:

E conquanto, com aquilo, muito os segurou e afagou, tomavam logo esquiveza, como a monteses e foram-se para cima. [...] Os outros dois que o Capitão teve nas naus a quem deu o que já foi dito, nunca aqui mais apareceram. De que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso esquivos (SIMÕES, 1999, p. 127, 128).

De antemão, tudo que no costume desses nativos era estranho, deveria ser mudado e eles amansados. A ambigüidade que Caminha revela entre a admiração e a censura não apagava a pretensão de converter os costumes ao padrão da sua própria cultura:

Basta que até aqui como quer que eles se amansassem em alguma parte, logo de uma mão para outra se esquivavam como pardais de cevadouro (armadilha) e o homem não lhes ousa falar rijo para mais não se esquivarem, e tudo se passa como eles querem para bem os amansar (*ibid*, p. 128).

Caminha julga no tribunal do etnocentrismo que pressupõe valores universalistas da própria sociedade a que pertence. A atitude é de um particular que se empenha em generalizar forçando o diferente a ser familiar, a enquadrar-se à sua cultura. O etnocentrismo é, no mínimo, a lei do menor esforço, procede de maneira acrítica e seus valores são considerados suficientes para julgar o outro.

Caminha nem sequer tenta imaginar um valor, uma razão fora do seu particular referencial, sequer abraça a observação das soluções e comportamento dos nativos sem compará-los como inferiores ou superiores aos seus. Não ignorava, ao menos, a diversidade humana sob certos aspectos. Sabia-se de diferentes costumes e natureza e, embora a questão não fosse respeitada, já se descreviam

povos que não tinham os costumes iguais aos europeus, embora isso fosse considerado barbarismo e tratado com espanto. E mesmo que Caminha considerasse o nativo um outro ser humano, não era humanidade plena como a deles. O etnocentrismo sequer é percebido por Caminha, nem por um vacilo se considerava o falso universalismo dos valores europeus. O centralismo europeu não pressupunha a diferença cultural, pois, ainda que aceitasse a diferença dos indivíduos, esses estavam em níveis desiguais.

### **2.3.2 Das belezas e folgedos**

A estética, quer seja um conceito conhecido ou não dos povos, faz parte de sua cultura, do seu modo de vida, seu cotidiano, pois diz respeito à produção de seus objetos, vazão de sua criatividade, habilidade nata do ser humano. A essa predisposição à criatividade e à produção que, inclusive, gera as primeiras manifestações artísticas é que se denomina atividade estética.

Os padrões e gostos dessa atitude dependem do tempo, grupo social, valores e especialmente do imaginário. Apreciar ou fazer valores estéticos passa por corresponder à subjetividade de cada grupo, seus contextos sociais, culturais, históricos, etc. Nesse pressuposto, a atitude, ante a estética e gostos desconhecidos corre o risco de ser etnocêntrica, como no caso de Caminha. Com a mesma atitude de julgamento feita a tudo que estava vendo, Caminha elogia algumas das formas da pintura, dos gestos e objetos que os nativos tinham, mas acaba por vaticinar a inferioridade desses em relação a sua própria estética.



Os nativos demonstravam que, apesar de serem uma sociedade tecnicamente diferente da dos portugueses, tinham as complexidades próprias de todas as formas de cultura, como relações de poder, relações sociais, econômicas, valores estéticos e artísticos, seu próprio imaginário, representações e simbolismos, aspectos, evidentemente, nem de longe captados por Caminha.

Os nativos encontrados no século XVI desfilaram ante os olhos de Caminha com seus corpos, gestos, adereços, pinturas, objetos, apetrechos, artefatos, moradias, organização espacial, tudo que pressupõe uma sociedade no seu sentido completo. Mas o olhar e o juízo com que olhou tudo isso até hoje influencia a imagem que se faz dessa estética nativa, bela, mas estranha e bárbara:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes , bem feitos.

Tomou em uma almadia (canoa) dois mancebos e de bons corpos [...] Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos por eles ossos brancos (SIMÕES, 1999, p. 116).

Traziam os beiços furados e uns buracos traziam uns espelhos de pau que pareciam espelhos de borracha (*ibid*, p. 120).

Queriam vir com ele alguns , mas ele não quis senão dos mancebos dispostos e homens de prol (bem feiçoados, graciosos) (*ibid*, p. 132).

Primeiramente, impactado por uma outra realidade, Caminha descreve com admiração os corpos e sua estética física e a esses atributos corporais considera bom, abusando da dicotomia, bom *versus* mau. Livrando-se do impacto da nudez com interpretações religiosas, direciona-a para a inocência que o deixa à vontade para descrever a pintura do corpo das nativas “bem feitas e redondinhas”; o nu foi o que mais lhe impressionava e o que não se escondia era perfeito. As imagens estéticas contidas no texto da Carta de Caminha também são sínteses do que

mais tarde somado à estética africana, involuntariamente aculturada ao europeu e indígena, produziu o que hoje é a estética corporal da mulher brasileira, tão exaltada pela sua performance. De modo geral desde Caminha, passando pela miscigenação africana, a estética brasileira é caracterizada pelas curvas do corpo de influência africana e pela limpeza e liberdade tropical de influência indígena.

Caminha, diante do outro inusitado, vai e vem nas mesmas observações, parecendo querer convencer-se e ao seu leitor que estava diante de seus olhos um exemplar de beleza natural, mas não de uma nova estética artística e culturalmente tão valorosa quanto a sua. Começa descrevendo o que seus olhos contemplavam absortos e embora reconhecesse que tudo tinha uma boa aparência, corpo, cores de cabelo, tudo se reduzia ao fato de serem eles mais próximos dos animais que da civilidade:

Moças bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas e tão cerradinhas e tão limpinhas das cabeleiras [...]

(SIMÕES, 1999, p. 120).

Porque os corpos seus são tão limpos e tão gordos e tão formosos que não pode mais ser e isto me faz presumir que não tem casa nem morada em que se colham e o ar a que se criam os faz tais (*ibid*, p. 128).

E uma daquelas moças era toda tingida, de fundo acima, daquela tintura a qual, é certo era tão bem feita e tão redonda a sua vergonha [...] tão graciosas que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhes tais feições, fizera vergonha por não terem a sua como ela (*ibid*, p. 121).

As simbologias do que Caminha viu não lhe ocupou a mente, e sim aquilo que podia descrever, comparar, enquadrar no seu próprio universo. O que de inusitado ou inexplicável via não incita suas dúvidas ou indagações, ainda que não fosse possível ter respostas imediatas. Os corpos perfeitos apenas lhe serviram para constatar que as mulheres portuguesas invejariam as nativas. A estética exposta

de forma simples nas tintas, nos quadriculados e enfeitados, não sinalizaram a Caminha a complexidade da sociedade encontrada, sua cultura e suas formas de artes. Apenas a estranheza e o bizarro ocupam suas observações:

E lá andavam outros, quartejados de cores, metade de sua própria e a outra metade de tintura negra, maneira azulada e outros quartejados d'estaque (quadriculados) (SIMÕES, 1999, p. 120).

E andava todo por louçainha (enfeitado) (*ibid*, p. 121). Galantes pintados de preto e vermelho e quartejados assim pelos corpos como pelas penas, que certo pareciam assim bem (*ibid*, p. 126).

Não ficam essas impressões longe do sentimento que acomete, hoje, o exótico das gentes tanto remanescentes dos nativos, como dos povos dos trópicos: belos, limpos, perfeitos, boa aparência, ingênuos, incapazes de alcançarem a verdadeira inteireza sem a tutela dos ditos civilizados:

Enquanto ali neste dia andaram sempre a som de nosso tamboril, dançaram e bailaram conosco. De maneira são muito mais nossos amigos que nos seus (SIMÕES, 1999, p. 137).

E, para isso, se alguém viver, não deixem logo de verem clérigos para os batizar porque já então terão mais conhecimento de nossa fé pelos dois degredados que aqui entre eles ficam, os quais ambos, hoje também comungaram (*ibid*, 1999, p. 134).

Ainda cabe pontuar, também, algumas reflexões que contribuem para ampliar o leque de considerações sobre a formação do lúdico, enquanto espaço de compreensão das significações, valores e da diversidade dos grupos sociais em confronto nesse encontro. O imaginário da Carta de Caminha também interfere nas representações mentais presentes na identidade cultural da região, em especial nas manifestações culturais, religiosas, lúdicas e atividades artísticas realizadas nessa. Os costumes, que é como a natureza humana se conduz

habitualmente, serão entendidos com convivência para se perceber seus significados; o ir e vir do cotidiano faz parte desses costumes.

Segundo Caminha, a estratégia para desvendar com que povo estava-se entrando em contato era deixar um degredado entre eles como uma espécie de espião. Os nativos, ora receptivos, ora “esquivos”, recebem uma leitura de seu comportamento. Sendo assim, a vocação para receptividade dos nativos e a interpretação contraditória dessa receptividade já ficam claras, quando Caminha sinaliza com que espírito olha a tendência dos nativos em envolverem-se com alguns da tripulação nas suas danças e peripécias:

E depois de acabada a missa, quando nós sentados atendíamos à pregação, levantaram muitos deles a tangeram como ou buzina e começaram a saltar e a dançar. (SIMÕES, 1999. p. 123).

Passou-se então para além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer, e levou consigo um gaitero nosso, com a sua gaita, e meteu-se com eles a dançar, tomando-se pelas mãos, e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. (*ibid*, p. 127).

Mesmo nos momentos lúdicos, o comportamento dos nativos é ora elogiado, ora censurado, demonstrando a dualidade das visões românticas ou fatalistas que Caminha teve desse comportamento. Mas é ponto pacífico, porém, que a descrição do comportamento dos nativos, registra como o imaginário dos colonizadores criou possibilidades de construção das próprias imagens que deram origem aos próprios folguedos da região desse encontro.

Os quadros referenciais que faziam parte da mentalidade dos portugueses construíram uma visão fincada na dominação de um ideal místico missionário, embora fortemente excludente nessa missão. A formação desse ideal religioso

ainda hoje influencia o espírito festivo dos habitantes do lugar. A diversidade cultural e a tendência desse costume festivo têm sido relidas, mas sem promover a inclusão, servindo apenas de moldura atrativa para exploração dos seus aspectos exótico e erótico, com fins lucrativos.

Na Carta de Caminha, as imagens e reproduções do encontro, ora eufórico, ora dramático da cultura européia e indígena, interpõem-se. No texto da Carta, fica claro que as pretensões dos colonizadores eram a catequese das gentes aqui encontradas e a subjugação da terra a ser explorada. Isso porque, segundo o próprio Caminha, esta “gente” não tinha fé, nem Deus, nem religião:

Parece-me gente de tal inocência que se nós os entendêssemos e eles a nós, que seriam logo cristão porque eles não têm nem entendem em nenhuma crença, segundo parece. E portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido, segundo na santa intenção de Vossa Alteza, fizerem-se cristãos e creem na santa fé, a qual praza Nosso Senhor que os traga (SIMÕES,1999. p. 134).

A catequese e evangelização seriam, portanto, a nobre tarefa dos “descobridores” que se percebiam como representantes divinos para sua execução. Os portugueses, representados por Caminha, eram homens que nutriam o ideal fincado nos referenciais clerical e teológico da Idade Média. A influência da visão religiosa era tal sobre as mentalidades que, para aqueles, fora do seu ideário cultural religioso medieval, branco, europeu, reinava apenas a idolatria, o pecado, a desordem social, a subversão, o caos até da própria natureza.

Para os colonizadores, os nativos têm costumes bizarros, são cruéis, bestiais, selvagens e estão num nível abaixo da escala de humanidade entendida por eles. Por conta disso, era preciso mudar esses costumes ainda que, por raros momentos, parecessem-lhes amistosos. A catequese e a conversão seriam a

garantia da mudança desses costumes incompreensíveis ao escritor da Carta: “Mas, o melhor fruto que dela se pode fazer, me parece, que será **salvar** esta gente, e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar” (SIMÕES, 1999, p. 138, grifo nosso).

As concepções da superioridade do mundo pacífico e ordenado da cristandade e do mundo inóspito dos nativos, com folguedos e atitudes ininteligíveis, segundo interpretação do escrivão, seriam logo canalizados para que o primeiro fosse dominante em detrimento a todo o lúdico que se pode perceber nos primeiros contatos com os nativos:

Depois de dançarem, fez-lhes ali andando no chão muitas voltas ligeiras e salto real de que eles espantavam e riam e folgavam muitos. E conquanto, com aquilo, muito os segurou e afagou, tomavam logo uma esquiveza, como a monteses e foram-se para cima. (SIMÕES, 1999. p. 127).

Somadas a essas concepções lúdicas produziram-se as cenas de um ritual cheio do imaginário da cristandade medieval. As missas realizadas e descritas no texto da Carta são ainda hoje um dos principais ritos da região da Costa do Descobrimento e continuam voltadas para o mesmo imaginário religioso:

Plantada a cruz com as armas e divisas de vossa Alteza que primeiro lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esse já dito. Ali estiveram conosco a ela obra de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos em joelhos assim como nós. (*ibid*, p. 135).

Os habitantes do município investem na reprodução das cenas do desembarque dos portugueses nas praias de Coroa Vermelha e do encontro com os nativos representados pelos próprios descendentes, ainda presentes na região. Os atores

(artistas populares) encenam a Primeira Missa, na verdade, a segunda, rezada no local pelos integrantes da esquadra de Cabral, caricaturando o imaginário daquele encontro, revivido sem levar em conta a dramática imposição que lhe é inerente.

Os festejos, o lúdico, as manifestações folclóricas e até a visão identitária, reinterpretada a partir dos registrados por Caminha, carregam as representações e os simbolismos dos colonizadores. A disposição para o lúdico que os nativos demonstravam, mais tarde seria canalizada para a assimilação dos ritos portugueses com a proibição dos folguedos de origem nativa. Mesmo nessa aparente descontração, não desaparece de Caminha a desconfiança de que aqueles humanos eram semelhantes mais a animais que “civilizados”. Destaca Caminha:

Então tornou-se o Capitão para baixo. Para a boca do rio onde embarcamos e para além do rio andavam muitos deles **dançando e folgando** uns em frente a outro sem tomarem pelas mãos, e faziam-no bem (SIMÕES, p. 127).

[...] pouco a pouco misturaram-se conosco, e **abraçavam-nos e folgavam** e alguns deles se esquivavam logo. (*ibid* p. 129, grifo nosso)

Entre outros costumes dos nativos, observa Caminha sua limpeza, mas isto é atribuído ao estado primitivo natural dos mesmos. Segundo sua visão, seus corpos limpos são relacionados ao fato de viverem livres como os animais, não terem casa. A diferença de comportamento é estigmatizada sem ao menos se considerar que a ausência de indulgência tinha raízes culturais e naturais. Afinal, o tipo de sociedade encontrada, nada tinha a ver com as prerrogativas mercantilistas dos europeus e tão pouco encarava o trabalho em função do lucro. Era patente que a natureza, o grupo social e o seu modo de vida não

correspondiam à lógica dos colonizadores, mas como referências culturais perfeitamente lógicas em si mesmas.

### **2.3.3 Do outro, o diferente**

O texto de Caminha não apenas é rico em análises históricas, mas também pode servir a verificações de categorias múltiplas para a sociologia, psicologia, antropologia. Mas, no imaginário, que é o fio condutor dessa pesquisa, a questão da alteridade, que é aquilo que se imagina ser o outro ou nós mesmos, não poderia ficar despercebida: como Caminha se percebe ou “descobre” o outro em si mesmo, ou talvez a si mesmo no outro; ou ainda se percebe que não há uma homogeneidade e que aquele outro é radicalmente diferente de si mesmo. Como lidar com isso? A tendência é sempre ao reducionismo ou a não “positividade” dos costumes nativos numa clara ausência de alteridade (consideração positiva das diferenças do outro), que impede que o outro ensine e faça refletir sobre a legitimidade de sua própria cultura. O escrivão incorre em equívoco por atribuir significação à conduta e natureza dos nativos utilizando-se do senso comum para o seu julgamento.

Na sociedade de Caminha o outro próximo ou longínquo estava sempre em defasagem em função do seu etnocentrismo. A atitude de Caminha em relação a esse outro tem um sentimento de estranheza que é difícil ignorar. O mesmo sentimento se projeta de forma pragmática no modo como se fundamentou e se manifesta, hoje, a identidade nacional. O outro ainda causa tanta estranheza. A questão da alteridade - o que se relaciona ao outro - perpassa por várias



dimensões; a saber por um julgamento de valor, aceitação, identificação ou rejeição ou ainda subjugação. Todorov bem esquematiza as imbricações disso:

Para dar conta das diferenças existentes no real, é preciso distinguir entre pelo menos três eixos, nos quais pode ser situada a questão da alteridade. Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico): o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há em segundo lugar, a ação de aproximação ou de distanciamento em relação ao outro (um plano praxiológico): adoto os valores do outro, identifico-me a ele; o então assimilo ao outro, impondo-lhe minha própria imagem; entre a submissão ao outro e a submissão do outro há ainda um terceiro termo, que é a neutralidade ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistemológico); aqui não há evidentemente nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferior e superior (TODOROV, 1999, p. 223).

Nos três planos acima o outro não é aceito ou respeitado. As atitudes podem variar, mas o outro não interage, ou é rejeitado, assimilado e ou aculturado. É evidente que, no caso da Carta de Caminha, a posição fica no campo axiológico (teoria dos valores morais), na qual o outro, “inferior”, recebe o julgamento de bom ou mau, conforme conveniência do julgador. Conveniência essa que passa pelas informações e pelos quadros referenciais da mentalidade do século XV, impregnada na mente do escritor. Diante da pressão entre duas mentalidades que vivenciava, o escrivão-mor trata temas como, por exemplo, o da inocência, com a ambigüidade peculiar a essa vivência. O contraste era o homem formado em uma sociedade pudorosa, deparando-se com nativos que exibiam abertamente o que os europeus escondiam obsessivamente: o corpo. Evidente que, para fugir à surpresa e ao escândalo, Caminha acessa o mito do paraíso e da inocência adâmica como forma de enfrentar e descrever o que estava vendo.

O escrivão arrisca um jogo crítico à sua própria sociedade quando compara dizendo que a inocente nudez das nativas “era tão bem feita e tão redonda a sua

vergonha, que ela não tinha”, com as mulheres portuguesas (SIMÕES 1999, p. 121) . Vergonha usada ora como sexo, ora como pudor moral, é relacionada às mulheres portuguesas que ficariam envergonhadas de não terem as suas como ela (a nativa). Evidentemente que a sutileza da escrita no relato mantém a cena do clima do Éden perdido para garantir a aceitação. Era difícil para Caminha perceber o outro sem compará-lo a si mesmo e tal questão possui diversas formas de debater-se, especialmente, a relação desse outro com o seu próprio grupo social ou em relação a um grupo social externo. Difícilmente consegue-se isto sem passar pela questão da valoração, da ética e estética em relação ao que se vê no encontro com o diferente. O chamado “descobrimento” do Brasil, oferece uma das raras oportunidades históricas para se fazer esta análise. Apesar de se ter notícias de que este outro existia, pouco ou quase nada se sabia a seu respeito.

As imagens e o imaginário correntes no século XVI, em relação às populações distantes, eram os mais variados. Mas nunca na história a intensidade, como aconteceu no encontro dos habitantes das “Américas” e os europeus, proporcionara tantas possibilidades de análises. Primeiro, por ter sido um encontro imprevisível, com subsequente extermínio dessa outra cultura. Segundo, por estar a nossa identidade, indubitavelmente, ligada ao imaginário que estes europeus construíram a partir desse tal encontro (TODOROV, 1999, p. 6). Com a sua experiência, o escrivão tenta confirmar o conhecimento do homem moderno que está desvendando o lugar ideal para cumprir toda a razão de ser de sua geração: expandir o mundo, o cristianismo, a riqueza e poder de sua própria nação. O outro

(habitante, nativo) salta-lhe aos olhos não como uma cultura original e diferente da sua, mas como parte de um todo, da própria paisagem (rio, arvoredos, montes, homens, mulheres, como animais monteses, bestiais), tudo faz parte das mesmas referências que não levam em conta a propriedade cultural, os valores, a originalidade. O que ele percebe é a falta de costumes iguais aos seus, ritos, crenças, hierarquia e isso o leva a pensar que, apesar de estar diante de homens completos, esses homens estão em estágio anterior à sua própria humanidade modernista. Um estágio próprio ao momento da humanidade no Éden, já que não vestiam roupas (sabe-se que só após a expulsão do Éden os seres humanos passaram a vestir-se).

Caminha não atenta para a cultura material dos nativos, descreve-os apenas do ponto de vista da beleza física, admirável e formosa. As mesmas expressões ou similares são usadas para a natureza, refletindo, assim, as regras de descrições que não reconhecem estar diante de um grupo social com uma estrutura lógica que precisava ser compreendida. Esta forma de assimilação dos nativos se perpetua até hoje. Outrossim, as referências ao encontro nas terras da região ainda consideram os seus habitantes como simples peças da paisagem. Mesmo quando evoca adjetivos que demonstram a generosidade, Caminha os faz parecer mais ingênuos que generosos, mais submissos que cortesês. No tratamento do outro, Caminha deixa antever superioridade e etnocentrismo exacerbado que contribuirá com a teoria e o mito do “bom selvagem”, mas, que exclui os nativos de estarem ao mesmo nível dos europeus.

O que se confere é que Caminha não conheceu, nem com cuidadosa observação,

os costumes e a cultura dos nativos, pois analisou tudo que viu e ouviu, a partir de si mesmo. E, embora seus relatos passem a servir aos primeiros estudos etnográficos do Brasil, suas observações estão carregadas de pré-conceitos ao interpretar, por exemplo, a admiração dos nativos aos seus ritos religiosos e suas festas. Isso, longe de significar ausência de crença, constitui o respeito ao diferente que pressupunha também que a recíproca fosse verdadeira. Descobriram os nativos, a duras penas, que o mesmo sentimento não pautaria as relações posteriores dos europeus com seus ritos e cerimoniais. O que norteia as relações de Caminha com os nativos é que aquele se coloca numa projeção de quem está diante de humanos, mas não de iguais, mas de superiores e inferiores (inferiores seriam os nativos, é claro) e que, apesar de humanos, eles são incompletos e estão em um estágio primitivo da evolução humana. O julgamento é etnocêntrico, egocêntrico e pressupõe a identificação daquele grupo social, a partir dos quadros referenciais e valores gerais europeus, considerados, equivocadamente, como universais. Caminha assevera que, aos nativos, faltava assimilar esses valores civilizatórios europeus para então se completarem e, assim, a missão do branco europeu e cristão se concretizaria:

E segundo o que a mim e a todos pareceu, essa gente não lhe falece outra coisa para ser cristã, senão entenderem-nos, por que assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos, por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria e adoração tem./ Ora veja Vossa Alteza, quem em tal inocência vive, ensinando-lhe o que para sua salvação pertence, se converterão ou não? (SIMÕES 1999, p. 137).

A preocupação com a nudez e a tentativa de vestir os nativos, além de ser flagrante, promove uma rara exposição do imaginário europeu quinhentista, que hoje excita a imaginação dos estrangeiros a respeito das mulheres brasileiras.

Não é necessário ir muito longe para ver que se propagam, até hoje, as permissivas delícias que se pode desfrutar de uma sociedade fincada na licenciosidade social de todas as formas. Nos corpos expostos das mulheres, ou na nudez ética das nossas instituições, ainda somos, à parte os anacronismos, o paraíso tropical de Caminha.

A descrição de seus corpos, beleza e “vergonhas” a amostra perpassa a idéia embutida de disponibilidade, inclusive porque, comparadas às mulheres européias que não tinham disponíveis suas “vergonhas”, as nativas davam prazer de se ver. A graciosidade das nativas, embora tão esquivas quanto os outros, chama a atenção de Caminha em todo tempo do seu relato. Há uma ambigüidade constante entre sua admiração e a tentativa de cobri-las, incômodo que pressupõe uma atração à nudez dos seus corpos. Caminha não se atem a compreender os valores que envolviam a estética dos nativos, apesar da simpatia pelo que via. A atitude era promover a exclusão dos costumes e a imposição de novas regras. O conhecer de Caminha é, assim, contraditório. Enfim todo encanto do narrador não é suficiente para impedir o propósito de modificar o que o encanta. O encontro do Velho Mundo com o Novo Mundo será pautado por uma dupla relação com o outro: de admiração e de conquista e exploração das riquezas e possibilidades existentes.

#### **2.3.4 “Dar-se-á nela tudo”**

Não se pretende discorrer sobre o que conceitualmente reflete o texto de Caminha

sobre a natureza, mas o que significava para Caminha a visão exuberante da natureza do novo mundo. As narrativas dos viajantes também estavam impregnadas de notícias de sítios maravilhosos num reforço à sacralização da natureza, ao deslumbramento e à visão ufanista em relação à terra do Brasil. Natureza, então, constitui-se numa construção cultural que mudará conforme o tempo e condicionamento social. Cada categoria social representará a área da terra (o meio ambiente natural), de forma a refletir a sua própria simbologia, o conjunto de valores, as crenças, enfim, sua cultura. Assim sendo, significados diversos são atribuídos ao ambiente natural e esse passa a ser tratado, ou transformado, a partir dos sistemas simbólicos de cada grupo social. Para o caso dos relatos de Caminha, a sacralização da natureza ainda era forte, embora o utilitarismo para bem do homem fosse a finalidade sagrada da terra.

A exploração mais imediata seria da terra, produtora de riquezas. Primeiro, em metais preciosos (especificamente o ouro), que não foram imediatamente encontrados no Brasil, depois em produção garantida pela exuberância das águas, do clima, flora e fauna, que pareciam inesgotáveis. Dentre as concepções correntes na Idade Média, o “Paraíso Terreal”, o Éden, deveria existir em algum lugar do globo, e isso impregnava as narrativas das viagens reais ou ilusórias e impressionava pela descrição de riquezas inesgotáveis, fonte da juventude perene e exuberância de todas as suas paisagens.

Ao se deparar com a estonteante Mata Atlântica, Caminha descreve-a com uma tonalidade de quem, se não encontrou o paraíso, estaria, no mínimo, próximo de suas fronteiras, “tal era a sua formosura, arvoredos, infinitude, altivez que fazia

perder as vistas” ( 1999, p.15). Certos mitos dos nativos corroboravam com esta mesma visão. Histórias de um sítio onde ninguém morre, onde deliciosos manjares sobejam para todos, que muitos grupos de nativos apresentavam com a “terra do sem mal”, embora não houvesse acordo de onde se localizaria este sítio (HOLANDA,1999, p.141). O tom da descrição da narrativa de Caminha não distoa das correntes sensações da proximidade do paraíso:

Traz ao longo do mar, em algumas partes grandes barreiras, delas vermelhas e delas branca, e a terra por cima toda chã e muita cheia de arvoredos, de ponta aponta é toda praia plana e muito chã e muito formosa. Sobre o sertão, nos parece, do mar, muito grande porque, a entender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredo, que nos parecia mui longa terra. (SIMÕES, 1999, p. 138).

A idéia era que este lugar de bem-aventurança, guardado por diversos perigos e obstáculos, era reserva de um El'dorado que seria prontamente desfrutado por quem o encontrasse. Caminha não mencionava diretamente tais concepções, mas as suas descrições estão impregnadas das expectativas dos tripulantes da expedição que fazia parte. A lenda de inesgotáveis reservas de ouro e prata que havia neste lugar justificava a ânsia de Cabral e de seus companheiros de entender que os nativos falavam disso quando estiveram no navio:

Porém um deles pôs olho no colar do Capitão a acenar com a mão para a terra, e depois para o colar, com que nos dizendo que havia em terra ouro. [...] e depois tirou-as e enrolou-as no braço e acenou para a terra e de novo para as contas e para o colar do Capitão, como que daria ouro por aquilo. Isto tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos. (*ibid*, p. 117, 118).

A natureza exuberante e seu exotismo ainda hoje povoam o imaginário desta região e ainda servem como atrativo para vender aos estrangeiros essas terras. Como os colonizadores, desde Caminha, descrevem-se os atrativos para vender a idéia de que o investimento aqui será lucrativo, perpetuando a hegemonia das

elites locais, que comprem as propriedades com o mesmo intuito de lucratividade. O convite é para desfrutá-la intensamente sem que se pense na responsabilidade de preservá-la. As visões dos antigos cronistas casam-se exatamente aos apelos atuais, como vemos:

A imortalidade, a ausência de dor e fadiga, o eterno ócio, pois que ali as enxadas saem a cavar sozinhas e os pacicuns vão à roça buscar mantimento, segundo presunção já recolhida por Mendel da Nóbrega e Fernão Cardin, a abundância extraordinária de bens terrenos, principalmente de opíparos e deliciosos manjares, tais são as características mais constantes da terra “sem mal”, ou seja o paraíso indígena. Impunha-se naturalmente o confronto com o Éden das Escrituras onde, num horto de delícias cheios de árvores aprazíveis e boas para comida, o homem não só se acharia isento da dor e da morte, mas desobrigado ainda de qualquer esforço físico para ganhar pão. (HOLANDA, 1999, p. 141, 142).

Não faltam argumentos respeitáveis para confirmar que o Brasil fora cogitado como a “porta do Paraíso” (*ibid*, p.143). Mesmo Colombo chega a asseverar que o Norte do Amazonas poderia ser essa “porta”. Citando Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus, diz Holanda sobre o Brasil ser o deleitoso jardim, cuja terra boa brotará tudo que nela se plantar:

Para isso, põem em relevo quatro propriedades que necessariamente lhe parece dar bom ser a uma terra. A primeira está visto, que se há de vestir de verde, com erva, pasto e arvoredos de vários gêneros. A segunda, que gozará de bom clima, boa influência do céu, do Sol, da Lua, das estrelas. Que sejam abundantes as suas águas em peixes, e seus ares de aves, é essa a terceira propriedade, e a quarta, que produza todos os animais e bestas da terra. Tudo consta, a seu ver, do divino texto da criação do mundo, e por essas quatro propriedades a deus por boa. Se divino autor. (*ibid*, p. 143).

Isso retrata perfeitamente o imaginário dos europeus quinhentistas. Caminha, por essa formação, tece suas relações entre o que vê e o que já tem em seu imaginário. Além das virtudes da paisagem e fertilidade da terra, os produtos que podiam ser extraídos dela são incontestáveis: animais, aves, dentre essas, a mais misteriosa, o papagaio que imita a voz humana ganha destaque e dá nome a terra



em muitos relatos (Terra dos Papagaios), e é envolvido em mística auréola de mistério, lembrando as alegorias de aves do paraíso (papagaios e araras), que são mui formosas, como plumagem de penas de anjos e enfeitariam o Éden de Deus (HOLANDA, 1999). Ainda se podia levar o pau-brasil, amostra de lucro rápido e fácil, abundante na época, e neste primeiro instante configuram-se argumentos fortes para a visão do paraíso, finalmente encontrado.

Os argumentos acima são ilustrativos para asseverar como Caminha representa, na sua visão, o imaginário corrente na sua época. Em relação à natureza, a Carta de Caminha ainda desperta interesse, pois não é possível desenvolver uma análise sobre a epistemologia das tradições euróicas e disfóicas da formação social brasileira e de sua natureza sem passar por seu texto. Mesmo tentando superar os reducionismos, o texto de Caminha compõe esta visão eufórica e ufanista propagada por outras literaturas depois dele e, até o século XIX, como a produção literária romântica e do realismo naturalista. As visões disfóicas do realismo pessimista se contrapõem àquela e depois encontrará eco em diversos momentos históricos.

É inegável que a Carta e as crônicas dos portugueses atenderão sempre à visão ufanista, de deslumbramento, confirmada por uma profusão de imagens, a respeito da natureza da terra encontrada e que fazem da Carta de Caminha a narrativa fundadora desta visão eufórica. Para exemplificar sobre a grandeza espacial da terra, lê-se na Carta:

“Sobre o sertão, nos parece, do mar, muito grande porque, a estenderolhos, não podíamos

ver senão terra e arvoredo, que nos parecia mui longa terra.” (SIMÕES 1999, p. 138).

Depois, como já mencionado, faz-se o mito do El'dorado, entendido por Caminha nos gestos do nativo com o colar de ouro do Capitão. A natureza da terra e da sua riqueza, o sonho do Paraíso e a sua rentabilidade, inauguram o euforismo dos que se lançariam aqui para enriquecer.

O deslumbramento posterior à narrativa de Caminha (cartas, crônicas, relatos, diários de viajantes), apesar da distância temporal, assemelha-se, na forma de escrever para chamar atenção sobre o Brasil, àqueles para governantes e investidores, hoje para estrangeiros ainda investidores e viajantes, ainda, usufruidores. A exemplo disso, temos Pêro de Magalhães Gândavo, pioneiro em organizar informações sistemáticas sobre o Brasil e considerado propagador das terras brasileiras para incentivo da imigração:

A terra é mui deliciosa e fresca, vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com águas de muitas e preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda terra, onde permanece sempre a verdura com aquela temperança da primavera que cá nos oferece Abril e Maio. Inversamente ao que acontece na Europa, as plantas não sofrem no inverno: a Providência proveu a uma natureza perfeita, rica ainda em gemas e metais preciosos. (GANDAVO, s.d. p. 82)

O padre Pereira, em 1860, escreve em carta aos padres de Portugal que, se houvesse Paraíso na Terra, seria no Brasil e que quem não quiser crer viesse experimentar (CALMON, 1942). A natureza, aqui, sempre foi citada de forma abusiva e, mesmo com notícias de canibalismo, críticas e imagem negativa sobre as condições dos colonos, isso apenas retratava o ponto de vista dos moradores, não da terra, que sempre foi símbolo de abundância. Ideologicamente, mesmo entre os brasileiros, até hoje subsiste o sentimento eufórico. Esse se observa desde Iracema, de José de Alencar, passando para Darcy Ribeiro, que legitima o encontro de brancos com indígenas, até as propagandas turísticas que as regiões

desse encontro fazem de si mesmas; alvo de melhores explicações no segundo capítulo.

Evidente que essa visão eufórica sempre foi entrecortada de pessimismo (visão disfórica) que passa por asseverar desde a condição de sub-raça brasileira até os exageros do mito de eterno fracasso, em tudo que diz respeito à realidade do Brasil. Exemplo disso, são Sílvio Romero e Paulo Prado, que promoveram a visão de tristeza do povo brasileiro e o excesso de sua vocação à cobiça, apatia e preguiça, dessacralizando, assim, a visão eufórica. Mais tarde, os modernistas, em confronto com o Romantismo, oscilam entre as denúncias de exclusão, do herói sem caráter (Macunaíma, de Mário de Andrade) e a indefinição das contradições do ser brasileiro, tipicamente miscigenado.

Mesmo nessa ambivalência, a defesa da grandeza da terra, as suas virtudes, mesmo ante à exploração do colonizador, a louvação aos seus encantos, permanecem. A Carta de Caminha traduz este encantamento e até hoje provoca no leitor desprevenido as sensações de euforismo por suas descrições pueris a respeito da natureza encontrada. Natureza esta que se constituirá em primeiro aproveitamento econômico concreto para os portugueses que continuamente chegavam para dela arrancar, como se imaginava durante toda a colônia e, quiçá, até hoje, as riquezas que se julga inesgotáveis.

Por essas reflexões percebe-se a transversalidade do imaginário em quaisquer cortes históricos que se fizer da Carta de Caminha ou em quaisquer documentos (aqui compreendidos em toda a sua amplitude) desse mesmo teor. No entanto, a Carta constitui um texto detentor de uma gama privilegiada de imagens, de

reflexos da mentalidade, de representações mentais e simbolismos do século XV. E posteriormente, na conjuntura transitória do medievalismo, ou como diz Le Goff (1994, p. 22) “ainda extensão dele”, a Carta soma-se para a construção das próprias representações mentais atualmente ressignificadas nas imagens sobre o Brasil e nas manifestações culturais e turísticas da Costa do Descobrimento, de que trata o segundo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### A CARTA DE CAMINHA E SUA APROPRIAÇÃO PELO TURISMO

*O imaginário não foi derrotado no confronto com a racionalidade das imagens massificadas, produzidas para o consumo fácil, encontrando-se presente cada vez mais nas fantasias e projetos, nas idealizações dos indivíduos e em outras expressões simbólicas, religiosas ou leigas, que traduzem e constroem as suas emoções em um novo contexto imaginativo.*

François Laplantine e Liana Trindade

Para compreender o processo histórico de um dado grupo social, além da análise de documentos, faz-se mister o estudo do imaginário fincado nas leituras das significações, dos simbolismos e das representações presentes no cotidiano desse grupo social. A partir das significações e símbolos expostos na visão dos que registram os acontecimentos, é possível também interpretar a história (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 153).

A cultura e suas representações circulam nos diversos setores sociais, de temporalidade, de interesse e, nessa circularidade, são relidas, re-elaboradas num processo de construção e reconstrução de representações (GINZBURG, 1990, pp. 143 - 180) Nesse sentido, as imagens da região sul-baiana, produzidas no relato de Caminha, são ressignificadas pelo *marketing* turístico, sendo o imaginário utilizado para criar atmosfera de encantamento e sedução para o turista, mas igualmente construindo uma releitura cultural dos habitantes a respeito de si mesmos, nem sempre eivada de criticidade.

Situada num contexto histórico colonial e considerada berço do Brasil, a região sul da Bahia tem sido alvo de forte atração turística. Os apelos propagandísticos sinalizam e procuram potencializar o fato e transformá-lo em *marketing* turístico. Ao fazê-lo, tomam a perspectiva da fala dos colonizadores, trazendo o mesmo imaginário da Carta de Caminha para os apelos propagandísticos, através dos quais são divulgadas as belezas da região.

Assim o imaginário edênico idealizado marca a região, palco do encontro e das primeiras relações sociais efetivas entre europeus e nativos da terra. É quase inevitável que o imaginário legado pelos colonizadores influencie, consideravelmente, as escolhas de representação da região da Costa do Descobrimento, e sejam utilizadas nas atividades do turismo.

As impressões registradas na Carta de Caminha, como já discorridas, são fincadas nos quadros referenciais presentes no imaginário europeu do século XVI. As releituras desse documento apontam para diversas possibilidades de estudos e novos problemas podem ser propostos, entre esses, a análise do imaginário do homem quinhentista comparando-o às imagens exploradas nas propagandas turísticas. Como bem apontou Simões (1996, p. 62):

Como é óbvio, ao reler um texto de uma época tão anterior, o leitor desse final de milênio o lê contextualizado neste momento em que vive. Ao retomar a história, o leitor redimensiona essa mesma história ao enriquecê-la com a sua leitura, segundo a sua perspectiva. Se o passado passa a ser um futuro que começa, se a história se faz no seu acontecer na possibilidade de novas contribuições para ela, como quer a visão da nova história, então, leituras da Carta certidão de nascimento do Brasil, 500 anos depois, certamente trarão

novas contribuições para a História, devido às reflexões que necessariamente provocarão sobre o assunto (SIMÕES, 1996, p. 62).

O problema é que essas imagens veiculadas evidenciam a fala do colonizador, quando demonstram que a grandeza fantástica da terra, a sensualidade, a hospitalidade, a cordialidade, a alegria das suas gentes e o inusitado das suas paisagens, continuam fazendo parte do seu cotidiano. O imaginário das propagandas quer passar tais imagens para atrair os visitantes estrangeiros, sem considerar outras leituras da realidade regional.

A reprodução dessas imagens, também, é enfatizada para o consumo interno, fazendo-se crer que o exotismo da natureza pressupõe ausência de exploração e conflito, tão presentes hoje quanto nas entrelinhas do relatório inaugural da visita da esquadra de Cabral ao sul da Bahia. É fato, também, que o imaginário dos “descobridores” do Brasil, representados por Caminha, e o encontro inicial das culturas envolvidas é utilizado contraditoriamente por diversos grupos de interesses: políticos, pesquisadores, associações ambientais, ONGs, agências turísticas e “marketeiros”.

Não se pode fugir de considerar que os apelos ao turismo como alternativa aodesenvolvimento da região passam por implicações mais incisivas do que a exaltação de suas belezas naturais e história cultural inusitada (CHARTIER, 1990). Passam antes por pensar a problemática da não valorização da cultura e da luta para afirmar a identidade, para preservar ou mesmo resgatar formas autênticas de vida das comunidades locais, que não podem ser esquecidas nas

políticas de turismo. Em se tratando das divulgações sobre o potencial turístico de um destino há de se considerar que tipo de perfil será dado a esse destino e que tipo de inclusão social será garantido aos seus habitantes. No *marketing*, essas preocupações poderão ou não estar explícitas. Neste capítulo, pretende-se analisar o tratamento dado pelo *marketing* turístico às imagens, simbologias e representações mentais herdadas, direta ou indiretamente, da Carta de Caminha.

### **3.1 Porto Seguro: contexto histórico e turistização**

São confirmadas as afirmativas de que, no sul da Bahia, assim como as capitânicas de S. Jorge dos Ilhéus e a de Porto Seguro, prosperaram tanto quanto as de Pernambuco e S. Vicente, pelo menos nos anos iniciais. Varnhagen (1956) afirma que havia religiosos que presidiam a vida dos moradores, especialmente nas colônias que mais prosperaram, como São Vicente, Porto Seguro e Pernambuco; e ainda, nas palavras de Tomé de Souza, “A capitania de Ilhéus informava contudo, a el-rei, o governador geral é a melhor coisa desta terra para fazenda e a que mais agora rende para Vossa Alteza” (*Apud* CASTRO, 1981, p. 33). Porto Seguro, vila fundada por Pero do Campo Tourinho, era sede da capitania que, após submeterem os indígenas, prospera com a extração do pau-brasil e plantio de algodão, milho, fumo e mandioca e, principalmente, do açúcar, chegando a ter cinco engenhos, número considerável na época. Após esse contexto de



prosperidade, os ataques dos Aimorés com a destruição de vilas e engenhos, a migração para outras regiões, a busca de ouro e o fato de ser a mata atlântica intransponível, funcionaram como fatores de isolamento dessa região.

O processo de isolamento de Porto Seguro se reforça por conta de diversos episódios, dentre eles o fato de seu primeiro mandatário, Pero de Campo, enfrentar acusações no Santo Ofício, deixando para os seus sucessores as dificuldades que os fizeram vender a capitania. Os sucessivos ataques dos Aimorés (botocudos), ao longo do século XVI ao XVIII, mantinham a região sobressaltada, pobre e mal governada. Com a expulsão dos jesuítas, que mantinham o trabalho de catequização dos indígenas, a região sofreu mais um golpe de desabitação. A região nunca ficou isenta de conflitos. Corsários

holandeses e franceses travaram batalhas com portugueses em águas da região (Abrolhos), e o fim melancólico como capitania se dá com seu último donatário, D. José de Mascarenhas, acusado de conspiração contra o rei D. José I e executado em 1759. Com a liquidação do sistema de capitanias e as mudanças da sede do governo colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, o sul da Bahia perde um elemento propulsor de desenvolvimento e mergulha no marasmo.

A partir do século XIX, o sul da Bahia recebeu, com o plantio do cacau, condições favoráveis para o seu desenvolvimento, principalmente uma notável relação com a preservação de sua Mata Atlântica, salvo, é claro, dentre outros, do pau-brasil, exaustivamente extraído no primeiro ciclo econômico da colônia. Mas Porto Seguro não se beneficiou tanto como Ilhéus do cultivo do cacau. De traçado litorâneo, a cidade de Porto Seguro caracteriza-se pela divisão em duas partes. Uma alta: nos morros ou platôs, natural defesa dos colonos e administradores

contra os inimigos; outra baixa, complementar: onde ficavam os pescadores e populares, isso até o início do século XX. Sempre foi lenta a integração da região aos projetos de desenvolvimento do Estado da Bahia. A navegação fluvial não se concretizou nos rios regionais, os projetos ferroviários não incluíram, efetivamente, o sul da Bahia. O esquecimento de Porto Seguro, por mais de quatro séculos, é confirmado por todos que refletem sobre o histórico da região. Quando do lançamento do Museu Aberto do Descobrimento MADE, o discurso ainda é nesse sentido:

Durante quatrocentos e setenta anos o litoral sul da Bahia permaneceu quase intocado, isolado pela grande dificuldade de acesso por terra, e acessível apenas pelo mar, caminho original desde os descobridores. Foi assim que suas enseadas, seus mangues, matas, rios, seus peixes, aves e animais, sua gente e suas vilas conservam aquela atmosfera silenciosa, paca, e a deslumbrante natureza do Brasil dos primeiros anos. Este paraíso perdido, parte do país préindustrial, pré-turístico, sem estradas, sem transporte, sem telefones ou televisões, ficou oculto da grande maioria do Brasil (MARTINS, 2000, p. 39).

A reversão desse esquecimento começa a dar sinais quando, infelizmente, esgotando-se as reservas florestais do Espírito Santo e Minas Gerais, o sul da Bahia entra na cobiça das madeiras e da industrialização que exige a abertura de estradas, fazendo ingressar, mais efetivamente, como área de exploração da indústria nacional, com suas cidades desenvolvendo-se às margens da BR-101, que liga o Sul ao Nordeste do Brasil.

Embora preservada aqui mais que em outras partes do Brasil, a Mata Atlântica, que dá características peculiares ao sul da Bahia, tem estado na mira de conflitos das demarcações, da especulação e da destruição, o que, certamente, influencia quando das análises das imagens mentais que até hoje são divulgadas sobre a natureza na região.

Seguindo a tendência das regiões mais preservadas, Porto Seguro atento para o aproveitamento disso tenta alternativas de desenvolvimento econômico, visto que as indústrias se concentram, ainda, fortemente no sul do país. Entre essas alternativas, o turismo é apontado como atividade econômica viável, para regiões não industrializadas.

O turismo como uma alternativa de geração de desenvolvimento local, apresentase como uma ampla perspectiva. A possibilidade de criar novas fontes de geração de emprego e renda através do turismo é um viés que deve ser pensado e buscado pelos gestores da região. O potencial presente, se bem canalizado, pode resultar em frutíferas possibilidades para os empreendedores e trabalhadores locais. O sul da Bahia apresenta um grande potencial sobre vantagens comparativas, isto é, se for equiparado a outros concorrentes potenciais. Porém, apresenta baixas vantagens competitivas, pois os atrativos encontrados na região não se encontram na forma de produtos formatados, carecendo de planejamento adequado para a sustentável realização de suas atividades turísticas (PACHECO, *et al.*, 2002, p. 3).

A região sul da Bahia destaca-se pelas belas paisagens e pelas belezas encontradas nesta área. Isso potencializa a possibilidade de desenvolvimento da

atividade turística. Nos anos 80 do século XX, o Brasil e suas regiões buscam, como todos os países, saídas para a crise global na economia. O objetivo é gerar políticas de desenvolvimento voltadas para setores alternativos. Entre esses, o turismo se apresenta como uma variável incipiente e inédita para muitas localidades, mas de resultados ainda imprevisíveis. Porém, os estudos na área do conhecimento turístico se multiplicam, que mostra que o setor busca se afirmar como categoria econômica e científica (DENCKER, 1998).

As previsões para o turismo dos anos 90, tão imprevisível e difícil, indicam tendência para a sobrevivência do turismo com ênfase na sustentabilidade, segmentação, competição, melhores informações e a busca da satisfação de um público cada vez mais exigente. Nesse contexto, avançam os estudos sobre o turismo no mundo e no Brasil.

Exemplo disso foi o Seminário da Associação Mundial para Formação Profissional Turística (AMFORT) e suas pesquisas acadêmicas. Os temas das pesquisas no Brasil tendiam para as preocupações com a pós-modernidade, a sustentabilidade, as novas tecnologias, globalização, capacitação profissional, diversidade cultural, diferenças entre hemisfério Norte e Sul, categorias que devem ser levadas em consideração nos estudos sobre o turismo.

A atividade turística ganha notoriedade por constituir-se em uma atividade alternativa para o desenvolvimento econômico. De alta rotatividade de divisas, logo foi percebida a necessidade de capitalização do turismo e de sua transformação em escala industrial para as massas (turismo de massa). Algumas regiões, marginalizadas do mercado capitalista técnico industrial, vêem no aproveitamento de seus recursos naturais a possibilidade de desenvolvimento.

Para isso, contudo, faz-se necessário criar estruturas de acesso e recebimento de visitantes em escalas cada vez maiores. Os espaços precisam ser encurtados e, esses recursos de lazer, disponibilizados.

Ainda na década de 90, a Embratur administra o turismo como fonte de renda nacional. Para isso, diretrizes e políticas públicas são implementadas para promover a infra-estrutura necessária para seu desenvolvimento. Além do mais, os Estados também ficaram responsáveis por intensificar o uso turístico de seus territórios, tudo isso usando uma adaptação da metodologia da Organização Mundial de Turismo OMT, que promove o turismo enquanto atividade econômica no âmbito mundial. (TRIGO, 2002).

Entre as iniciativas para o desenvolvimento do turismo, o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste PRODETUR, junto à Bahiatur, promovem políticas e estratégias para a atividade turística no Estado da Bahia. Uma dessas estratégias consiste em dividir o Estado em sete zonas turísticas, a saber: Costa dos Coqueiros, Bahia de Todos os Santos, Costa do Dendê, Chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa das Baleias, Costa do Descobrimento (Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Arraial da Ajuda, Trancoso e Belmonte). Cada uma dessas, possuindo empreendimentos específicos para promover a atividade turística da região englobada (Fig. 02).

Nesse contexto, Porto Seguro, Coroa Vermelha e Santa Cruz de Cabrália, na zona da Costa do Descobrimento, projetam-se para explorar o fato de fazerem parte do local histórico da chegada dos portugueses, de terem remanescentes nativos habitando em sua área e de serem detentoras de recursos naturais invejáveis. Com a proximidade dos quinhentos anos do “Descobrimento”, período

psicologicamente excitante, virada do milênio, o *marketing* tornou-se extremamente atrativo. Assim, a Carta de Caminha passará a desempenhar o papel de talismã e álibi para que a região projete-se definitivamente no *rank* dos destinos turísticos nacionais e internacionais. Os preparativos para a região receber tais eventos foram feitos ao longo da década de 80 e 90 e, à medida que se aproximava o ano de 2000, o *boom* do turismo na região se confirmava. No que diz respeito à região sul baiana, a escolha foi direcionada para o turismo de massa.

Em razão da inclusão tardia da região sul da Bahia no circuito rodoviário e econômico, houve a preservação da natureza, a flora, fauna e águas, enfim, do meio ambiente, ainda intocado em muitos lugares nos arredores de Porto Seguro e de outros

municípios. Essa região guarda a beleza das paisagens, as construções das cidadezinhas pacatas da colônia, a vegetação, o mar, as praias, as falésias, as embocaduras dos rios, os mitos, além do imaginário de ser o lugar da chegada dos portugueses. Tudo isso proporciona, hoje, as condições para fazer da região, além de um lugar aprazível, alvo dessa nova atividade econômica - o Turismo como setor econômico que vem para somar-se às diversas tentativas de progresso.

Até os meados do século XX, Porto Seguro era apenas uma referência “abstrata” para os brasileiros do local onde Cabral aportou em 1500. Até as comemorações do quarto centenário do “Descobrimento”, era em Salvador e no Rio de Janeiro que se procediam os desfiles cívico-militares e outros eventos afins. Durante as comemorações, até os anos 70, o evento em Porto Seguro era uma Revoada.

Aviões sobrevoavam o local e pousavam num campo rústico em Arraial d' Ajuda. Depois, barcos grandes e burros eram usados no transporte de algumas autoridades e jornalistas que vinham participar da Revoada e descreviam a penúria da cidade. Só após os anos 70 Porto Seguro foi integrado, com o ramal da BR-101, que liga Eunápolis a Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, no destino de alguns em busca do lazer de suas calmas praias.

Mais tarde, os indígenas da tribo Pataxó começaram sua luta para recuperar seu território em Coroa Vermelha e a chegada desses completará o elemento que faltava para a formatação do local para o Turismo. Até 1975, Porto Seguro não se constituía um destino turístico, mas nos anos 80 e 90 do século XX, como em todo o Brasil, a atividade turística toma vulto e, atualmente, Porto Seguro entra no circuito turístico que hoje se configura como um dos mais movimentados (Fig. 03). A brevidade desta contextualização não permite traçar a transição de um lugar esquecido para um produto turístico de fama internacional. As políticas públicas dos anos 80 e 90 explicam os altos investimentos no setor turístico na Bahia. Para o foco deste trabalho, interessa enfatizar como Porto Seguro e, em extensão, a Carta de Caminha, emergem para o pingo dos interesses nacionais, das discussões acadêmicas, e dos estudos críticos. A partir da segunda metade da década de 90 uma movimentação singular começa a focalizar no sul da Bahia as atenções de muitos. A Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil aliada à organização similar em Portugal, aos interesses do Estado e de grupos locais, reforçam e promovem a turistização da região e a teatralização da chegada dos portugueses. Rapidamente montou-se o palco para a encenação. Tudo isso promoveu também, um clima fértil para as manifestações

intelectuais, reflexões, conflitos, contradições, construções e desconstruções desse momento histórico chamado (afora questionamentos) de “Descobrimto do Brasil”.

A partir disso, milhões foram investidos numa infra-estrutura de transportes rodoviários e aéreos, num parque hoteleiro fabuloso, na recuperação do centro histórico da parte colonial, monumentos, iniciativas de tombamento do patrimônio histórico da cidade, áreas de lazer, parques, etc. Tudo parecia perfeitamente viável: estrutura, apelo histórico, beleza natural, mar, mata, clima, cultura, imaginário, indígenas, terras para comprar. A corrida de empresas, de nacionais e estrangeiros, especuladores leigos e doutores, provocam os negócios, debates, embates, tudo era possível acontecer naquele cenário eclético e contraditório, como também, reivindicação do MST, passeata dos indígenas, protesto dos ambientalistas etc. Pouco, contudo, construía-se para o envolvimento e a qualidade de vida das populações mais carentes e dos indígenas, relegados a um papel figurativo. O turismo proposto, como se confirma hoje, era o turismo de massa, de exploração predatória dos recursos naturais, sem preocupações com sua preservação. Um desenvolvimento frenético com desapropriação dos lugares, com profunda modificação da cidade e espetacularização histórico-cultural, era conduzido por aqueles que só visam lucros imediatos. Também se identificam propostas de resgate cultural e histórico, que envolvem instituições sérias e comprometidas com a manutenção sadia do meio ambiente, como por exemplo, no caso das iniciativas da UESC, IPHAN e outros.



### 3.2 A Carta de Caminha no *Marketing* Turístico

As representações mentais, simbolismos que povoam o imaginário estão, como sempre, em cada aspecto da vida social dos agrupamentos humanos. Alguns desses simbolismos sobrevivem, outros se constroem, mas sempre estarão ligados às traduções que cada grupo social usa para ler a “realidade”, desafiando outros meios de conhecimentos. Seu estudo está atrelado ao homem e aos seus sentimentos mais profundos. Outrossim, as imagens mentais na história dos povos exercem o papel de manifestar as significações, não apenas uma, mas inúmeras referências, a depender das relações, a partir das quais foram construídas:

São construções baseadas nas informações obtidas pelas experiências visuais anteriores. Imagens não são coisas concretas mas criadas como parte do ato de pensar. Assim a imagem que temos de um objeto, não é o próprio objeto, mas uma faceta do que nós sabemos sobre esse objeto externo (TRINDADE, 1997, p. 10).

Os referenciais da Carta de Caminha são apropriados pelo *marketing* turístico com conotações próprias, e são usados sem que se questionem suas origens colonizadoras. As propagandas turísticas mantêm a mesma função com as mesmas imagens: a de encantar os estrangeiros e convencê-los a despejar suas divisas nos produtos turísticos oferecidos (fig. 04)

Em todas as culturas e formações históricas, as imagens e símbolos podem ser analisados, pois estão presentes nas construções sociais, mesmo que relidos, e nas bases mais profundas que sustentam os agrupamentos sociais. No que diz respeito à pesquisa em pauta, as representações atravessam uma temporalidade e são amálgamas de “realidades” distantes, mas que resguardam as mesmas visões hegemônicas. Os exemplos das propagandas e do *marketing* que utilizam as imagens mentais e até transcrevem trechos da Carta de Caminha são inúmeros e estão espalhados por todas as partes da cidade, ventilados nas páginas de sites, guias turísticos, folders, vídeos, panfletos, museus, folhetos, mapas, quadros, monumentos etc. (Fig. 05). Essas imagens mentais manifestam o imaginário ressignificado e utilizado para convencer que ali, continua sendo o Paraíso e que ele está ainda à disposição para ser aproveitado.

Não há pudores nem vacilações em reprisar o encantamento de Caminha, em relação às virtudes da terra, natureza, dos habitantes, das culturas, dos mitos etc. “Chegamos ao paraíso” e “Divirta-se você está no paraíso” - anuncia o *Porto Seguro Sul guia de Informação Turística* (1996, pp. 5, 6). É assim que se propaga o litoral do Brasil, como esse paraíso extenso e quase intocado. O bucolismo de Porto Seguro e adjacências é exaltado sem poupar adjetivos. As leituras dessas propagandas excitam a imaginação, como provavelmente a Carta de Caminha fizera aos olhos dos europeus quinhentistas. É difícil duvidar, pela linguagem enfática, que o paraíso realmente não seja verdadeiro para todos que estão no local:

As praias de Pitinga e de Taípe emolduradas pelo verde das matas e coqueiros e pelo vermelho e branco das falésias, provocam nos visitantes o mesmo impacto que tiveram os navegantes da época do Descobrimento (TERRITÓRIO BRASILIS, *s.d.*).

A imagem mental mais forte ligada à Costa do Descobrimento é desse mitológico paraíso tropical e de que tudo isso que estava presente no imaginário de Caminha também se reflete na maneira como se descreve o lugar hoje. Caminha quis vender a idéia de que investir ali era bom para Portugal, e as empresas envolvidas no turismo querem vender o mesmo para os turistas.

O encantamento - atitude apropriada aos europeus que, pela primeira vez, entravam em contato com as Américas - era natural. A visão do cotidiano fantástico da natureza, fauna, flora, das gentes, dos sabores, cheiros e das cores, não poderia conservar os sentidos indiferentes. Isso, entretanto, não embota a razão a ponto de fazer esquecer que a prioridade era a exploração, e cada nação européia guerreava para manter seus espaços conquistados. Atualmente, esse encantamento é reeditado numa sociedade pós-moderna em que os sentidos são bombardeados pelo espetáculo, que encanta os sentimentos, mas, não a ponto de não se perceber que a prioridade é a de se formatar tudo em *show*, para render audiência e divisas em detrimento ao que isso possa provocar. Até mesmo as formas autênticas dos nativos são relativizadas em função da apreciação turística. (DEBORD, 1998).

Todos ficam encantados com a Costa do Descobrimento, no Sul da Bahia, onde o Brasil começou. Seja com as praias de Belmonte, seja com os índios

de Santa Cruz da Cabrália, seja com a cidade de Porto Seguro, seu principal pólo, um destino completo para o turismo, graças a sua sólida infra-estrutura e muitos de s l u m b r a n t e s a t r a t i v o s n a t u r a i s , h i s t ó r i c o s e c u l t u r a i s . <http://www.portosegurotur.com.br> A associação Pataxó de Ecoturismo oferece ao visitante, passeios em trilhas na mata com guias índios que ensinam segredos da natureza, hábitos e costumes indígenas como o uso do arco e flecha. (TERRITÓRIO BRASILIS, s.d.)

A representação espetacularizada do cotidiano, da vida, da dor, da miséria, da dominação compõe as formas de imagens que circulam nas propagandas das sociedades modernas. De igual modo as fantasias, o virtual, a manipulação dos mundos imaginários e até a fuga da chamada realidade, também reforçam as linguagens do *marketing* para atingir os sentidos para os quais se quer vender. O imaginário da Carta de Caminha se apresenta em linguagem fantasiosa para tornar história em teatro, com o intuito de vender a idéia da eterna receptividade e cordialidade dos habitantes da região em relação aos estrangeiros. Os sentidos embotados pelo encantamento seduzem visitantes e habitantes, que em geral, acabam assimilando o imaginário dos colonizadores e a passividade dos colonizados, renunciam a contestação deixando-se conformar com o mesmo encanto pelo espetacularizado paraíso. Os conflitos, a exploração, a desigualdade, o purgatório flagrado nos mesmos locais parecem ilusórios, fora do foco até para os seus protagonistas. O convite é para o esquecimento dos conflitos:

A Bahia do Descobrimento. Estamos na Bahia. A vida agitada na cidade ficou para trás. O que vale agora é ser feliz. Não bastasse o céu azul e o mar a perder de vista, foi nesta terra que nasceu o Brasil. Foi nesse clima de sedução que nasce o povo brasileiro.”No dia 23 de abril de 1500, quinta-feira pela manhã, a esquadra avançou em direção a terra. Eram dez horas da manhã, mais ou menos. Dali avistaram os índios que andavam pela praia. Uns sete ou oito. Pedro Álvares Cabral decidiu que o capitão Nicolau Coelho iria à praia. Quando o barco com Nicolau Coelho chegou na boca do rio já estavam a sua espera dezoito ou vinte índios. Nicolau Coelho fez sinal que posassem os arcos. Obedeceram. Nicolau jogou um barrete vermelho, uma carapuça de linho que levava na cabeça. Um dos índios devolveu-lhe o gesto jogando um cocar de penas vermelhas e um colar de continhas brancas. Talvez búzios, talvez pérolas miúdas”. **Com esses gestos cordiais** começava ali a “AVENTURA BRASILEIRA” (Trechos da Carta de Pero Vaz de Caminha segundo os historiadores Malheiro Dias e Beurpaire Rohan, aquele rio é o atual rio Caí, no Prado) (PORTO SEGURO SOL, 1996, p. 4, grifo nosso).

Os materiais de divulgação da Costa do Descobrimento são diversos, acompanhando a tendência da mídia, a ênfase com que essa sociedade pós-moderna em suas atividades, exploram a visualização e o consumo através da imagem. Vender a imagem, o espetáculo, o *show*, o mais diversificado possível, é uma prioridade numa sociedade insaciável pelo visual. Veja-se também o CD-Rom *Descubra Porto Seguro*, de Fausto Rodrigues de Almeida (2001), considerado pelo próprio autor um guia turístico, recheado de histórias, contos, mitos, folclore, fotos e mapas que, segundo o mesmo, apresenta e orienta o visitante para melhor desfrutar do paraíso que é a Costa do Descobrimento. O CD-Rom apresenta as

versões das cartas de Pero Vaz de Caminha, do Mestre João e a Relação do Piloto Anônimo, sem nenhum comentário, análise interpretativa ou crítica. O autor lista, sem ordem, informações históricas, monumentos e personagens do tempo da Capitania, festas comemorações, folclores, nomes de prefeitos e informações sobre os Pataxó, bem como, uma lista de curiosidades regionais. Numa outra parte lendas, poesias, hinos e contos, tudo disposto aleatoriamente (Fig. 06).

No CD-Rom de Almeida (2001), consta ainda a agenda das comemorações dos 500 anos, o discurso do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a celebração da missa com os episódios de crítica à igreja feita por um índio Pataxó. Contém fotos dos locais e dos habitantes antigos e atuais, que oferece importante manifestação do imaginário dos colonizadores, hoje representados pelo Estado Nacional. Manifesta representações mentais dos colonizados, indígenas e populares, carregados dos resquícios relidos do imaginário da Carta. Ora imagens dos indígenas dançando, em trajes adaptados, ora desfile das moças perfiladas, em trajes de banho. O discurso imagético ou textual de hoje bebe na mesma fonte de antes e tem semelhante objetivo: vender a imagem do paraíso desfrutável. Algumas dessas imagens estão anexas neste trabalho. O videocassete da MT Vídeo Produções, *Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia* corrobora com as mesmas cenas e imaginário corrente: “Venha ver o povo alegre e hospitaleiro” e desfila imagens alternadas de indígenas dançando e moças e rapazes em danças de “axé music” nas praias; teatro feito por artistas na comemoração do “descobrimento”, com narrações adaptadas da Carta de Caminha. Contém imagem do quadro da chamada Primeira Missa de Victor Meirelles, incluindo encenações feitas nos dias de hoje com a participação dos

indígenas dançando. Mostra, também, a arquitetura, construções e ícones dos tempos coloniais (Fig. 07). Enfatiza, ainda, as praias, anunciando: “Comece a desfrutar desse paraíso” e mostra o roteiro de atrações com grupos de moças e rapazes em performance que valoriza os corpos e a sensualidade. Cenas de capoeira sem alusão à cultura negra, gastronomia e artesanato, sem identificação de suas origens ou significados. Notória é a atitude de não recorrência e ausência de refletir as transformações, mudanças ou diferenças ocorridas:

índio dança, mas por quê? Para quê? O que significa? Pelo que ainda luta? Por que ainda tem o olhar distante? Tudo se produz para reforçar e provocar o imaginário e encantamento: “O litoral Sul de Porto Seguro possui praias desertas e semivirgens, oferecendo ao turista um bucólico cenário que **pouco mudou nesses 500 anos**” (MT VÍDEO PRODUÇÕES, *s.d*, grifo nosso).

Insistentemente, as representações em imagens ou palavras reiteram o paraíso e a harmonia como características da sociedade local. Escamoteia-se toda manifestação dos grupos de moradores como protagonistas do espetáculo, quando se sabe que os lucros desses projetos estão, na sua maioria, nas mãos de um empresariado especulativo de fora da região. Caminha é um álabe sempre evocado para reforçar a representação:

Para aqueles que procuram sossego e tranqüilidade a pedida são as praias do Apaga fogo, Araçaíbe, dos coqueiros, Taipe, que possuíam largas faixas de areia e imensas falésias, descritas na Carta de Pero Vaz de Caminha. Viva a história, a magia, a beleza e o encanto que a Costa do Descobrimento reserva

para você . Visite Porto Seguro, o paraíso tropical (MT VÍDEO PRODUÇÕES, s.d).

A história é banalizada em prol do consumo do espetáculo, que é reducionista, para cumprir os fins mercadológicos e a lucratividade imediata. O cotidiano substituído pelo espetáculo transfere a vida e os dramas sociais para o inebriar da fantasia. Até os projetos de infraestrutura, a política, justiça, educação, o social, tudo se reduz à espetacularização. As imagens e representações mentais produzidas têm como pressuposto a ausência de conflitos, dita os ritmos, as tradições; a cultura se reorganiza para mostrar-se. Não é mais o modo de vida autêntica dos moradores ou grupos locais que se faz cotidiano, mas o que se monta e desmonta acompanhando a sazonalidade da demanda turística.

A sociedade do espetáculo se repete a si mesma e transforma os indivíduos em sujeitos passivos, esvaziando as individualidades e diferenças de leituras. As empresas da informação se aproveitam da desinformação e manipulam a atividade turística, deslocando-a dos grupos humanos e transmutando a cultura como produto de consumo para vender o que já se banalizou. Entre os símbolos mais utilizados nesse contexto, estão o Marco do Descobrimento, a cidade velha, as praias, as falésias, que são divulgados em todos os exemplares recolhidos. Contudo, um exemplar, em especial, da Revista “Bahia Terra da Felicidade” (EMBRATUR, 1997), é aqui tomado como exemplo das referências apontadas, foco da análise pretendida. O exemplar é especial devido ao seu caráter voltado para o *marketing* estrangeiro, especificamente.



### 3.2.1 Representações mentais: “Bahia terra da felicidade”

As propagandas turísticas na Costa do Descobrimento são abordadas nesse ponto a partir da Revista **Bahia Terra da Felicidade**, da Embratur, versão em língua inglesa, de 1997, observando como é utilizado esse imaginário da Carta de Caminha em suas visões romantizadas e eufóricas (Fig. 08).

Identificam-se, na revista, as mesmas representações apropriadas pelo *marketing* turístico, tais como a visão do paraíso, a beleza das gentes, o exotismo dos costumes e o erotismo dos nativos. Evidenciam-se os aspectos de utilização desse imaginário pelo turismo nas suas propagandas, aqui representadas pela revista selecionada, que enfatizam as possibilidades de os visitantes vivenciarem as mesmas experiências das terras paradisíacas, sentindo o mesmo ócio edênico decantado pela Carta de Caminha no primeiro contato com esta região.

A problemática da valorização da cultura como luta para afirmar a identidade, da preservação ou mesmo do resgate de formas autênticas de vida dos grupos locais, não são contempladas e até são esquecidas nas políticas do turismo. Sabe-se que a sustentabilidade dos ecossistemas e a conscientização da sua preservação por parte dos que os visitam são condições essenciais para a sobrevivência da própria atividade turística. Mas essas preocupações pouco são contempladas no *marketing* turístico. Assim, os visitantes e turistas são convidados a apenas usufruir; buscam, portanto, com olhos ávidos, o exotismo do

cotidiano, o vislumbrar do paraíso, o erotismo dos trópicos, a eterna sensação do ócio, que acreditam presentes nas formas de vida de todos os habitantes do lugar. A revista da Embratur (1997) utiliza expressões, formas e imagens semelhantes às da Carta de Caminha, mantendo as nuances e os resquícios daquele imaginário reforçado no texto propagandísticos. Por vezes, parecem reescrever as palavras do escritor da Carta e ter o mesmo intuito de exaltar as possibilidades de fruir a terra paradisíaca. Começando por seu título, **Bahia, terra da felicidade**, o texto é introduzido fazendo menção à própria Carta de Caminha sobre a “descoberta” do Éden (Fig. 09):

*The famous Portuguese journalist, Pero Vaz de Caminha which took part of Pedro Álvares Cabral's squadron, its navigator and discoverer enchanted with the scenery, wrote to the King of Portugal, telling in details in details about the charming discovered paradise. Costa do Descobrimento is located along the edge of Caí River, in Prado County, passing by Monte Pascoal National Park, Caraíva, Trancoso, Arraial D'Ajuda, Porto Seguro up to Coroa Vermelha and João de Tiba River mouth, in Santa Cruz Cabralia., reserving delightful surprises, causing emotions to visitors and increasing the wish to rediscover Brazil. (EMBRATUR,1997 p.2).*

O famoso escrivão português, Pero Vaz de Caminha que fez parte da esquadra de Pedro Álvares Cabral, navegador e descobridor encantado com paisagem, escreveu ao Rei de Portugal, contando em detalhes sobre os encantos do paraíso descoberto. A Costa do Descobrimento está localizada ao longo das margens do Rio Caí, no Prado, passando pelo Parque Nacional Monte Pascoal, Caraíva, Trancoso, Arraial D'Ajuda, Porto Seguro até Coroa Vermelha e margens do Rio

João de Tiba, em Santa Cruz de Cabrália, reservando surpresas prazerosas, causando emoções ao visitante e aumentando o desejo de redescobrir o Brasil (EMBRATUR, 1997, p. 2, tradução nossa).

O texto mantém o foco sobre a emoção que o visitante terá ao vislumbrar a possibilidade de “redescobrir” o Brasil. Reforça ainda a magia da atmosfera que envolve o turista, as surpresas de ver centenas de quilômetros de praias paradisíacas e semidesertas, o encontro com habitantes da tribo pataxó, remanescentes nativos da região, a beleza das ilhas, dos coqueirais, da mata Atlântica, das águas boas, dos recifes etc. São similares representações com o propósito de atrair a atenção sobre uma terra pronta a ser desfrutada. Na continuidade, a revista descreve a infra-estrutura montada para proporcionar satisfação ao visitante e todas as atividades que garantirão a maximização de seu prazer e ócio:

*The magic atmosphere which involves tourists today is the same that enchanted Portuguese visitors in 1500, at the first contacts with land and its inhabitants, Tupi Indian of Pataxó tribe. It can be detached beaches, coves, bays, cliffs, a lot of rivers and rivulets ever surrounded by groves of coco trees, mangroves and Atlantic rain Forest. Relax is the order word in this paradisiacal place. (ibid, p. 2).*

A atmosfera mágica que envolve turistas hoje é a mesma que encantou os visitantes portugueses em 1500, no primeiro contato com a terra e seus habitantes, índios Tupi da tribo Pataxó. Destacam-se as praias, cavernas, baías, penhascos e os muitos rios e riachos, contornados por coqueirais,

manguezais e pela Mata Atlântica. Relaxar é a palavra de ordem para quem chega a este lugar paradisíaco (*ibid*, p. 2, tradução nossa).

Saltam aos olhos a apologia e a oferta de momentos repletos de satisfação ligada a um cenário tão harmonioso, que parece impossível acreditar que esse mesmo cenário tenha sido palco de um dos mais cruéis conflitos de expropriação dos antigos moradores e da invasão das reservas indígenas que continuam lutando contra a ocupação de suas terras:

*A refreshing waterfall is one of the attractive places of Tororão Beach, with its impressive cliffs, a region really privileged by nature, while Corumbau still reserves the tranquility of the primitive fishermen village, with a beautiful beach, schooner anchorage during touristic and ecologic tours in the outskirts of the county[...] (ibid, p. 21).*

Uma refrescante cachoeira é um dos lugares mais atrativos das praias de Tororão, com seus impressionantes penhascos, uma região muito privilegiada pela natureza, enquanto Corumbau ainda reserva a tranquilidade da primitiva vila de pescadores, com bela praia, ancoradouro para escunas durante passeios turísticos e ecológicos pelos arredores. (*ibid*, p. 21, tradução nossa).

A chamada para as belezas dessa “terra da felicidade” parece pressupor ausência de conflitos no cotidiano das gentes do lugar, que Caminha também evoca quando diz: “e para além do rio andavam muitos deles dançando e folgando uns em frente a outro sem tomarem pelas mãos, e faziam-no bem” (SIMÕES, 1999, p. 127). Não menos emblemática, a citação na Revista da Embratur, que reforça a mesma falsa

visão de um cotidiano sem conflitos, sempre acompanhada de imagens que de belos lugares (Fig. 10).

*One thousand kilometers of pristine beaches, stunning colonial architecture, exquisite cuisine, beautiful canyons, water sports exotic flora and fauna, mysticism, friendly people, sun and festivals throughout the year, great hotels, restaurants, nightlife and attractions. This why Bahia is known as land o happiness. (ibid, p. 24).*

Mil quilômetros de praias virgens, arquitetura colonial estonteante, deliciosa cozinha, belos canyons, esportes aquáticos, flora e fauna exóticas, misticismo, povo amigável, sol e festivais ao longo do ano, bons hotéis e restaurantes, vida noturna e atrações. Eis o por que da Bahia ser conhecida como a TERRA DA FELICIDADE. (*ibid*, p. 24, tradução nossa).

Não entra em questão, aqui, a satisfação que esses lugares aprazíveis podem proporcionar aos visitantes. Antes, focaliza-se nesta análise como as imagens e o imaginário dos colonizadores na Carta de Caminha e do *marketing* turístico assemelhamse justamente para valorizar o produto turístico, evocando as mesmas visões hegemônicas e sensações descritas na Carta. Como, em momentos históricos distantes, em escritos de objetivos aparentemente diferentes, fincados em tramas sócio-econômicas distintas, podem ser produzidas visões tão similares sobre a terra e seus habitantes?

Os escritos recentes reforçam o simbolismo do Éden para propagar a região. A Carta de Caminha contém, na verdade, as estruturas da construção das imagens sobre o Brasil e, especificamente, sobre o sul da Bahia. O mesmo olhar

estereotipado e generalizante é veiculado pelo *marketing* turístico, sem levar em conta a diversidade e os conflitos sociais que são protagonizados pelos habitantes dessa região, com um agravante de que a diferença entre Caminha e o nosso tempo está em que já não é possível o *álibi*, legítimo naquelas suas circunstâncias, de um outro que era desconhecido e surpreendente (CUNHA, 1995).

O confronto entre as descrições contemporâneas da região e o texto de Pero Vaz de Caminha mostram, entre outros anacronismos, o fato das imagens serem reproduzidas sem indicações quanto às responsabilidades pela manutenção das paisagens naturais e, mais, sem atentar para a inclusão social que deveria estar agregada aos serviços da atividade turística. Mesmo dirigida a um público que, se pressupõe mais consciente em relação à preservação ambiental, a preocupação sobre tais problemas não parece evidente. Nesse ponto conclui-se que o imaginário a serviço das demandas turísticas promove uma visão distorcida, ou pelo menos parcial, dos habitantes da região da Costa do Descobrimento.

### **3.3 As imagens da Carta: nacionalidade e turismo**

Considera-se significativo, especialmente, pontuar como o imaginário de Caminha influenciou às estruturas do pensamento, não só da região sul baiana, mas da nação brasileira sobre si mesma. Toda a ideologia presente na Carta de Caminha

representa os elementos históricos que fomentaram a idéia de nacionalidade que, posteriormente, constrói-se no Brasil. Esse imaginário dos relatos de Caminha na formação nacional passa, por exemplo, pela visão sobre os indígenas, os habitantes nativos, ainda hoje percebidos de forma não muito distante daquela; da visão da nação sobre si mesma, da terra e suas potencialidades, alimentada pelo mesmo imaginário, e ainda pela construção das imagens sobre o Brasil como produto turístico, que também bebe das fontes imagéticas de Caminha.

As projeções e a construção do imaginário a respeito dos nativos, dos indígenas, foram construídas a partir do texto de Caminha e, posteriormente, através dos projetos coloniais. A compreensão de como a nacionalidade projeta-se em relação àqueles são explicáveis nos conceitos e filosofias aristotélicas, presentes no século XVI, sobre os bárbaros e sua condição de inferiores, na estrutura da humanidade (RAMINELLI, 1996).

Nesse sentido, o barbarismo, a bestialidade e até a demonização são condições que justificaram a tutela e a escravização impostas pelos colonizadores aos indígenas. Tal tutela é até hoje reivindicada pelo Estado Nacional por considerá-los ainda incapazes de sobreviverem sem ela. O imaginário desse nativo tido como incapaz, passando pelos projetos coloniais, é o mesmo na formação das matrizes nacionais, e faz parte, das formas como se tratam as questões das vivências e dos grupos excluídos dessa nacionalidade.

O tratamento dado às reivindicações dos remanescentes nativos descritos na Carta de Caminha pode ser exemplificado pelas cenas produzidas durante as comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil. Aquelas cenas sintetizam a história nacional e demonstram a relação contraditória com a

alteridade, o outro: indígena, negro, pobre, sem terra, iletrado, louco, anormal, enfim, o diferente. Alteridade essa que se constitui da abstração em relação ao outrem, indivíduo ou grupo social ao qual se pertence, próximo ou longe, nos planos culturais, histórico, desconhecido, ou em quaisquer campos alheios. Assim como fez Caminha, isso ainda se perpetua na nação brasileira, no que diz respeito às relações sociais em que o etnocentrismo, hoje social, é comum.

A formação social brasileira não pode prescindir de considerar o indígena nas suas bases culturais; mesmo que, por muito tempo, as imagens estereotipadas iniciadas em Caminha tenham contribuído para estigmatizar, depreciar, minimizar o valor dessa imbricação. As regiões interioranas brasileiras são formadas basicamente do hibridismo entre a cultura indígena e a branca ou/e a negra. Não há como deixar de reconhecer ou escamotear que, na nacionalidade, os elementos culturais e as relações intrínsecas das vivências de ser brasileiro, têm a essência cultural dos nativos em suas raízes. A construção da identidade nos fará mergulhar inevitavelmente nesse elemento nativo e nas leituras sobre esses, desde Caminha.

As leituras sobre a participação dos nativos estão resumidas em ciclos que, ora são para extermínio, rejeição, ora para resgate e apropriação, ora para integração e homogeneização desse indígena. Hoje as oscilações dessas posturas confundem-se em exaltação com congelamento das formas antigas de vida, ou rejeição da presença incômoda que já se pensava assimilada pelo todo nacional. O impasse criado pelo crescimento das comunidades indígenas, que cada vez mais assumem sua condição de cultura diferente e lutam por espaço e direito à essa diferença, tem direcionado a discussão para novas leituras.



Nesse contexto, é cada vez mais contraditório manter as imagens dos relatos de Caminha sobre esses nativos ou mesmo sua aplicação caricatural aos povos das regiões tidas como originais das suas vivências. Os incômodos são perturbadores. Comemora-se o encontro dessas culturas e proíbem-se as manifestações dos seus remanescentes nas atividades de folguedos nacionais. Nada é mais bizarro que deixar de fora os elementos que são festejados como integradores da suposta construção da identidade nacional.

Alteram-se os cenários - ontem a colonização dos europeus, hoje o Estado Nacional - para modernizar-se e apropriar-se das riquezas acumuladas para suas elites, mas ambos estruturalmente baseados nos mesmos referenciais. Ainda o euforismo das festas e a ausência da alteridade são as marcas nacionais forjadas do imaginário dos europeus, nesse caso representado pelo relato de Caminha.

As visões sobre a nação brasileira também não escapam às analogias do texto da Carta. Sobre a nação circulam imagens forjadas nas visões romantizadas ou depreciativas, a depender dos contextos e interesses a que se propõem os que se apropriam desses discursos. Ora com discursos de tendência à megalomania, que super dimensiona as possibilidades da nação, mas sem efetivamente concretizar soluções aos seus problemas crônicos; ora com um descrédito que considera o povo inerte, que parece não se livrar da mentalidade de colonizado, sem senso de destino, irremediavelmente dependente de tutoria.

O Estado Nacional também se apropria do imaginário ressignificado dos colonizadores e oscilam entre a defesa da singularidade das culturas brasileiras, que são essencialmente híbridas, e a tentativa de garantir uma nacionalidade homogênea que justifica e serve à sobrevivência desse Estado.

Anacronicamente, o Brasil retoma a Carta de Caminha para comemorações do “descobrimento” e as reconfigurações da nacionalidade nos discursos das últimas campanhas para Presidente da República. O Brasil como nação tenta confirmar-se, na pós-modernidade, ainda com o discurso de nacionalidade e soberania. E, para isso, tenta estabelecer essa nacionalidade, com ênfase nas imagens de nação homogênea, quando, na verdade, é plural.

Historicamente, o ideal de nação brasileira foi alvo de construções que, a partir do século XIX, mostra-se como uma necessidade, a fim de se manter a unidade territorial. No afã dos movimentos separatistas, o esforço político e intelectual das elites brasileiras se direcionaram para construções de uma ideologia para unidade nacional. As idéias de “democracia racial”, cordial, raça mestiça, miscigenada, constituíram sociologias defendidas até pouco tempo, uma flagrante postura de escamotear-se às relações sociais contraditórias, não incorporadas, que não achavam seus espaços de identidades atípicas, dentro daquele discurso de povo brasileiro (HOLANDA, 1969). Exceto quando requisitado para engrossar a mão-de-obra ou fazer os sacrifícios pela nação, o povo brasileiro é marginalizado em seu cotidiano e em sua luta contra as subjugações, explorações e discriminações, contidas na dialética do hibridismo nacional brasileiro.

A insistência da nação em considerar-se uma unidade não se fez presente apenas na ideologia das comemorações dos quinhentos anos, mas também é sacada a qualquer instante em que se necessita intensificar ou atingir projetos ditos nacionais. Nas comemorações, o imaginário da Carta de Caminha quase se materializou na ênfase feita ao documento, na construção da réplica da nau de Pedro Álvares Cabral (um empreendimento frustrado), que foi mais um

investimento sem utilidade como outros feitos na mesma época, a exemplo do relógio para contagem regressiva para o 22 de abril, em Porto Seguro (Fig. 11). Somado-se ao constrangimento dessa tentativa de ritualizar a viagem de Cabral há ainda a ausência de posicionamento crítico de algumas produções historiográficas tradicionais, de publicações específicas do momento inaugural narrado pela Carta que, na sua maioria, configuram-se em atualizações e modernizações iconográficas das mesmas cenas, com o mesmo ideário romantizado do paraíso perdido.

Atualmente, a nação pensa sua nacionalidade guardando quase sempre as mesmas visões etnocêntricas de Caminha. Os discursos hoje proferidos pelo Estado Nacional projetam, (representado nas fundamentações de diretrizes para comemorações do descobrimento) a linguagem de um pluralismo no qual, africanos e indígenas são apontados como meros contribuidores para a formação dessa etnia plural. É a mesma visão colonizadora agora assumida pelas elites, representada pelos grupos controladores desse Estado. As camadas marginalizadas são chamadas a contribuir para a grandeza da nação. O lugar ideológico dessa nacionalidade traz, assim, resquícios do imaginário português e seus desdobramentos.

Nesse sentido, a visão da nação continua, em geral, reproduzindo os mesmos referenciais do passado. De um lado, o Estado reproduz o imaginário do europeu, branco, cristianizado, tutor intelectual, político e cultural. Do outro lado, as camadas exploradas são apenas inclusas enquanto contribuidoras, colaboradoras, braços que constroem e revigoram com sua cultura a formação dessa suposta nação brasileira, atenuando a multiplicidade de sua identidade cotidiana.

Na construção desse ideal de nacionalidade brasileira, os meios de comunicações de massa têm papel fundamental. Numa sociedade em que acesso à educação é notadamente frágil e na qual menos de vinte por cento dos estudantes, entre dezoito a vinte e quatro anos, chegam ao ensino superior, é explicável que a mídia seja o principal meio de construção dos discursos ideológicos das elites governantes. A espetacularização e os anacronismos das imagens sobre a nação tem aí campo fértil para sua proliferação.

Não é estranho que as imagens da Carta de Caminha divulgadas no contexto das comemorações dos seus 500 anos, tenham servido a um discurso ideológico nacional, a um ideal particular das elites, propalada como comuns a todo povo. O que não se pôde impedir foi a reação organizada e nada passiva dos grupos sociais marginalizados desse ideal, que, rompendo com anos de forçados silêncios, manifestaram os conflitos, as contradições e diferenças que estão sob as sombras da caverna. Grupos desautorizados de remanescentes indígenas, afro-descendentes, trabalhadores sem terras, sem teto, sem emprego, aparecem como polaridade dos festejos de uma nação supostamente pensada como unidade, quando, na verdade, é diversa, plural e multi-étnica. Urge uma reinterpretação do pensar a nação brasileira, e os sinais são cada vez mais fortes para se defender a multipolaridade cultural desse chamado povo brasileiro:

Devemos interpretá-las como intervenção que, enquanto suplemento, a diferença étnica propugnada não deseja apenas apresentar-se ou ser incorporada, diluída, no todo nacional; quer, sim ter o poder de alterar o cálculo

ou de intervir na imagem (e no imaginário) e nas narrativas instituídas da Nação (CUNHA 1999, p.16).

Na verdade, falta à visão nacional a aceitação de que os valores civilizatórios europeus, longe de serem a principal matriz da formação nacional, constituem-se apenas o amálgama para um hibridismo tão profundo dos valores civilizatórios africanos e indígenas, que não podem ser representados no discurso da nacionalidade sem provocar equívocos e as perplexidades das ausências.

Essas análises não pretendem empanar o brilho das reflexões contemporâneas , sobre a nacionalidade que, afastando-se das crônicas coloniais e do imaginário ocidental imperial, propagam a ingerência das matrizes indígenas e afro-brasileiras. Portanto, querendo-se ou não, a nacionalidade está atravessada por outros vínculos que contrariam a harmonia desejada pelo discurso da intelectualidade oficial.

As vozes e posturas contraditórias à idéia de nação homogênea direcionam-se para a aceitação de nação híbrida, diversa, apoiada nas reflexões contemporâneas da chamada pós-modernidade, que protagoniza a intensificação das diferenças, na contra mão das tendências de cultura global. Nesse sentido, nada mais atual para a sociedade brasileira que protagonizar as possibilidades históricas e lançar os olhos para o futuro que aponta para sociedades plurais, abertas às trocas e coexistências interculturais. Essa consciência não pode ser apenas discursiva, não passa só pelo fato de cada indivíduo escolher livremente suas afinidades, passa por administrar o resultado de tantos grupos que, ora se misturam, ora se antagonizam na busca das suas conquistas sociais.

Não só os grupos indígenas são alvo dessas imagens nacionais estereotipadas, mas também os afros-descendentes carregam as marcas do imaginário dos colonizadores sobre seus valores culturais, costumes, estética, religiosidade, como sendo de somenos importância em relação ao europeu. Sobre esse imaginário, convém debruçar-se para ampliar as reflexões sobre a nacionalidade brasileira, mas a especificidade desta pesquisa não comporta tal decorrência, em virtude de que estão delimitadas as imagens da Carta de Caminha.

Desde a formação dessa nação, o princípio que predominou foi sempre o deslocamento do povo dos destinos e das construções de sociedade. E o povo assiste a tudo perplexo, mesmo às tentativas que se destinam a ser um ideal nacional. Tem-se a sensação, às vezes, que só o futebol é uma unanimidade nacional. Falta o senso do que seja realmente nacionalidade, ainda navega-se entre paradigmas reaproveitados das nações estrangeiras, fazendo com que o Brasil conserve a sensação de expectativas sempre futura que nunca chegam, e mesmo quando se apregoa que a esperança venceu o medo, a esperança ainda é, indefinidamente, adiada.

Atualmente, os grupos sociais que participam dessa nacionalidade híbrida não estão mais tão passivos como Caminha descreveu e interpretou como reverência, mas, ainda assim, continuam à margem, e suas vozes se diluem nos conflitos e nos silêncios com que são tratados os sobreviventes daquela cena inaugural. Ainda resiste a ideologia inaugurada por Caminha nas suas análises etnocentristas e hegemônicas, mas certamente desponta cada vez mais lúcidas outras vozes e outras representações e outra imaginação, que não serão caladas,

até que produzam os rios que alimentam o processo histórico cultural que continuarão a encantar aqueles que entram em contato com o diverso.

Quanto às imagens do Brasil construídas para o turismo prevalece, em geral, o dualismo histórico. Esse dualismo se projetou desde a concepção de paraíso até inferno e refletia-se no imaginário da época de Caminha. Hoje, só a idéia de paraíso é vendida, embora o inferno continue existindo para uma maioria expulsa do paraíso. As imagens do Brasil e de suas gentes correntes nos séculos XVI e XVII, alternadamente, são do paraíso e do inferno, do bom selvagem e do canibal, do monstruoso e do belo insólito. Na formação das idéias nacionalistas a partir do século XIX com a vinda da família real e a separação de Portugal, a Carta de Caminha, pela primeira vez publicada, aparece no processo de reinterpretação da visão dos séculos anteriores.

Propõe-se misturar indígenas, negros e europeus numa mesma "raça" (termo usado no sentido do discurso da época), numa tentativa de conferir uma identidade brasileira em contraposição ao dualismo europeu *versus* nativos. A partir daí, a literatura e a iconografia representariam apenas o paraíso e as paisagens tropicais, imortalizadas pelo cinema e, mais tarde, a mídia, em geral, construiria essa simbologia de Brasil paraíso. A construção do Rio de Janeiro como "cidade maravilhosa" sintetiza bem a visão da nação no início do século XX. A Carta de Caminha mantinha sua influência como precursora dessas imagens da nação, a proclamação da independência reforça as imagens e o imaginário vinculados aos trópicos como paraíso. A idealização é direcionada à convivência das "raças", da sensualidade ingênua (se é possível dizer isso) da sua gente e ao exotismo de sua cultura agora urbana, mas que inclui ainda a idéia da boa gente,

das paisagens naturais, da beleza e alegria, fertilidade, fecundidade, enfim, ainda um Éden.

Se as imagens do místico e do exótico atravessam os séculos, desde Caminha, o rito, o vai-e-vem dos nativos, sua benevolência com os rituais dos portugueses e, mais tarde, o sincretismo das práticas ditas cristãs e profanas dos nativos e africanos, dão um caráter mágico e ritmo sensual as manifestações religiosas brasileiras, inclusive hoje, quase dificilmente desassociadas do carnavalesco. Especialmente na Bahia, essa mistura

exótica dos rituais é abertamente praticada sem que constituam uma contradição, em que o sacro e o profano projetam-se num mesmo imaginário cultural. Além disso, a espetacularização maior desse exótico, que é o carnaval, divulga um imaginário do Brasil que sintetiza sua cultura. Associa-se o país ao Carnaval, a tudo que o turista tem naquele momento: liberdade de todos os limites, pois o país e os brasileiros esquecem todos os problemas sociais e, na ilusão inclusive, de que não têm problemas, entregam-se ao divertimento.

Ainda no início do século XX, começo da comunicação de massa, a construção das imagens sobre o Brasil é difundida no exterior por símbolos como Carmem Miranda, "a pequena notável", pela musicalidade de seu povo e sua vocação ao espetáculo como o carnaval incorporado à nacionalidade pela literatura de Jorge Amado. A partir do governo Vargas, o carnaval receberá organização nacional. Sob os lemas de "Cidade Maravilhosa",

"O que é que a baiana tem", "Você já foi à Bahia?", filmes, cartazes e outras propagandas, irão difundir a imagem de um país pronto a ser desfrutado e onde sua gente entrega-se aos



mais exóticos deleites e onde suas mulheres estão disponíveis (Fig. 12).

A sensualidade brasileira também é agregada ao turismo e o texto de Caminha já colaborava com isso. A lassidão, a insaciabilidade sexual dos trópicos e as imagens do sexo fácil e barato são, infelizmente, direta ou indiretamente, ainda veiculadas e associadas ao Brasil. Mesmo que não se intencione fazer do país um dos principais destinos de turismo sexual do mundo, as imagens de propagandas, obviamente, usam as belas mulheres, de corpos sensuais, de danças provocantes, para atrair turistas. As mulheres brasileiras são, no imaginário de muitos, prontas para servirem aos desejosos de diversão e, em consequência disso, cria-se a idéia de que tudo no Brasil está perpassado dessa licenciosidade, malícia e permissividade. Difícil é desvincular essas imagens ao apelo sexual pelo que o Brasil recebe destaque como destino turístico.

Os apelos imagéticos da primeira metade do século XX serão sempre voltados à sensualidade, à musicalidade com ênfase nas manifestações culturais, rituais exóticos e mulheres bonitas enfim, é o paraíso (BIGNAMI, 2002). Na segunda metade do século XX, no entanto, o crescimento da violência urbana estampa-se como contradição do discurso de paraíso, comprovação de que o inferno fervilhava debaixo do imaginário edênico; de que, na verdade, nunca deixou de existir para os descendentes dos nativos, quase exterminados e também dos afro-descendentes ainda semi-escravizados e marginalizados do processo de desenvolvimento. Tudo isso irá desembocar numa nova imagem do país dos contrastes.

Depois da segunda guerra mundial, o país entra num crescimento desenfreado e,

conseqüente aumento de problemas sociais, de falta de infra-estrutura das grandes cidades, da violência etc. As notícias sobre o país dos contrastes que ao mesmo tempo é exótico, carnavalesco, paraíso do futebol, do samba e da sensualidade, mescla-se aos problemas econômicos, à corrupção, à política bizarra associada à idéia de incompetência para solucionar esses problemas.

A partir da década de 90, do século XX, a convivência entre as imagens de "edens" e

de "infernos", de corrupção e violência, corroboram para uma bipolaridade de repulsão e atração. O desrespeito aos direitos humanos, os massacres de crianças de rua, a prostituição, inclusive infantil, a insegurança social e econômica, degradação da natureza, os conflitos por terras, inclusive de comunidades indígenas, irão fazer parte das imagens do país divulgadas interna e externamente (BIGNAMI, 2002). Como essas imagens são fortemente divulgadas na mídia, o país arca com o ônus de suas incoerências nacionais,

por exemplo, como paraíso sensual; colhe a horda de estrangeiros em busca de sexo adulto e infantil, contaminando e degradando a infância e aumentando do tráfico de mulheres.

Atualmente as imagens estereotipadas continuam vendendo um Brasil como país de contrastante e pulverizado, com discursos e imaginário deslocados da realidade, ou seja, a manutenção do paraíso desejável sobrepõe-se, como também a ilusão e a espetacularização da sociedade. Mas as decepções com a ineficácia das soluções históricas dos problemas sociais, dão uma sensação de inseguranças e orfandade.

Contudo, impõem-se as imagens sobre um Brasil exótico, assumido até pelos nacionais, como sendo próprio da cultura brasileira e utilizada pelo *marketing* turístico de forma exaustiva.

### **3.3.1 Costa do Descobrimento: turismo e imaginário**

É mister compreender que só recentemente o turismo constitui-se fonte de renda e divisas e que sua evolução está por ser mensurada. O turismo acompanha as fases de expansão do capitalismo: no século XVI, as grandes navegações, ampliando o contato entre culturas; no século XIX, a padronização internacional para as comunicações e transportes, encurtando as distâncias; no século XX, o desenvolvimento das empresas multinacionais, integrando as economias. No pós-guerra, a tecnologia e os transportes aéreos globalizaram-se proporcionando a possibilidade do turismo de massa. As comunicações, a internet e a acessibilidade às informações promovem o turismo de modo definitivo.

Outros fatores, como a formação de blocos econômicos, o fim das fronteiras e a unificação da moeda impulsionam também o turismo. Nas Américas e na Ásia mantêm-se bons fluxos turísticos com os blocos e a abertura política integrando nações, antes isoladas, que não têm como sobreviver fora das relações internacionais e que precisam defender seus interesses. O Brasil tenta ainda

fortalecer-se no Mercosul e no Pacto Andino, ingressar na ALCA e melhorar suas políticas econômicas, bem como o incentivo para o turismo e seus destinos.

Em se tratando do turismo e suas possibilidades atuais, há de se considerar as previsões sobre a instabilidade mundial, o que impede estudos sobre tendências para o turismo em longo prazo. Não significa que não haja políticas para o turismo, mas que outras categorias devam ser levadas em consideração, tais como: ética, justiça social, novas culturas, domínio do conhecimento local como diferencial dos destinos turísticos, entre outras. A análise da revista britânica *The Economist*, para os anos 1993 a 2003, prevê a ampliação do setor turístico e novas ofertas (TRIGO, 2002).

Mas o turismo também sofre as conseqüências das mudanças e inseguranças mundiais, a exemplo dos conflitos étnicos, crises econômicas, terrorismo que, de maneira direta ou indireta, afetam seus destinos. Mas não basta resolver o problema da segurança, é mister atentar para os grupos excluídos que utilizam o terrorismo como arma de protesto.

O debate está longe de se encerrar. São constatações inexoráveis que o crescimento do turismo é uma realidade; os valores modernos não retrocederão; a globalização abre as fronteiras das sociedades; mas, a violência ainda sobrepõe-se à cultura. Se as sociedades não se organizaram pra promover o bem estar de todos, não há como deter a violência. O turismo promove a possibilidade de convivência multicultural, é um convite ao imaginário das pessoas e se destaca enquanto promotor e revigorador de culturas (IGNARRA, 2001).

A passagem do século XX para o XXI não foi o ideal previsto, mas é preciso continuar a pensar um mundo melhor e o turismo pode se configurar como um

instrumento para isso, devendo ser um prazer acessível a todos. A barbárie está ligada à miséria e à exploração, mas o turismo é um bem das sociedades organizadas e abertas e que, para isso, devem garantir a preservação dos lugares com tudo que envolve suas características e especificidades culturais.

Nessa nova concepção de sociedade aberta ao turismo, em que se configura a Costa do Descobrimento, as transformações aceleradas exigem reflexões capazes de encarar a problemática da sustentabilidade e situar-se ante a visão da globalização. O turismo insere-se num contexto em que a globalização promove uma nova concepção no tratamento do tempo de trabalho, de lazer, de formas de ócio, de interesse cultural (SIMÕES, 2001). Esse turismo deve atender a essa demanda, mas ao mesmo tempo se depara com as preocupações com sua viabilidade em todos os sentidos. A importância do turismo cultural vem crescendo no âmbito da concepção de produto turístico (ORTIZ, 2000). É consenso que o lazer associado às experiências de contatos com formas de vida autêntica enriquece, muito, as possibilidades de um roteiro turístico. É também consensual que a cultura necessita ser sustentada adequadamente para constituir-se uma vantagem competitiva, e que, da aplicação de propostas para essa sustentação, depende a continuidade do turismo em uma dada região (Fig. 13).

Para a atividade turística baseada também na cultura local, é importante que sejam preservados os valores étnicos, recursos naturais, normas de uso dos ecossistemas, condições de auto-subsistência, utilização da biodiversidade etc. Nesse contexto, os destinos turísticos precisam definir como assimilar as novas tecnologias, a necessidade do aumento da demanda e como isso será gestado pelos grupos sociais locais sem destruir suas identidades. Na Costa do

Descobrimento, o *frenesi* com que ainda os destinos são procurados não tem deixado espaço para se pensar nisso. O afã da lucratividade imediata mantém o direcionamento dos projetos turísticos de massa, com planejamentos paliativos para revolver problemas urgentes.

A questão é: como combinar a ciência agrícola moderna e preservar comunidades que vivem do conhecimento agrário tradicional, para servir de atrativo turístico? Como atender às exigências de receber os visitantes, atender o mercado e manter os espaços e ecossistemas equilibrados e a diversidade cultural com suas singularidades? E ainda tudo isso gerenciado pelos próprios habitantes? (LEFF, 2000), as respostas não são simples, mas não podem ser adiadas.

A Costa do Descobrimento, que desponta com forte tendência para desenvolver o turismo cultural, tem se modificado seriamente em suas tradições culturais. Suas pacatas cidades, dos anos 70 do século XX, transfiguram-se aceleradamente, quadruplicando as hospedagens, dobrando a cada dois anos o número de turistas, aumentando a população e modificando os integrantes dessa população. Porto Seguro vem assimilando habitantes, temporários e permanentes, de outros Estados e países que compram casas, terras, lojas e empresas e investem em todas as atividades ligadas ao turismo. É possível ouvir, sem muito vagar, várias línguas e sotaques regionais nas ruas de Porto Seguro. Mas isso tem outras implicações:

No paraíso, porém, nem tudo são flores. Também existem problemas, dificuldades, mazelas. O turismo trouxe no seu rastro problemas de toda ordem, a partir de crescimento avassalador da população que dobrou entre 91

e 96 (século XX) em Porto Seguro e Cabrália. Com isso veio a subhabitação, a favela, o crescimento da criminalidade, o agravamento de problemas urbanos comuns aos grandes centros, como abastecimento de água, a carência de esgoto, a precariedade no fornecimento de energia elétrica e muito mais; veio a especulação imobiliária, desfigurando a paisagem tombada, consumindo manguezais, florestas, nascentes de rios e riachos. E aumento dos preços (MARTINS, 2000, p. 46, grifo nosso).

Esses impactos reais e perceptíveis não incluem aqueles sobre a cultura e a identidade, a saber: a agressão às formas de vida comunitária, as tradições invadidas, os mitos descaracterizados, os símbolos vulgarizados, os espaços massificados, enfim, o imaginário deslocado de seus significados para servir ao espetáculo.

A tendência comum a todas as teorias é de que o estudo dos processos e diferenças culturais e do imaginário coletivo são essenciais na explicação, respostas e saídas alternativas de um dado grupo social. Exemplo de fenômenos sociais como globalização, avanço tecnológico, movimento ecológico e turismo levam as sociedades a responderem de formas não esperadas e isso se explica por questões culturais. Daí a necessidade de estudá-las para ter melhor percepção do que fazer nas ações para desenvolver qualquer área, entre elas, o turismo. Especialmente na Costa do Descobrimento, onde é forte o componente cultural, histórico, marcado pelo encontro de culturas que articularam as singularidades da região, a sustentabilidade, imprescindivelmente, passará por políticas de preservação dessas formas culturais. As ações e programas para a formatação de roteiros turísticos passam pela medição da capacidade de carga,

pelas formas de recepção de grupos limitados, treinamento dos anfitriões, da mão-de-obra e pela educação dos visitantes. É imprescindível um planejamento, no qual a participação dos locais seja absolutamente garantida e levada em conta nas decisões finais.

As análises dos órgãos oficiais apontam para iniciativas em que a preocupação está centrada em formatar a infraestrutura para o turismo sem que se perceba, ao menos imediatamente, como se está trabalhando a sustentabilidade:

Porto Seguro é hoje o pólo que mais cresce no país. Sua natureza exuberante guarda ainda muitos dos traços descritos na histórica Carta de Pero Vaz de Caminha a “Certidão de Nascimento” do Brasil. São 90 quilômetros de um mar calmo, com águas azul-esverdeadas, rios, mangues, coqueiros, restingas, Mata Atlântica, arrecifes e formações de corais. Além de povo simpático e festeiro. Consagrado como dos principais destinos de lazer do país, Porto Seguro desponta agora como forte candidato a conquistar de vez o importante filão do turismo de negócios e eventos. O *trade* turístico - prefeitura, secretaria de turismo, empresários e trabalhadores - em parceria com entidades e empresas públicas e privadas, tem se preocupado também com a qualidade dos equipamentos, profissionalização dos serviços e a realização de eventos, criando um calendário que promove o destino todo ano. Diversos cursos na área de Hotelaria e Turismo estão sendo ministrados com o objetivo de aperfeiçoar a mão-de-obra local e **melhorar a qualidade do atendimento ao turista** (Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Seguro, *s.d*, grifo nosso).

A Costa do Descobrimento repleta do imaginário, reconfigurado, da Carta de



Caminha, resguarda uma singularidade que pode gerar diversas possibilidades. Não somente para espetáculos de cenas caricaturalmente repetidas, mas para promover a convivência das diferenças e da diversidade cultural que gera estilos de vida imbricados e projeta uma racionalidade alternativa, mas que deve ser ecologicamente sustentável (Fig. 14).

O imaginário, embora modificado lentamente, tende a incorporar elementos construídos pelas contradições e pelos hibridismos que a atividade turística carrega. Para isso, é preciso celebrar projetos que garantam a expressão livre e singular dos grupos sociais, a interpretação consciente dos sujeitos a respeito do seu passado e presente.

Projetos comprometidos com a minimização dos impactos, visto que evita-los não é possível (PELEGRINI FILHO, 1993).

### **3.3.2 O imaginário da Carta: impactos na cultura e no turismo**

Os impactos provocados pela atividade turística agem sobre os receptores e os visitantes (turistas) de forma positiva e/ou negativa. É possível mensurar esses impactos? Na prática, essa resposta é complexa, pois uma gama de aspectos, que vão desde influência nas artes até o comportamento dos indivíduos e grupos, deve ser levada em consideração. Fora os impactos naturais (na flora e na fauna), os culturais são subjetivos e abrangentes demais para medir-se, além de não

estarem presos a um corte de tempo previsível. Há que se considerar também que o tipo de atividade turística determinará também o tipo de impacto sobre as populações locais e os visitantes. Conforme Cooper:

A velocidade e a concentração do desenvolvimento turístico também são influências importantes na magnitude e direção de impactos sociais e devem ser levados em conta nas tentativas de atribuir causas aos impactos sócio-culturais. A natureza do processo de desenvolvimento turístico e seu impacto na população podem ser classificados em uma série de subconjuntos e a análise de cada um deles poderá contribuir para esclarecer o tipo e fonte dos impactos atribuídos ao desenvolvimento do turismo (2001, p. 202, 203).

Por mais que se discuta e tente, não se consegue impedir o desgaste dos bens patrimoniais, naturais, históricos e culturais das áreas onde o avanço da atividade turística se consolida. Assegurar o respeito às formas de vida dos moradores, à diversidade de seres e ambientes é um processo constante de tensão. Há quem discuta não ser possível conciliar o desenvolvimento, a sustentabilidade e a lucratividade econômica (VARGAS, 2001, p. 208). A noção de sustentabilidade abarca a integração entre os diferentes níveis da estrutura social, o equilíbrio entre os recursos naturais, o desenvolvimento e melhora social e a garantia de qualidade de vida. Essas noções, embora façam parte de algumas reflexões sobre a Costa do Descobrimento, não estão, em geral, nas prioridades de todos os projetos em execução na mesma.

O turismo cultural e de lazer, em quase todas as suas formas presentes na região focalizada, torna o controle dos impactos escorregadios e discutíveis. Especialmente a formatação dos produtos culturais da região tende a ameaçar a

harmonia dos grupos receptores, influenciar a identidade cultural e, ainda, provocar a desagregação do cotidiano e a descaracterização das tradições. O turismo cultural consiste em ter acesso ao patrimônio, à história, ao modo vivencial dos grupos locais, suas tradições culturais, religiosas e imaginárias. Nesse sentido, a Costa do Descobrimento se destaca e tem na Carta de Caminha um dos ícones da manifestação dessa história e desse imaginário.

Sabe-se, porém, que essa influência recente da Carta e sua divulgação ainda não foram completamente mensuradas.

Entre os impactos causados pelo turismo pontuam-se a seguir alguns que não são exclusivos do espaço delimitado por este estudo e, que por isso, representa parte da situação de quase todo o país. Na Costa do Descobrimento, como em grande parte do Brasil, o fenômeno do turismo sexual tem crescido e provocado sérios danos às populações receptoras. Cooper afirma que “o fato de que os turistas viajam para desfrutar de encontros sexuais casuais, desinibidos não é um fenômeno novo” (2001, p. 209). É notório que a sensualidade é utilizada nas imagens e representações das propagandas turísticas e que além disso, a Carta de Caminha serve de reforço ao tratar sobre os belos corpos das nativas e que, ainda hoje, o imaginário do erotismo, da disponibilidade e da intensidade da mulher brasileira entra no roteiro de atrativos da região sul baiana. O verso “o que é que a baiana tem”? não se conforma com as respostas simplistas da canção, acaba, sim, promovendo a violentação até da integridade dessa mulher para desvendar-se em respostas fantasiosas.

O aumento da população que frequenta uma região está ligado especificamente ao turismo, e essa quantidade promove ambiente para atividades ilegais, como

tráfico de drogas, roubo, violência etc. Além disso, o aumento também dos acidentes, doenças (as sexualmente transmissíveis), o estresse da competição econômica, aliados às falhas na infra-estrutura tendem a provocar distúrbios sociais e de valores. Esses distúrbios podem não ser evitados, mas é possível amenizá-los considerando que a sustentabilidade social e cultural assegura às pessoas o equilíbrio de suas vidas, compatível com a sua cultura e valores morais e o fortalecimento de sua identificação com seu povo.

Outros aspectos que estão na interface da cultura e do turismo na Costa do Descobrimento dizem respeito à mercantilização dessa cultura, das artes, do artesanato, das cerimônias e rituais que se reduzem a uma versão adaptada, fora da sua significação cotidiana para se tornar atração de uma audiência. A capoeira, as danças dos nativos, réplicas do artesanato indígenas estão expostos em cada esquina de Porto Seguro e cidades ao redor, para comercialização. Essa demanda diferente da demanda local tanto enriquece, preserva habilidades, como provoca performances decadentes e descaracterizadas.

No afã de utilizar a sua tradição cultural como forma de atrair turistas, a região vem se expondo ao perigo gradual de confundir o ato de encenar, com autenticidade cultural, e distorcer o valor dessa herança. Promove-se a autenticidade encenada forjando um paradoxo que atinge a destinação da Costa do Descobrimento, superdimensionando representações hegemônicas e etnocêntricas, herdadas dos colonizadores, já explicitadas nos capítulos anteriores.

No que se refere ao recorte dado com respeito ao imaginário da Carta de Pero Vaz de Caminha e sua utilização turística, os impactos, ainda pouco estudados,

têm reflexo significativos na economia, no meio ambiente e na cultura. Partindo do pressuposto de que não existe turismo sem agressão ao meio ambiente, à cultura, às manifestações culturais e até à formação da identidade, o que se pode fazer é tentar minimizar esses impactos, procedendo a um estudo sério sobre como tornar o turismo uma atividade menos agressiva e, até, sustentável.

Sobre a natureza dos impactos culturais do turismo na região do “descobrimento”, pode-se afirmar que quase todas as áreas sofrem mudanças impostas: seja nas artes, no artesanato, na gastronomia, inspiração folclórica, nas tradições, e até na visão que os habitantes locais têm de si mesmos. Os impactos são sempre resultantes, em geral, do objetivo de satisfazer ao visitante e vender uma imagem fincada no imaginário dos colonizadores; a saber de uma terra paradisíaca, um éden tropical, um exotismo pronto para o consumo, um erotismo disponível, um eterno ócio prazeroso. Tudo isso está aliado a uma terra em que “se plantando tudo dá”: investimento comercial, especulação imobiliária, destruição da Mata Atlântica, escândalos administrativos etc., para ficar no que se observa sem muito vagar.

Além da satisfação do turista, tenta-se comercializar tudo, desde a banalização dos artefatos indígenas até sua imagem teatral circulando nos locais que fazem parte da história dramática desse encontro de culturas (Fig. 10). Vendem-se artes, corpos, almas, o imaginário, as tradições (se é que é possível) de uma cultura ainda hoje marginalizada, numa desesperada tentativa de congelar no tempo o modo de ser de um povo dito “puro e inocente”, mas que hoje sofre reveses como todas as classes exploradas e expropriadas da região, onde os indígenas circulam

vestidos de penas e cocás pela multidão de turistas, insistindo que se compre seu artesanato, e os “curumins” (crianças) pedem dinheiro, o que provoca um flagrante contraste com o discurso propalado do espetáculo harmonizador do paraíso.

As práticas, os adereços, o modo de vida dos indígenas são teatralizados causando uma visão distorcida, e o uso indiscriminado do imaginado cenário do “descobrimento”, que tem sido vendido com intuito de promover o turismo na região, acaba caricaturando o fato histórico. Durante as comemorações de 22 de abril repetem-se as cenas da chegada dos portugueses, com missa, troca de presentes etc, sem que os promotores se dêem conta do reforço que isto significa nas relações de dominação e imposição de uma cultura sobre a outra.

A região está sujeita a todos os perigos próprios dos lugares detentores de tal potencialidade para o turismo, a saber a folclorização da história, a banalização da arte e do artesanato, a falta de melhor infraestrutura de hospedagem e restaurantes, a sobrecarga de sua capacidade, a desfiguração dos modos cotidianos de seus grupos sociais etc. Esses são os impactos culturais na região sul da Bahia, aos quais é necessário acrescentar os naturais. Sabe-se do perigo que representam as constantes incursões de pessoas que pisam sobre os corais e alimentam os animais marinhos que aí vivem. É certamente uma interferência que não ficará sem preço ao meio ambiente. Têm-se notícias também da mudança (não sem protesto dos pescadores) do ponto de encontro dos pescadores de Ponta de Areia para a Praça Visconde de Porto Seguro. A mudança atendia à necessidade do desembarque durante as comemorações dos quinhentos anos,

num outro flagrante de interferência nas relações sociais das populações locais, para usar, apenas, um exemplo de baixo impacto.

No entanto, os impactos do turismo contêm também seu lado positivo, na medida em que fomentam ações de restauração e preservação das cidades da Costa do Descobrimento, bem como do patrimônio histórico-cultural. A intenção é de promover o resgate e manter viva a lembrança do encontro das culturas que geraram a formação do que hoje é um país que se pretende afirmar como nação pluricultural. Exemplo disto são as ações da Universidade Estadual de Santa Cruz UESC, com projetos como o Museu Casa Colonial, além da promoção de encontros, simpósios e debates sobre questões históricas relevantes para a compreensão da cultura local. Ainda, o incentivo à produção científica através mestrado em Cultura e Turismo, da UESC/ UFBA, que pode contribuir para a especialização dos envolvidos nas áreas, além de outros cursos sobre turismo de outras instituições recém-chegadas à região.

Dos mais significativos impactos positivos do turismo, não há de se esquecer o incentivo que este gerou e tem gerado na produção de reflexões sobre a formação identitária regional e nacional a partir das ressignificações da cultura local (SIMÕES,1999). Bem como a produção de estudos e preocupações com a mediação, interpretação, e utilização dessas imagens místicas, estéticas, edênicas, eufórica e disfórica que são presentes na trama social dos grupos locais.

Nos estudos sobre os impactos sócio-culturais, deve-se levar em consideração que, atualmente, há um estímulo internacional por visitar lugares que ofereçam um

diferencial cultural forte, além de atrativos de lazer. Fatores como artesanato, folclore, cultura tradicional, formas de vida primitivas, arquitetura histórica, gastronomia típica, etc, são fontes de atrações turísticas. É isso que a Costa do Descobrimento reúne como vantagem comparativa e a cada dia tenta transformar em vantagem competitiva, provendo as cidades da infraestrutura imprescindível para receber os turistas de forma cada vez melhor.

Urge entretanto, garantir que descendentes híbridos dos indígenas, negros e europeus, matrizes formadoras da cultura do sul baiano, afirmem seus espaços identitários sem serem cerceados ou constrangidos, abertos a trocas culturais, sim, mas nunca a trocar suas imaginações por roteiros pré-estabelecidos e mercadejados à revelia dos seus protagonistas. Para ser o “paraíso”, é preciso garantir, antes de tudo, a liberdade de ser social e culturalmente o resultado de escolhas e responsabilidades abraçadas. Isso passa por ousar, imaginar, criar, viver e partilhar com o outro, seu igual, que aprende e ensina, modifica e é modificado. Deve-se garantir as relações entre as culturas que enriquecem e fazem enriquecer o cotidiano sem lhe “afear ou aformosear”, conscientemente, vendo, sentindo, respeitando, amando e preservando, o que há de mais precioso nas relações humanas, a vida em toda sua plenitude.



## CONCLUSÃO

*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. Deus quis  
que a terra fosse toda uma, Que o mar unisse, já não  
separasse. Sagrou-te, e foste desvendando a espuma.*

Fernando Pessoa

Embora a sociedade moderna persiga a racionalidade, não deixará de alimentar-se do imaginário, mesmo que atormentada pelo automatismo que ameaça o humanismo das relações sociais. E, embora se queira automatizar até o homem e as relações sociais, isso é tão imaginário quanto a mistificação que faziam as sociedades arcaicas ao representarem os seres humanos como animais dotados de super poderes. Nesse raciocínio, é perfeitamente viável que o imaginário do texto de Pero Vaz de Caminha e suas releituras estejam ainda tão presentes, numa sociedade que se denomina, na chamada pós-modernidade, funcional e racional.

Mesmo que se dê ao imaginário uma formatação concreta isso não é suficiente, pois, os turistas buscam, nos lugares aonde vão, as próprias imagens e satisfazer uma espécie de expectativa de que, em algum lugar, as vivências, as experiências de culturas mais autênticas, guardam o ideal a ser alcançado pela humanidade. Assim, a expectativa se direciona, cada vez mais, no sentido de entrar em contato, não apenas com estruturas e cenas armadas para sua apreciação, mas com o cotidiano de uma vivência real e autêntica. Os turistas buscam, enfim, as significações da sua própria construção imaginária do mundo, que os fazem supor que a essência das relações sociais e humanas na Costa do Descobrimento é o ócio paradisíaco.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é um documento de extraordinárias possibilidades de análises e interpretações; um texto para um sem número de reflexões sobre o passado, o presente e para a compreensão da história que se desenrola a partir dos seus relatos. Os olhares que a sociedade brasileira lança sobre esse imaginário da Carta, ajudam a compreender o caldeamento cultural do qual se formou a identidade coletiva brasileira, somando-se a isso às reflexões sobre os povos africanos, que também participaram dessa hibridação.

As exaltações ao relato de Caminha enfatizam os destaques à amistosidade, à alegria, ao bom relacionamento entre portugueses e nativos. Não obstante, os questionamentos identificados na última década e intensificados pelas comemorações dos quinhentos anos do Brasil, agudizaram o olhar crítico sobre a Carta. Desde palestras e os discursos acadêmicos, até às propagandas turísticas e representações artísticas e gráficas, muito se tem discutido sobre o documento representativo de um singular episódio histórico, ao mesmo tempo ímpar, instigante e dramático.

O imaginário do texto da Carta de Caminha está presente explicitamente ou nas entrelinhas, no modo como o escritor compara, faz analogias sobre os costumes, estética, comportamentos e natureza dos episódios no contato com os nativos. A análise da Carta sobre o que “viu e lhe pareceu”, revelou uma atitude etnocêntrica. Ao observar o comportamento dos nativos, ficou evidenciado o olhar do escrivão, que julgava o povo que estava diante de si, em relação à proximidade ou distanciamento dos seus valores culturais, que reconhece traços de beleza, mas concentra-se nas falhas, admite as diferenças, mas enquanto lacunas a serem reparadas.

Para o narrador, o que parecia amistosidade, logo se transformava em estranheza. O interesse por desvendar, ao máximo, como era a vida daquele outro, objetivava colher informações para avaliação e controle, além de diagnosticar o quanto podiam ser dominados, ou o quanto sabiam sobre riquezas que interessavam ao mercantilismo português. A re-leitura da Carta concluiu que a movimentação da tripulação da esquadra de Cabral tem sempre a função de fazer aproximação para tomada de posse. Fica ainda constatado que, no encontro dos povos, os momentos de descontração não ofuscavam o objetivo primordial dos portugueses: agregar as gentes e as terras ao domínio imperial. A questão do outro diferente, para Caminha, não passava pelo reconhecimento, mas pela tarefa de homogeneizar as diferenças. Cobrir o outro, mudar o outro, adaptar o outro, é a racionalidade efetiva do contexto da relação dos portugueses em relação aos nativos.

Evidencia-se, pelo estudo feito, que o relato do escrivão deixa transparecer a sua compreensão de que, a terra e os povos encontrados nela, apesar de humanos, não partilhavam do mesmo estágio de humanidade que eles. A terra, apesar de bela e rica, era inóspita e exótica e, como tal, haveria de ser domada e explorada. Mas, Caminha diz o que vê, mas também o que lhe pareceu, mesmo sem ver. Espanta-se, mas banaliza para manter a lucidez. Observa o outro, mas não enxerga sua lógica. Admira a beleza, mas se confunde com a estranheza.

Por esse raciocínio, a simples apropriação anacrônica das mesmas imagens, reforça a postura etnocêntrica. Os grupos dominantes, que manipulam os meios de comunicação de massa, propagam imagens que interessam aos seus objetivos

explorativos, sem considerar as implicações sociais disso. A terra e seus habitantes são mantidos sob um véu de exotismo que mascara os antagonismos, a fim de se vender um imaginário edênico reprisado caricaturalmente para exploração do turismo de massa.

Na região da Costa do Descobrimento, constatam-se nas atividades turísticas e nas manifestações locais, a apropriação desse imaginário cultural como produto a ser divulgado e maximizado para deleite dos visitantes. A utilização desse imaginário não passa pela criticidade ou reflexão dialética que pense nas contradições, nas implicações e nas reconsiderações que se devem fazer do passado e da mentalidade dos nativos. Um projeto turístico mais apurado não pode deixar de fora as implicações que isso pressupõe.

Uma delas seria a insistência de que a cultura local, seu imaginário, simbolismos, seus festejos e folguedos devem pressupor a inclusão de seus habitantes, numa qualidade de vida que sustente condições dignas em todo tempo, e não apenas nas representações eufóricas do seu folclore.

A Carta, hoje, tão lida e exposta por diversos estudiosos, tem também a atenção dos que a utilizam como referencial para descrever as paisagens, o ócio, o lazer dos trópicos pujante com o intuito de atrair visitantes. Os corpos nus, os cabelos e dentes viçosos, a ingenuidade, a sensualidade, a cordialidade, a alegria hospitaleira, os folguedos, desfilam hoje nas propagandas das festas locais, com a mesma visão reducionista e generalizante dos “descobridores”. As diversas imagens da Carta de Caminha que, ainda hoje, marcam o imaginário dessa região, são notadamente hegemônicas.

A Terra formosa de Caminha e a “terra da felicidade” da Embratur, corroboram com o mesmo fim. Os argumentos demonstram a similaridade de objetivos: a possibilidade e disponibilidade dos recursos humanos e naturais para satisfação dos que querem disso se apossar, momentânea ou permanentemente. Por trás dessa frase emblemática, tenta-se esconder todos os desmandos de um Estado em que a “felicidade” social é um ideal distante, quiçá inalcançável. Em especial, a Bahia, cantada e divulgada, só é acessada por uma diminuta parte dos que podem pagar por isso. Existe, como uma ilha da fantasia e tem apenas sentido no imaginário, se os sentidos e os olhos não focarem as relações de exploração que se estabelecem para concretização dessas promessas de “felicidade”.

Dentre as imagens da Carta de Caminha, a visão paradisíaca é a mais explorada, mas, também, a que mais facilmente pode ser fantasiosa. Nas propagandas, os quantitativos, a idéia de grandeza e de fertilidade, descritas na Carta, ainda hoje são utilizadas nas referências às matas e às florestas brasileiras, síntese de algo sem igual e estendido ao imaginário relacionado aos animais, mitos, mistérios e aos povos nativos. Os indígenas, aliás, ainda hoje são crivados da visão de “bom selvagem”, quando invisíveis, ou “mau selvagem”, fortemente censurados, quando reivindicam e lutam por seus direitos.

A Carta de Caminha inaugurou essa visão de abundância e, hoje, os folhetos turísticos passam a idéia do itinerário dos sonhos, praias e palmeiras, delírios dos perfumes, frutos e clima embriagantes, reservas intocadas, oásis incontaminados.

Esses discursos publicitários estão nos pacotes, nos catálogos de negócios e no

*marketing* oficial das localidades onde o litoral é visto como aliado do desenvolvimento da região. Esses exemplares de estratégia de comunicação objetivam informar e persuadir, com textos, ilustrações, fotos e filmagens, a vinda de turistas e, mais que isso, reforçar a idéia de que o sul da Bahia é mesmo o paraíso descrito desde o século XVI. É perfeitamente possível apreender, a partir do imaginário dos portugueses representados por Caminha, o próprio imaginário dos que ainda persistem em alimentar-se nas bases e equívocos produzidos por aqueles. É necessário enxergar a diferença, a alteridade, desenvolver um espírito incluído, sobre pena de manter a frustração do vazio de identidade.

Assimilado pelo turismo o imaginário da Carta de Caminha é apropriado com base na sua atitude eufórica; mas, para além disso, sem a responsabilidade com a autenticidade e sustentação do que oferece. E vale dizer que nem sempre as imagens que promovem o Brasil como destino turístico são suficientes para o trânsito turístico. Exemplos de história, cultura, belas praias, sol, artes, artesanatos, música, gastronomia não são uma exclusividade do Brasil e, se tudo isso não for acompanhado de infraestrutura adequada, controle de carga, qualificação profissional e qualidade de vida da sociedade, não haverá um destino turístico que se sustente a longo prazo.

Muitas vezes informações vinculadas são contraditórias e as imagens, insistentemente, sobrepõem-se: Brasil, “país paraíso e inferno”, “rico e miserável”, “selvagem e sensual”, “corrupto e ingênuo”, “cristão e místico”. Isso sem que se realizem ações contínuas de mudanças para melhorar a qualidade de vida das populações, diminuição da violência e maior valorização as culturas autênticas e do patrimônio histórico para definir o produto turístico e seu perfil. As políticas

públicas para o turismo carecem de direcionamentos que mudem as imagens, não só da Costa do Descobrimento, mas também do Brasil: primeiro, para os brasileiros; depois, para os estrangeiros. O mercado competitivo do turismo exige cada vez mais que se otimizem e se qualifiquem os produtos turísticos de quaisquer espécies, especialmente do turismo cultural.

Hoje, a apropriação do que resta da cultura, das artes e da estética dos nativos longe de ser um reconhecimento de seu valor, tem sido direcionada para padronização e massificação desses artefatos, a fim de colher-se a lucratividade desse comércio, quer por seus produtores, quer por seus patrocinadores. Isso desloca os significados das artes indígenas do seu contexto cultural e cerimonial, além de introduzir elementos estranhos ao seu cotidiano, como, por exemplo, miniaturas até de naus do século XVI, objeto de origem européia.

Sabe-se que as atividades artísticas e estéticas fazem parte inerente do cotidiano da sociedade indígena brasileira e implicam numa relação do viver bem das suas comunidades. As artes indígenas se exprimem na materialização dos seus corpos pintados, dos adereços, dos gestos, danças e na transmissão das técnicas para as gerações futuras sem o separatismo de grupos especializados, ou seja, a estética e artes dos indígenas são um modo de vida. Reconhece-se que essas produções hoje carregam o hibridismo com a cultura dos colonizadores, mas as exposições no Museu Indígena de Coroa Vermelha estão sendo, gradativamente, descoladas desse cotidiano das comunidades e vem tornando-se um produto voltado, apenas, para o comércio com os “brancos”, turistas.

Os visitantes percorrem o espaço do Museu Indígena e compram *souvenires*,

adornos e miniaturas de seus apetrechos sem vislumbrar os significados disso para as culturas nativas, num espaço que não é a aldeia, embora seja construído com o arredondamento das ocas, numa transação de trocas, não das suas vivências, mas do comércio puro e simplesmente. Além disso, o imaginário também é formatado para ser vendido como pacotes de lazer e experiências inusitadas. O que é vendido como produto turístico é uma imagem estereotipada do ócio paradisíaco sem limites ou responsabilidades. Ainda se imagina, como os portugueses, que isso aqui é inesgotável, natureza infinda que “em se plantando tudo dá” (na verdade essa expressão é uma paráfrase do que está na Carta que diz: “querendo a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem”). Tudo, sem se cogitar que aquela natureza está sendo depredada e desmatada e, juntamente, seus significados descaracterizados e desrespeitados.

Há necessidade, pois, de uma política de turismo, lazer e entretenimento voltada para o incentivo da cultura, das modalidades autênticas de vida, da restauração dos elementos originais que fazem parte da diversidade histórico-cultural na Costa do Descobrimento. Deve-se resgatar as categorias não apenas das cenas repetidas para uma platéia, mas repensar as relações dos visitantes e habitantes na preservação dos valores

culturais, ambientais e humanos. Precisa-se pensar os grupos sociais mais populares da região, com direito a serem protagonistas da mesma essência de toda humanidade: o direito ao ócio, ao divertimento e ao lazer, dentre outras categorias da condição biológica e natural dos seres humanos.

Por causa do potencial de belezas naturais e história cultural *sui generis*, é natural



que se pense no turismo como alternativa ao desenvolvimento da região, mas isso deve ser pensado de forma a garantir sustentabilidade na utilização desse potencial. Os obstáculos ao turismo cultural e sustentável são notórios, a saber: tentativa de padronização da cultura, inferência da mídia sobre os hábitos locais, uma educação com tendência a transmissão das culturas dominantes, etc. É consenso que a Costa do Descobrimento tem a vantagem de ser a única região que pode usar a Carta como recurso, porque é o único lugar onde Caminha esteve efetivamente. Entretanto, corre o risco, nos projetos turísticos, de promover flagrante, ainda mais explícito, de uma visão romantizada e alienadora desse imaginário como produto comerciável e expropriado de seus significados culturais. Assim sendo, a região necessita superar as dificuldades para manutenção de um turismo cultural.

É extremamente complexa a rede de trocas entre os estratos sociais. Nesse sentido, entende-se que o imaginário dos colonizadores é assimilado pelos póscolonizados e representado, ressignificado, pelo Estado Nacional como imagem de si mesmo. Assim, percebe-se a filiação das imagens longínquas dos portugueses e as representações atuais das imagens sobre a região. Isso desenvolve uma tendência de se considerar os bens culturais como valor capital utilizada para observação turística.

Equivale, também, a dizer que as culturas das novas classes médias - produtoras e transmissoras da cultura pós-moderna posicionam-se entre a chamada cultura das elites

e a cultura popular e promovem a estilização e padronização para o consumo das artes e da vida dos artistas e intelectuais, usando seu estilo de vida em atração e aprendizagens, posta para o consumo da atividade turística.

Os impactos dessa circularidade agem causando descontinuidade das culturas, reestruturando os espaços e o papel das cidades, que mudam para se tornarem centros culturais, com novos estilos de vida e entretenimento, cuja predominância é da cultura do consumo. Além disso, ocorre também a descentralização das identidades, que reorganizam a vocação dos locais como forma de sobreviverem à necessidade de integração das populações em atividades econômicas alternativas.

Sabe-se que os impactos do turismo podem ocorrer na comunidade receptora de diversas formas, por exemplo, mudando hábitos, promovendo a especulação imobiliária, aumentando a produção artesanal, ressignificando o folclore, preservando ou mesmo resgatando modos de vida cotidianos. O mais significativo, porém, é o impacto cultural, em relação ao imaginário, que provoca até mesmo as ressignificações de identidade. As manifestações culturais, históricas, folclóricas e festivas usadas na atualidade pelo turismo, em geral, reforçam antigas concepções que rotularam o encontro dos europeus, especialmente dos portugueses, com o Novo Mundo.

Mas é possível estabelecer espaços para a crítica equilibrada, a fim de minimizar os equívocos e o maniqueísmo das visões românticas ou fatalistas que se propalam sobre a região sul baiana. É possível, do encontro desses povos, analisar como se manifestou o imaginário dos colonizadores e tentar não ignorar

nem mascarar as reais possibilidades que emergiram da forma como se processou esse encontro das culturas que deu origem à sociedade brasileira.

Como contribuição, vale considerar que a atividade turística apresenta-se como uma forte consumidora de destinos, pois, às vezes, não são os lugares que exploram o turismo, mas sim, o inverso. Tal fenômeno acontece quando há falta de planejamento adequado sobre a atividade turística. Quando falta esse planejamento, o que parece ser uma fonte geradora de emprego e renda apresenta-se como problemas criados por essa mesma atividade que se divulga como sanadora de carências.

A análise crítica sobre o turismo é hoje uma necessidade de primeira ordem. O saber turístico tem sido produzido por aqueles que estão vinculados, apenas, à produção e venda do turismo, são agentes que se contentam com a produção do lucro através da atividade. Entretanto, a importância da atividade para o mundo contemporâneo revela a necessidade de novos olhares para a construção do saber turístico.

Cabe aos produtores dos conhecimentos a respeito da atividade direcionar a atividade turística para muito além da mera maximização dos lucros. Cabe elencar categorias de análise centradas nas discussões referentes às questões sociais, culturais e do meio ambiente; não apenas construindo uma retórica que vise atrair os turistas em busca do mito do paraíso. Discutir, também, como atrativo, a consciência de que a preservação do *habitat* planetário é essencial e isso constitui uma necessidade imperativa de sobrevivência da humanidade. A Costa do Descobrimento, exemplar de remanescente de Mata Atlântica, tem vantagens sobre áreas que já não dispõem do mesmo diferencial, mas com o crescimento

desenfreado da especulação imobiliária, corre sério risco de descaracterizar esse diferencial.

O turismo, setor que absorve diversas formas de atividades formais e informais, pressupõe relações de impactos gerados por sua prática nos locais, em especial, no que se refere às questões culturais. O desafio maior é conciliar os interesses dos diversos grupos, de maneira que o sustento da atividade turística perpassa por uma postura ética em seus projetos. No Brasil, o turismo consolida-se na economia nacional, apresentando altas taxas de crescimento, e provavelmente continuará se expandindo. Não é diferente no sul da Bahia, que tem sua história marcada pela inclusão tardia na economia nacional e que encontra no turismo uma saída para essa inclusão.

Então, não se pode ignorar a necessidade de projetos que atendam às reais necessidades de mercado, mas a insistência diz respeito à mentalidade que vem se firmando cada vez mais, de que as fronteiras competitivas do turismo se estabelecem na medida em que os lugares otimizam o planejamento de novos espaços que levem em conta o êxito das empresas, mas também a satisfação das populações. Isso implica em mudanças profundas, desde a preparação de uma mentalidade para o turismo sustentável tanto no âmbito cultural como no natural, como também para que o turismo seja economicamente viável.

Embora resistente, a ideologia inaugurada por Caminha que se caracteriza pelo etnocentrismo e hegemonia, tem sido enfraquecida pelo despontar de outras representações, de outras leituras, vozes cada vez mais lúcidas, como por exemplo os movimentos pelo respeito ao direito a cultura e a terra dos indígenas,

o movimento das comunidades negras, as organizações não governamentais, a luta pelos direitos humanos, a inclusão e responsabilidade social das empresas que tendem a se maximizar até que produzam as mudanças no âmbito das mentalidades e por conseguinte das atividades econômicas e sociais dos locais.

É mister aos projetos turísticos um contínuo espírito de vigilância para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural, a sustentabilidade em todas as suas implicações, com atendimento aos habitantes locais e às suas demandas. Esses, habitantes como atores sociais de uma história de transformação, têm direito ao máximo de coerência com suas práticas e condições socioeconômicas de sobrevivência, e direito, como todos, a uma melhor qualidade de vida.

Outrossim, conclui-se que o tratamento dado às imagens e ao imaginário tem caráter hegemônico, sem considerar as diversidades das visões dos grupos populares locais, suas diferenças e conflitos sociais, suas lutas por melhores condições de vida e as tramas que se escondem em uma região expropriada a quem, por longos anos, foi negada uma inserção social efetiva e digna da sua historicidade. Nesse contexto, a pesquisa confirma o problema de que o imaginário na Carta de Caminha interfere hoje na mentalidade e identidade cultural dos grupos locais e, em especial, é utilizado de forma hegemônica pelas propagandas turísticas realizadas na Costa do Descobrimento.

Esse breve exercício quer se prestar, por suas análises, para fazer pensar o desenvolvimento de políticas de planejamento e estratégias que considere um turismo sustentável que passe pela valorização e preservação da cultura local e promova, com um mínimo de impacto, as ações culturais no sul da Bahia. Espera-se que os envolvidos optem por procedimentos e projetos de parcerias com

empresas e órgãos oficiais, que administrem junto com os moradores locais, a sustentabilidade, o fluxo de turistas aos lugares considerados o berço do Brasil. Pois, querendo-se ou não, o imaginário continuará a fazer parte da vida de quaisquer grupos sociais. O imaginário não possui identidade isolada, se constrói a partir do cotidiano, das mudanças e permanências sociais dos povos e culturas. Alimenta sua existência tomando sua matéria das relações sociais em todos os níveis dos processos humanos, ressignificando constantemente seus símbolos, imagens e representações mentais através do tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fausto Rodrigues. **Descubra Porto Seguro: “Terra Mater do Brasil”**. Realização F.R. Comunicação e Publicidade Ltda. Edição do Milênio. Porto Seguro - Ba: 2001. 1 CD - ROM.
- ARAÚJO, Ana Cristina. **O Brasil e o Mito do Paraíso Terreal**. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E CULTURA NO SUL DA BAHIA: os povos na formação do Brasil 500 anos. 19/abr/1999, Ilhéus e Porto Seguro - Bahia. CICDB/UESC, 1999. (Conferências gravadas).
- BHABHA, Honi K. **O Local da Cultura**. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BIGNAMI, Rosana. **A Imagem do Brasil no Turismo: construções, desafio e vantagens competitivas**. São Paulo: ALEPH, 2002.
- BUENO, Eduardo. **A viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expansão de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. (Coleção Terras Brasilis).
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989) a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia São Paulo: Unesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo. Unesp. 1992.
- CALMON, Pedro. A Carta de Caminha. In: **A NOITE**. Rio de Janeiro: 1942.
- CANCLINI, Garcia Nestor. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da**

modernidade. Trad. Ana Regina Lessa, Heloisa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) **Domínios da História:** ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASAL, Manuel Aires de. A Carta de Caminha. In: **Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia. v. 1, p.12 - 34. 1817 (citada em PEREIRA, Paulo Roberto (org.). Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999).

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** Trad. Guy Reynaud. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, Epaminondas Berbert de. **Formação Econômica e Social de Ilhéus.** Ilhéus (Catálogos, publicações e programações de atividades culturais e turísticas). Prefeitura Municipal de Ilhéus, 1981.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COBRA, Marcos. **Plano Estratégico de Marketing.** São Paulo: Atlas. 1991.

COOPER, Chris et al. **Turismo, Princípios e Prática.** Trad. Roberto Calado Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CUNHA, Eneida. 500 anos: Tempos e Imagens da nacionalidade. In: **XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste.** 04/set/2000. texto lido, 13 p... UFBA. Salvador - Ba, 2000.

\_\_\_\_\_. Ainda a Carta de Pero Vaz de Caminha. In: **QUINTO IMPÉRIO**, n. 04, p.



20. Salvador: UFBA, 1995.

\_\_\_\_\_. **As Comemorações dos Descobrimentos:** configurações e reconfigurações de estados nacionais. n. 03. p. 170-181. São Paulo: Via Atlântica, USP, 1999.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnica de pesquisa em turismo.** São Paulo: Futura, 1998.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A Renascença e seu Imaginário. In: **POLÍTICA DE TRABALHO.** n. 14. João Pessoa: PPGS -UFPb. Set .1998. Disponível em <<http://www.geocities.com>>. Acesso em: 21/07/1999.

ELIADE, Mircea, **Imagens e Símbolos:** ensaios sobre simbolismos mágico-religiosos. Trad. Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz, (1576).** Rio de Janeiro: Anuário do Brasil. [s.d].

GISNBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais:** morfologia e história. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. Carlo. **O Queijo e os Vermes:** o cotidiano e as idéias de um perseguido pela inquisição. Trad. de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GIUCCI, Guillermo. **Gilberto Freyre e a Dialética dos Encontros Culturais.** In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: Brasil: 500 anos de uma civilização tropical, 1999, Recife. **Anais...**[prelo] Disponível em:<http://www.academia.org.br/2000/caminha3.htm> (acesso em 17/10/2003).

GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas. São Paulo: Papirus, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Lauro. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1999.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. Trad. de Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thonson Lgarninf, 2001.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. (org). **Turismo: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LE GOFF, Jacques (dir.) **A História Nova**, Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. NORA Pierre. **História: novos problemas**. Trad. de Theo Santiago 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

\_\_\_\_\_. Jacques. As Mentalidades uma história ambígua. In: LE GOFF Jacques; NORA Pierre. **História: novos objetos**. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEFF, Enriquece. **Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Trad. de Jorge Esteves da Silva.

Blumenau: Edifurb, 2000.

LUCAS, Sonia Maria de Mattos. Turismo cultural no Vale do Paraíba: uma experiência histórica. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL 2**. Anais... Piracicaba, 2000. Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: Oliveira, Moura e Sgai. 2000.

MAROTTA, Cláudia Otoni de Almeida. **O Que é História das Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (Coleção: Primeiros Passos).

MARTINS, Roberto. **500 Anos do Brasil**: Redescoberta de Porto Seguro:Porto Seguro ontem e hoje. Porto seguro: Ed. Edmar C. Costa, 2000.

MELLO SOUZA, Nelson. **Aspectos Sociais da Carta de Pero Vaz de Caminha**: sociologia do real e os conteúdos do imaginário. (palestra ocorrida no dia 09 de maio de 2000) In: SEMINARIO SOBRE A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA: uma análise da riqueza de sua leitura. São Paulo: Academia Brasileira de Letras, 2000. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/2000/caminha3.htm>>. Acesso em: 18/09/2003.

MONTENEGRO, Antonio T. **História oral e Memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

NORA Pierre; LE GOFF Jacques. **História: novos problemas**. Trad. de Theo Santiago 4. ed. F. Alves, Rio de Janeiro, 1995.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PACHECO, Isabel M. J.; Nora, Maria Luísa; Freitas, Vinícius José R. de. **Projeto: Multi Planejamentos Consultoria em Turismo e Lazer**. Trabalho produzido para a disciplina Viabilidade Econômica de Projetos Turísticos e Culturais do Prof. Francisco Casimiro.

Ilhéus: UESC, novembro de 2002.

PATLAGEAN, Evelyne, A História do Imaginário. In: **A História Nova**, LE GOFF, Jacques (dir.) Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PEREIRA, Paulo Roberto (org.). **Os Três Únicos Testemunhos do Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Larceda, 1999.

PESAVENTO, Sandra. **Imaginando o Imaginário**. Revista da ANPHU. São Paulo: Marco Zero, 1997.

PELEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura & turismo**. Campinas: Papyrus, 1993.

**PORTO SEGURO SOL**. BAHIATURSA. Ba. Ano I. n. 01, Porto Seguro - Bahia - Brasil. 1996. (guia de Informação Turística).

**PORTO SEGURO E SANTA CRUZ DE CABRÁLIA** . Produção Tom Alencar. MT Vídeo Produções. Porto Seguro - Ba. [s.d]. 1 videocassete (30 mim), VHS. Son., color. (adquirido em 2003).

PREFEITURA DE PORTO SEGURO. <[www.portosegurotur.com.br](http://www.portosegurotur.com.br)> **Costa do Descobrimento**: o destino completo. Folder...Porto Seguro. [s.d].

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

**REVISTA BAHIA, LAND OF HAPPINESS**. Salvador Ba: EMBRATUR, 1997.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. Trad. Maria Paula Duarte. 2. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Porto Seguro.

**Porto**

**Seguro: Turismo, aqui são outros 500.** Assessoria de Imprensa. Porto Seguro. [s.d].

SILVA, Antonio Carlos Amâncio da. **Em Busca de um Clichê:** panorama e paisagem do Brasil no cinema estrangeiro. São Paulo: ECA USP, 1998.

SIMÕES, Henrique Campos. **As Cartas do Brasil.** Ilhéus: Editus, 1999.

\_\_\_\_\_. Henrique Campos. atualização e notas da Carta de Pero Vaz de Caminha a El- Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil In: **REVISTA FESPI Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha.** (Edição Especial) Ilhéus: Editus, 1996.

SIMÕES. Maria de Lourdes Netto. A Carta de Caminha História ou Ficção? In: **REVISTA FESPI, Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha.** Edição Especial. Ilhéus - UESC: Editus, 1996.

\_\_\_\_\_. Maria de Lourdes Netto, Turismo Cultural e Sustentabilidade: exemplo da região do sul do estado da Bahia, Brasil. **Ciudad Virtual de Antropologia x Arqueologia.** Disponível em: <[www. antropologia.com.Br](http://www.antropologia.com.Br)>. Equipe Naya/ 1999 2001. Acesso em: 10/10/2001.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz:** feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável:** turismo cultural, ecossistema e ética. Trad. Saulo Krieger. Vol. 05. São Paulo: Aleph, 2000.

TERRITÓRIO BRASILIS. **Arraial d' Ajuda:** Visite o presente e o passado. **Folder...**

Apoio do Ministério da Cultura, e dos Correios e IPHAN (com tradução para o inglês e

espanhol). Porto Seguro. [s.d].

TERRITÓRIO BRASILIS. **Museu Aberto do Descobrimento**: Visite o presente e o passado. **Folder...** Apoio do Ministério da Cultura, e dos Correios e IPHAN (com tradução para o inglês e espanhol). Porto Seguro. [s.d].

TEXEIRA, Marli Geralda. Leitura Ideológica da Carta de Pero Vaz de Caminha. In: **REVISTA FESPI Anais do Seminário: Leituras da Carta de Pero Vaz de Caminha,**

(Edição Especial) .Ilhéus Ba, Editus, 22 de abril de 1996.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em Comum**. Trad. Rosana Eichemberg. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.

TODOROV, Tzvetan. Carta a Santagel fev./março de 1493. In: **A Conquista da América: a questão do outro**. Trad. Beatriz Perrone Moisés. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TRIGO, Luis G. G. Turismo e Política Internacional. In: **América e outras viagens**. Campinas. São Paulo: Papyrus. 2002.

TRINDADE, Liana Sálvia, François Laplantine. **O que é o imaginário**. São Paulo. Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos, n. 309).

TUFANO, Douglas. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**: comentada e ilustrada. São Paulo: Moderna, 1999.

VAINFAS, Ronaldo & CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) **Domínios da História**: ensaios de teorias e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VARGAS, Paulo Rogério. O Insustentável discurso da sustentabilidade. In: **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade e ou possibilidade. Divizar Firmino Beeker (org). 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes da sua separação de Portugal**. Comentários de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Tomo I, 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VOVELLE, Michel. **Imagens e Imaginário na História** fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX. Trad. Maria Julia Goldwasser São Paulo: Ática, 1997.